

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	18
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	64
Proposta de Orçamento de Capital	168

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	169
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	172
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	173
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	174

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.213.797
Preferenciais	0
Total	1.213.797
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	24.369.000	21.014.000
1.01	Ativo Circulante	1.330.000	1.567.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	367.000	999.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	213.000	234.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	213.000	234.000
1.01.06.01.01	Tributos sobre o lucro	213.000	234.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	750.000	334.000
1.01.08.03	Outros	750.000	334.000
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	79.000	22.000
1.01.08.03.06	Dividendos e juros sobre capital próprio	659.000	312.000
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros derivativos	12.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	23.039.000	19.447.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	234.000	288.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	234.000	288.000
1.02.01.10.07	Depósitos judiciais	52.000	51.000
1.02.01.10.12	Outros ativos não circulantes	157.000	160.000
1.02.01.10.13	Juros sobre capital próprio a receber	25.000	77.000
1.02.02	Investimentos	22.777.000	19.128.000
1.02.02.01	Participações Societárias	22.777.000	19.128.000
1.02.03	Imobilizado	27.000	30.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.000	30.000
1.02.04	Intangível	1.000	1.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.000	1.000
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	1.000	1.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	24.369.000	21.014.000
2.01	Passivo Circulante	978.000	731.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.000	19.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.000	19.000
2.01.01.02.01	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	25.000	19.000
2.01.02	Fornecedores	138.000	92.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	120.000	81.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	120.000	81.000
2.01.03.01.02	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	120.000	81.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.000	20.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	29.000	20.000
2.01.05	Outras Obrigações	666.000	519.000
2.01.05.02	Outros	666.000	519.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	442.000	198.000
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	221.000	321.000
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	3.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.237.000	1.308.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.099.000	1.266.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.099.000	1.266.000
2.02.02	Outras Obrigações	133.000	24.000
2.02.02.02	Outros	133.000	24.000
2.02.02.02.05	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.000	0
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulantes	23.000	24.000
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	103.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.000	3.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.000	3.000
2.02.04	Provisões	2.000	15.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.000	15.000
2.03	Patrimônio Líquido	21.154.000	18.975.000
2.03.01	Capital Social Realizado	12.920.000	12.920.000
2.03.02	Reservas de Capital	96.000	93.000
2.03.04	Reservas de Lucros	9.732.000	7.682.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.006.000	866.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	234.000	234.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	8.492.000	6.582.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.597.000	-1.597.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.000	-123.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.000	4.000
3.01.01	Receita bruta	5.000	5.000
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-1.000	-1.000
3.03	Resultado Bruto	4.000	4.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.821.000	2.166.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-242.000	-231.000
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	16.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-164.000	-168.000
3.04.05.02	Amortização de mais-valia	-164.000	-168.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.227.000	2.549.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.825.000	2.170.000
3.06	Resultado Financeiro	-21.000	59.000
3.06.01	Receitas Financeiras	185.000	208.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	185.000	208.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-206.000	-149.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-178.000	-137.000
3.06.02.02	Outros resultados financeiros, líquidos	-28.000	-12.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.804.000	2.229.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.000	0
3.08.01	Corrente	-8.000	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.796.000	2.229.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.796.000	2.229.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,3	1,84

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	2.796.000	2.229.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	126.000	51.000
4.02.01	Hedge de fluxo	-17.000	0
4.02.02	Resultado abrangente sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	143.000	51.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.922.000	2.280.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	445.000	1.724.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-232.000	-93.000
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	2.796.000	2.229.000
6.01.01.02	Depreciação e amortização*	5.000	3.000
6.01.01.03	Baixa de ativos não circulantes	1.000	0
6.01.01.04	Resultado de participação societária	-3.227.000	-2.549.000
6.01.01.05	Tributos sobre o lucro	8.000	0
6.01.01.06	Resultado financeiro, líquido	21.000	59.000
6.01.01.07	Outros	0	-3.000
6.01.01.08	Amortização de mais-valia	164.000	168.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	82.000	16.000
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	0	12.000
6.01.02.03	Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	32.000	30.000
6.01.02.04	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	6.000	3.000
6.01.02.06	Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	77.000	-158.000
6.01.02.07	Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	0	4.000
6.01.02.08	Outros ativos e passivos, líquidos	-33.000	125.000
6.01.03	Outros	595.000	1.801.000
6.01.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	634.000	1.818.000
6.01.03.02	Encargos de dívidas pagos	-49.000	-38.000
6.01.03.04	Rendimentos de aplicações financeiras	16.000	0
6.01.03.06	Tributos sobre o lucro pagos	-6.000	21.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.463.000	-896.000
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-3.000	-4.000
6.02.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-892.000
6.02.04	Aumento de capital em investidas	-1.460.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	386.000	-83.000
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	836.000	1.294.000
6.03.02	Pagamento dos custos de captação	0	-49.000
6.03.03	Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	0	-693.000
6.03.08	Dividendos e JSCP pagos aos acionistas da Neoenergia	-450.000	-635.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-632.000	745.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	999.000	254.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	367.000	999.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.920.000	93.000	6.085.000	0	-123.000	18.975.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.920.000	93.000	6.085.000	0	-123.000	18.975.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.000	0	-746.000	0	-743.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	3.000	0	0	0	3.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-201.000	0	-201.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-545.000	0	-545.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.796.000	126.000	2.922.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.796.000	0	2.796.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	126.000	126.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.050.000	-2.050.000	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	140.000	-140.000	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.910.000	-1.910.000	0	0
5.07	Saldos Finais	12.920.000	96.000	8.135.000	0	3.000	21.154.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.920.000	93.000	4.413.000	0	-172.000	17.254.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.920.000	93.000	4.413.000	0	-172.000	17.254.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.000	-556.000	0	-559.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-556.000	0	-556.000
5.04.09	Ajuste de transação com os sócios	0	0	-3.000	0	0	-3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.231.000	49.000	2.280.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.229.000	0	2.229.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.000	49.000	51.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.675.000	-1.675.000	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	112.000	-112.000	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.563.000	-1.563.000	0	0
5.07	Saldos Finais	12.920.000	93.000	6.085.000	0	-123.000	18.975.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	4.000	20.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.000	4.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	16.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-187.000	-175.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-187.000	-175.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-183.000	-155.000
7.04	Retenções	-169.000	-171.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-169.000	-171.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-352.000	-326.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.510.000	2.803.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.227.000	2.549.000
7.06.02	Receitas Financeiras	283.000	254.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.158.000	2.477.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.158.000	2.477.000
7.08.01	Pessoal	44.000	46.000
7.08.01.04	Outros	44.000	46.000
7.08.01.04.03	Administradores	40.000	41.000
7.08.01.04.06	Outros	4.000	5.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.000	18.000
7.08.02.01	Federais	23.000	16.000
7.08.02.03	Municipais	1.000	2.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	294.000	184.000
7.08.03.01	Juros	294.000	184.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	746.000	556.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	746.000	556.000
7.08.05	Outros	2.050.000	1.673.000
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)	140.000	0
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	1.910.000	1.673.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	66.297.000	54.215.000
1.01	Ativo Circulante	14.977.000	12.931.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.060.000	4.041.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.000	25.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	16.000	25.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	16.000	25.000
1.01.03	Contas a Receber	6.187.000	5.718.000
1.01.03.01	Clientes	6.187.000	5.718.000
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	6.187.000	5.718.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.264.000	1.755.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.264.000	1.755.000
1.01.06.01.01	Tributos sobre o lucro	635.000	456.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	1.629.000	1.299.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.450.000	1.392.000
1.01.08.03	Outros	1.450.000	1.392.000
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	487.000	383.000
1.01.08.03.06	Dividendos e juros sobre capital próprio	16.000	15.000
1.01.08.03.07	Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	92.000	395.000
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros derivativos	722.000	509.000
1.01.08.03.10	Concessão de Serviço público (Ativo Contratual)	133.000	90.000
1.02	Ativo Não Circulante	51.320.000	41.284.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.611.000	23.257.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	194.000	140.000
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	194.000	140.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	6.000
1.02.01.04	Contas a Receber	342.000	298.000
1.02.01.04.01	Clientes	342.000	298.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	656.000	752.000
1.02.01.07.01	Tributos sobre o lucro diferidos	656.000	752.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.419.000	22.061.000
1.02.01.10.04	Tributos sobre o lucro	1.000	3.000
1.02.01.10.05	Outros tributos a recuperar	5.065.000	2.785.000
1.02.01.10.07	Depósitos judiciais	1.008.000	920.000
1.02.01.10.12	Outros ativos não circulantes	114.000	115.000
1.02.01.10.15	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	14.403.000	11.743.000
1.02.01.10.16	Instrumentos financeiros derivativos	1.998.000	861.000
1.02.01.10.18	Concessão do serviço público (Ativo contratual)	8.741.000	5.543.000
1.02.01.10.19	Direito de uso	89.000	91.000
1.02.02	Investimentos	2.427.000	2.501.000
1.02.02.01	Participações Societárias	2.427.000	2.501.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.401.000	1.521.000
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.026.000	980.000
1.02.03	Imobilizado	6.821.000	6.160.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.643.000	7.752.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	-1.822.000	-1.592.000
1.02.04	Intangível	9.461.000	9.366.000
1.02.04.01	Intangíveis	9.461.000	9.366.000
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	9.366.000	9.285.000
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	95.000	81.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	66.297.000	54.215.000
2.01	Passivo Circulante	12.000.000	9.552.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	525.000	379.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	525.000	379.000
2.01.01.02.01	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	525.000	379.000
2.01.02	Fornecedores	4.300.000	3.049.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.164.000	912.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.164.000	912.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.000	9.000
2.01.03.01.02	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	1.148.000	903.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.936.000	3.706.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.936.000	3.706.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.854.000	1.318.000
2.01.05.02	Outros	1.854.000	1.318.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	476.000	214.000
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	1.181.000	1.024.000
2.01.05.02.07	Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	6.000	6.000
2.01.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	149.000	0
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	28.000	27.000
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	14.000	47.000
2.01.06	Provisões	221.000	188.000
2.02	Passivo Não Circulante	32.788.000	25.404.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	22.444.000	18.958.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	22.444.000	18.958.000
2.02.02	Outras Obrigações	8.635.000	5.120.000
2.02.02.02	Outros	8.635.000	5.120.000
2.02.02.02.03	Fornecedores	128.000	136.000
2.02.02.02.05	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	764.000	291.000
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	1.009.000	791.000
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulantes	253.000	238.000
2.02.02.02.10	Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	5.749.000	3.276.000
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	123.000	5.000
2.02.02.02.12	Passivo de arrendamento	67.000	70.000
2.02.02.02.13	Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	516.000	313.000
2.02.02.02.14	Tributos sobre o lucro	26.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	503.000	222.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	503.000	222.000
2.02.04	Provisões	1.206.000	1.104.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.206.000	1.104.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	21.509.000	19.259.000
2.03.01	Capital Social Realizado	12.920.000	12.920.000
2.03.02	Reservas de Capital	96.000	93.000
2.03.04	Reservas de Lucros	9.745.000	7.682.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.006.000	866.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	247.000	234.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	8.492.000	6.582.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.597.000	-1.597.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.000	-123.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	342.000	284.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	31.989.000	28.461.000
3.01.01	Receita bruta	44.270.000	41.205.000
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-12.281.000	-12.744.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.615.000	-22.087.000
3.03	Resultado Bruto	7.374.000	6.374.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.496.000	-2.101.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-288.000	-270.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.530.000	-1.397.000
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-456.000	-332.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-166.000	-170.000
3.04.05.02	Amortização de mais-valia	-166.000	-170.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.000	68.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.878.000	4.273.000
3.06	Resultado Financeiro	-1.030.000	-1.341.000
3.06.01	Receitas Financeiras	725.000	518.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	597.000	518.000
3.06.01.02	Outros resultados financeiros, líquidos	128.000	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.755.000	-1.859.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.755.000	-1.768.000
3.06.02.02	Outros resultados financeiros, líquidos	0	-91.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.848.000	2.932.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-943.000	-623.000
3.08.01	Corrente	-511.000	-288.000
3.08.02	Diferido	-432.000	-335.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.905.000	2.309.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.905.000	2.309.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.809.000	2.229.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	96.000	80.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,39	1,9

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.905.000	2.309.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	126.000	54.000
4.02.01	Efeito dos planos de benefício e planos de saúde a empregados das investidas	-304.000	80.000
4.02.02	Resultado abrangente sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	375.000	15.000
4.02.03	Tributos s/resultados abrangentes	55.000	-41.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.031.000	2.363.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.935.000	2.280.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	96.000	83.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.543.000	3.412.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.159.000	5.341.000
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	2.905.000	2.309.000
6.01.01.02	Depreciação e amortização*	1.473.000	1.299.000
6.01.01.03	Baixa de ativos não circulantes	135.000	148.000
6.01.01.04	Resultado de participação societária	56.000	-68.000
6.01.01.05	Tributos sobre o lucro	943.000	623.000
6.01.01.06	Resultado financeiro, líquido	1.030.000	1.341.000
6.01.01.07	Outros	-549.000	-481.000
6.01.01.08	Amortização de mais-valia	166.000	170.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.527.000	-364.000
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-73.000	-500.000
6.01.02.02	Concessão Serviço Público (Ativos financeiros e contratuais)	-3.198.000	-847.000
6.01.02.03	Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	956.000	441.000
6.01.02.04	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	-4.000	-47.000
6.01.02.05	Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	652.000	765.000
6.01.02.06	Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	338.000	-377.000
6.01.02.07	Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	-138.000	-144.000
6.01.02.08	Outros ativos e passivos, líquidos	-60.000	345.000
6.01.03	Outros	-1.089.000	-1.565.000
6.01.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	44.000	40.000
6.01.03.02	Encargos de dívidas pagos	-935.000	-1.186.000
6.01.03.03	Instrumentos derivativos pagos, líquidos	236.000	-44.000
6.01.03.04	Rendimentos de aplicações financeiras	135.000	170.000
6.01.03.05	Pagamento de juros – Arrendamentos	-13.000	-11.000
6.01.03.06	Tributos sobre o lucro pagos	-556.000	-534.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.803.000	-4.395.000
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-994.000	-427.000
6.02.03	Concessão serviço público (Ativo contratual)	-3.738.000	-3.881.000
6.02.04	Aumento de capital em investidas	-27.000	-57.000
6.02.05	Aplicação de títulos e valores mobiliários	-179.000	-180.000
6.02.06	Resgate de títulos e valores mobiliários	135.000	150.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.279.000	1.090.000
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	5.764.000	6.558.000
6.03.02	Pagamento dos custos de captação	-39.000	-76.000
6.03.03	Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-4.816.000	-5.346.000
6.03.04	Depósitos em garantias	30.000	-26.000
6.03.05	Obrigações vinculadas as concessões	315.000	574.000
6.03.06	Pagamento de principal – Arrendamentos	-30.000	-25.000
6.03.07	Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	1.522.000	129.000
6.03.08	Dividendos e JSCP pagos aos acionistas da Neoenergia	-450.000	-635.000
6.03.09	Dividendos e JSCP pagos aos acionistas não controladores	-17.000	-63.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.019.000	107.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.041.000	3.934.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.060.000	4.041.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.920.000	93.000	6.085.000	0	-123.000	18.975.000	284.000	19.259.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.920.000	93.000	6.085.000	0	-123.000	18.975.000	284.000	19.259.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.000	0	-746.000	0	-743.000	-38.000	-781.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	3.000	0	0	0	3.000	0	3.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-201.000	0	-201.000	-38.000	-239.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-545.000	0	-545.000	0	-545.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.809.000	126.000	2.935.000	96.000	3.031.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.809.000	0	2.809.000	96.000	2.905.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	126.000	126.000	0	126.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.063.000	-2.063.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	140.000	-140.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.910.000	-1.910.000	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	13.000	-13.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	12.920.000	96.000	8.148.000	0	3.000	21.167.000	342.000	21.509.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.920.000	93.000	4.413.000	0	-172.000	17.254.000	323.000	17.577.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.920.000	93.000	4.413.000	0	-172.000	17.254.000	323.000	17.577.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.000	-556.000	0	-559.000	-122.000	-681.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-68.000	-68.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-556.000	0	-556.000	0	-556.000
5.04.09	Ajuste de transação com os sócios	0	0	-3.000	0	0	-3.000	-54.000	-57.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.231.000	49.000	2.280.000	83.000	2.363.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.229.000	0	2.229.000	80.000	2.309.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.000	49.000	51.000	3.000	54.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.675.000	-1.675.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	112.000	-112.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.563.000	-1.563.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	12.920.000	93.000	6.085.000	0	-123.000	18.975.000	284.000	19.259.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	44.523.000	40.873.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.270.000	41.205.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	709.000	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-456.000	-332.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.587.000	-22.674.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.368.000	-6.056.000
7.02.04	Outros	-17.219.000	-16.618.000
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-448.000	-442.000
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-13.414.000	-13.673.000
7.02.04.03	Encargo de uso de rede básica de transmissão	-3.357.000	-2.503.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.936.000	18.199.000
7.04	Retenções	-1.640.000	-1.469.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.640.000	-1.469.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.296.000	16.730.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.979.000	4.161.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.000	68.000
7.06.02	Receitas Financeiras	7.035.000	4.093.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.275.000	20.891.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.275.000	20.891.000
7.08.01	Pessoal	1.304.000	1.229.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	734.000	675.000
7.08.01.02	Benefícios	302.000	4.000
7.08.01.04	Outros	268.000	550.000
7.08.01.04.01	Férias e 13º salário	164.000	155.000
7.08.01.04.02	Encargos sociais (exceto INSS)	101.000	101.000
7.08.01.04.03	Administradores	59.000	58.000
7.08.01.04.06	Outros	-56.000	236.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.983.000	11.948.000
7.08.02.01	Federais	5.290.000	5.020.000
7.08.02.02	Estaduais	6.637.000	6.888.000
7.08.02.03	Municipais	56.000	40.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.083.000	5.405.000
7.08.03.01	Juros	8.080.000	5.393.000
7.08.03.02	Aluguéis	3.000	12.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	842.000	636.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	746.000	556.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	96.000	80.000
7.08.05	Outros	2.063.000	1.673.000
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)	140.000	0
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	1.923.000	1.673.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021 – Neoenergia anuncia hoje os seus resultados do quarto trimestre e encerramento do período de 12 meses de 2020 (4T20 e 2020).



ICD2 B3 ISE B3 IEE B3 IBRX100 B3 NEOE3 NOVO MERCADO

DESTAQUES (R\$ MM) 4T20	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Receita Operacional Líquida	10.002	7.215	39%	31.138	27.622	13%
Margem Bruta	3.163	2.509	26%	10.233	9.163	12%
Despesas Operacionais (PMSO)	(999)	(894)	12%	(3.225)	(3.180)	1%
EBITDA	2.101	1.513	39%	6.496	5.719	14%
Resultado Financeiro	(350)	(368)	(5%)	(1.030)	(1.341)	(23%)
Lucro Atribuído aos Controladores	996	618	61%	2.809	2.229	26%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	404	156	159%	549	556	(1%)
IFRS 15	360	198	82%	758	343	121%



INDICADORES OPERACIONAIS						
Mercado cativo (GWh)	10.493	11.574	(9,3%)	41.348	43.942	(5,9%)
Mercado cativo + livre (GWh)	14.883	15.500	(4,0%)	57.026	58.922	(3,2%)
Volume de energia injetada (GWh)	18.006	17.776	1,3%	66.857	67.878	(1,5%)
Número de Clientes (mil)	14.289	14.049	1,7%			

Indicadores Financeiros de Dívida	2020	2019	Variação
Dívida Líquida(1)/EBITDA(2)	2,85	3,00	(0,1)
EBITDA/Resultado Financeiro(2)	6,31	4,27	2,0
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	-

(1) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

(2) EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada de 18.006 GWh no 4T20 (+1,29% vs. 4T19) refletindo a retomada da atividade econômica, e de 66.857 GWh no 2020 (-1,50% vs. 2019) impactada pelos efeitos da Covid-19, sobretudo no 2T20;
- No 4T20, a PECLD totalizou R\$35 milhões, queda de R\$73 milhões vs. 4T19 devido ao êxito das ações de cobrança. No ano a PECLD foi de R\$456 milhões, R\$124 milhões acima de 2019, impactada pela pandemia;
- Despesas Operacionais de R\$999 milhões no 4T20 (+12% vs. 4T19) pela aceleração das ações de corte e cobrança, além de gastos não recorrentes da aquisição da CEB (R\$25 milhões) e de baixa de ativos na Celpe (R\$26 milhões). No ano as despesas foram de R\$3,2 bilhões, em linha com 2019;
- EBITDA de R\$2,1 bilhões em 4T20 (+39% vs. 4T19) e de R\$6,5 bilhões no 2020 (+14% vs. 2019), confirmando a retomada da economia;
- Lucro de R\$996 milhões em 4T20 (+61% vs. 4T19) e de R\$2,8 bilhões em 2020 (+26% vs. 2019);
- CAPEX de R\$2,1 bilhões no 4T20 (+49% vs. 4T19) e R\$6,3 bilhões no ano (+44% vs. 2019) em virtude do avanço dos projetos de Transmissão e Eólicas;
- Redução da alavancagem. Dívida Líquida/EBITDA de 2,85x no 4T20 abaixo do registrado no 4T19, de 3,0x.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**TELECONFERÊNCIA 4T20**

Quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021

Horário: 10:00 (BRT) | 08:00 (EST)**(com tradução simultânea para o inglês)****Telefone para conexão:** +55 (11) 3181-8565 ou +55 (11) 4210-1803**EUA/Canadá: (Toll Free) +1 844 204-8942 – (Dial In) +1 412 717-9627****Demais países:** +1 412 717-9627 ou +55 (11) 3181-8565**Senha:** Neoenergia**Acesso ao Webcast:** <https://choruscall.com.br/neoenergia/4t20.htm>

A NEOENERGIA S.A., APRESENTA OS RESULTADOS DO QUARTO TRIMESTRE (4T20) E DO EXERCÍCIO DE 2020 A PARTIR DE ANÁLISES GERENCIAIS QUE A ADMINISTRAÇÃO ENTENDE TRADUZIR DA MELHOR FORMA O NEGÓCIO DA COMPANHIA, CONCILIADA COM OS PADRÕES INTERNACIONAIS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (*INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS – IFRS*).

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO	5
2. AMBIENTE MACROECONÔMICO	5
3. AMBIENTE REGULATÓRIO	5
3.1. Redes	5
3.1.1. Distribuidoras	5
3.1.1.1. Tarifas	5
3.1.1.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano	6
3.1.1.3. Conta-Covid	7
3.1.2. Transmissão	8
3.1.3. Geração	8
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	9
4.1. Redes	9
4.2. Renováveis	18
4.3. Liberalizado	20
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	20
5.1. Consolidado	20
5.2. Redes	21
5.3. Renováveis	26
5.4. Liberalizado	28
6. EBITDA (LAJIDA)	29
7. RESULTADO FINANCEIRO	29
8. INVESTIMENTOS	30
8.1. Controladas e Coligadas	30
8.2. Redes	31
8.3. Renováveis	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.3.1.	Parques Eólicos	31
8.3.2.	Usinas Hidrelétricas	32
8.4.	Liberalizado	32
9.	ENDIVIDAMENTO	32
9.1.	Posição de Dívida e Alavancagem Financeira	32
9.2	Cronograma de amortização das dívidas	33
9.3.	Perfil Dívida	33
10.	RATING	34
11.	MERCADO DE CAPITAIS	34
12.	OUTROS TEMAS	34
12.1.	Adesão à Conta-Covid	34
12.2.	Leilão CEB	35
12.3.	Decisão Judicial Favorável à Celpe (Causa do PIS/COFINS)	35
12.4.	Clientes Baixa Renda	35
12.5.	Práticas de Gestão	35
13.	SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	37
13.1.	Sustentabilidade e Mudanças Climáticas	37
13.2.	Inovação	38
13.3.	Educação e Cultura	39
13.4.	Instituto Neoenergia	39
13.5.	Eficiência Energética	39
13.6.	Pesquisa e Desenvolvimento	40
14.	PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA	40
15.	AUDITORES INDEPENDENTES	41
16.	BALANÇO SOCIAL	41
17.	NOTA DE CONCILIAÇÃO	42

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em meio a um ano tão desafiador como 2020, que vai ser lembrado pelos efeitos da Pandemia de Covid-19, a Neoenergia manteve sua trajetória de crescimento constante, fruto de uma estratégia estruturada e um modelo de negócios sustentável e diversificado. Com disciplina de custos e constante busca por eficiência, mantivemos nosso OPEX no mesmo patamar de 2017, absorvendo a inflação, aumento do número de clientes e de *headcount* pela expansão do nosso portfólio de negócios. O EBITDA cresceu 14% em relação a 2019, enquanto o lucro líquido alcançou R\$2,8 bilhões, 26% superior ao verificado no ano anterior.

Após o forte impacto das medidas de restrição de mobilidade e a desaceleração da economia no segundo trimestre, no setor elétrico verificamos durante o resto do ano uma recuperação do mercado ao patamar de 2019, resultando em uma retração de 1,5% da energia injetada do ano. Com inovação e pioneirismo implementamos novos canais de atendimento e pagamento, impactando positivamente a inadimplência. Encerramos o ano com um índice de arrecadação 0,7 p.p. acima de 2019. Importante destacar que mesmo diante dos desafios operacionais impostos pela Pandemia asseguramos a qualidade do serviço atendendo os limites regulatórios.

Ao longo do ano investimos mais de R\$ 6,3 bilhões, aproximadamente 50% na expansão e modernização de redes de distribuição. No segmento de transmissão, energizamos, antes do prazo contratual, 359 km e a subestação Biguaçu, em Santa Catarina, agregando 400 MVA ao sistema elétrico brasileiro. Já nos negócios renováveis, demos prosseguimento a construção do complexo de Chafariz, na Paraíba, que se encontra dentro do cronograma, e iniciamos a mobilização de Oitis, com 95% do CAPEX e dos materiais e serviços contratados.

O ano de 2020 também foi importante na expansão da nossa atuação no País. Alinhados com a estratégia global e com plano de negócios baseado em eficiências, sinergia e na modernização das redes, adquirimos a Companhia Elétrica de Brasília (CEB), num investimento de R\$2,5 bilhões. Também arrematamos mais um lote de transmissão com mais de 80% na Bahia, área de concessão da Coelba, adicionando 1,1 mil km de redes e uma subestação de 400MVA ao portfólio, além de aprovarmos a construção do primeiro parque solar da Neoenergia, com 149 MW dc, no complexo de Luzia, na Paraíba.

Entendemos que nosso papel vai além dos resultados financeiros e atuamos fortemente no apoio no combate dos efeitos da Covid-19, promovendo ações de Eficiência Energética, doação de recursos hospitalares, insumos de higiene e alimentação aos mais vulneráveis. Por meio do Instituto Neoenergia, investimos mais de R\$ 9 milhões em projetos sociais, culturais e ambientais, sendo 47% com recursos próprios.

Ampliamos ainda nosso projeto de capacitação e desenvolvimento local, com a formação de quase 1,5 mil alunos em Escolas de Eletricistas, que promovem também a inclusão e diversidade com a formação de mulheres como eletricitas. Nossas práticas sustentáveis, compromisso com o meio ambiente e a geração de dividendos sociais são cada vez mais reconhecidas. Ingressamos na 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e na 11ª carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3, e figuramos entre as empresas do selo Proética.

Acreditamos na responsabilidade do setor elétrico na recuperação da economia e continuaremos investindo em projetos que promovam a descarbonização, com a expansão de energias renováveis e iniciativas para eletrificação da economia, como o primeiro Corredor Verde do Nordeste, que permitirá a mobilidade elétrica entre seis capitais nordestinas.

Os Resultados alcançados em 2020 são fruto de um trabalho planejado e do compromisso de um time engajado com os resultados comprometidos. Agradeço ao time da Neoenergia pela coragem, perseverança e responsabilidade e a nossos acionistas pela confiança.

Mario Jose Ruiz Tagle Larrain

Diretor-presidente da Neoenergia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia é uma sociedade por ações de capital aberto, presente em 18 estados brasileiros, e atua como holding, com participação majoritária no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de Energia Elétrica. Na atividade de Distribuição, a Neoenergia controla quatro Distribuidoras, sendo três na região Nordeste – Coelba, Celpe, e Cosern – e uma na região Sudeste – Elektro.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura societária da Neoenergia era composta por 51,04% de participação da Iberdrola, 30,29% de participação da PREVI e 18,67% de *free float*.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2020 se iniciou desafiador, porém promissor. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em janeiro, a projeção inicial era de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 de 2,3%. Pautas liberais (como as privatizações e outras reformas estruturantes) estavam previstas no calendário.

Entretanto, com a pandemia do novo Coronavírus, o cenário global sofreu mudanças drásticas.

Em meados de maio, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, porém, ao final do ano a expectativa do Relatório Focus do Banco Central já era de uma retração de 4,4%.

Na parte cambial, o dólar fecha 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$ 5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Já o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) atingiu 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar mais alto do que os 7,32% registrados no ano anterior. A maior parte desse indicador é composta por *commodities* ligadas ao setor industrial (minério de ferro, cobre e alumínio), e também do agronegócio (milho e trigo). Com a desvalorização cambial, esses produtos, cotados em dólar, aumentaram muito de preço, pressionando o IGP-M para cima. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2,00% a.a. (vs. 4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de 1,5% em relação a 2019. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19 que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Redes

3.1.1. Distribuidoras

3.1.1.1. Tarifas

No ano de 2020 ocorreram Reajuste Tarifário Anual para todas as distribuidoras do Grupo Neoenergia:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



	 COELBA	 CELPE	 COSERN	 ELEKTRO
Grupo de Consumo	abr/20	abr/20	abr/20	ago/20
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	5,38%	5,93%	4,72%	6,00%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	4,85%	4,88%	2,92%	5,02%
Efeito tarifário médio AT+BT	5,00%	5,16%	3,40%	5,36%
Início da Vigência	22-abr-20	29-abr-20	22-abr-20	27-ago-20
Processo Revisional	Reajuste Anual	Reajuste Anual	Reajuste Anual	Reajuste Anual
Próxima Revisão Tarifária	abr/23	abr/21	abr/23	ago/23

COELBA, CELPE e COSERN

Em abril de 2020, a Coelba, Celpe e Cosern propuseram o diferimento do início da aplicação dos reajustes para 1º de julho, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE dos três meses em equivalentes montantes financeiros, as quais foram pagas em cinco parcelas entre os meses de agosto a dezembro. Em relação ao diferimento do reajuste, a Aneel reconheceu direito referente à receita tarifária adicional no período devido à suspensão da aplicação das novas tarifas homologadas até 30 de junho de 2020, o qual será compensando no reajuste 2021 da Companhia.

ELEKTRO

Em 25 de agosto de 2020, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Elektro. A variação na Parcela A foi de 15,41% (R\$ 686,4 milhões), com o preço médio de repasse dos contratos de compra de energia definido em R\$ 212,94/MWh. Já a variação na Parcela B foi de 8,43% (R\$ 133,2 milhões). Combinando Parcelas A e B o impacto foi de +13,59%, que descontados dos componentes financeiros de -8,22% (aqui incluídos a contribuição para redução do reajuste, pela antecipação dos recursos da Conta-Covid), resulta num efeito médio a ser percebido pelo consumidor de +5,36%.

3.1.1.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano**Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC**

Após a decisão de manutenção do custo de capital regulatório (WACC) em 8,09% em 2018 e 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 26/2019 com o objetivo de atualizar a metodologia de cálculo desse parâmetro para os segmentos de geração (usinas cotistas), transmissão e distribuição. O segmento de distribuição tem valor diferente, pois considera prêmio de risco adicional da atividade (risco de mercado).

Em março de 2020, a Agência aprovou nova metodologia para cálculo do WACC cujas principais mudanças foram: (i) a utilização, sempre que possível, de parâmetros locais, como Títulos do Tesouro Brasileiro para Taxa Livre de Risco (NTN-B), média de debêntures para o setor elétrico para Capital de Terceiros e Estrutura Ótima de Capital Teórica; e (ii) a atualização anual do WACC considerando a média dos últimos cinco anos para Custo de Capital Próprio e os indicadores mais recentes para Custo de Capital de Terceiros e Estrutura de Capital.

O valor vigente em 2020 aplicável às Revisões Tarifárias das distribuidoras foi de 7,32%.

Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios

Em novembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 62/2020 com o intuito revisar a metodologia de definição dos custos operacionais com periodicidade de 4 anos, a partir da definição do método, das variáveis que serão usadas, premissas do cálculo, tratamento dos dados e regra de aplicação em todos os seus detalhes.

A Metodologia é baseada em Benchmark e a cada revisão, a ANEEL compara o nível de eficiência dos custos operacionais das distribuidoras para definir qual o montante de custos será reconhecido em sua tarifa. Na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



metodologia é construído um ranking de eficiência entre as empresas. Considera como variáveis principais a extensão de rede, o nº de UC's e o mercado ponderado de energia. Tais variáveis são utilizadas como produtos e o custo operacional contábil da empresa como insumo no modelo de otimização do DEA (Data Envelopment Analysis). O resultado depende da evolução da eficiência das demais distribuidoras.

A proposta da ANEEL neste novo ciclo de discussão é manter o DEA para estimar os custos operacionais eficientes. Atualmente utiliza-se o Opex para as variáveis de insumo e neste ponto a ANEEL propõe adicionalmente a consideração das dimensões de qualidade e de perdas não técnicas (diferença monetária entre a perda real *versus* a perda regulatória) ao modelo, considerando como insumo os custos com condenações trabalhistas.

Fator X - Ganhos de Eficiência e Produtividade

Em março de 2020 a Diretoria da ANEEL deliberou o resultado da Consulta Pública ANEEL no 23/2019, a revisão metodológica para o componente do Fator X relativo aos ganhos de produtividade da atividade de distribuição (Pd). A nova metodologia considera os efeitos dos ganhos de produtividade e as variações de mercado dos seis anos antecedentes ao processo tarifário em processamento. Os resultados representaram perspectivas de diminuição do "Pd" para todas as distribuidoras do Grupo (RTP 2021 Celpe e RTP 2023 demais distribuidoras), o que significou menor apropriação dos ganhos de produtividade para os consumidores.

3.1.1.3. Conta-Covid

Em 18 de maio de 2020, foi publicado o Decreto 10.350 que autorizou a criação e deu diretrizes sobre a gestão da Conta Covid. A Conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela CCEE e que foram repassados às distribuidoras, com o objetivo de mitigar os efeitos financeiros da perda de arrecadação, em virtude da redução de mercado e ampliação da inadimplência, relacionados à pandemia do Covid-19.

A operação foi lastreada por adiantamento de ativos tarifários num formato off-balance para não comprometer os *covenants* das empresas. A devolução dos valores adiantados será realizada por meio de passivos tarifários correspondentes atualizados pela Selic até 2022.

De modo a alongar o pagamento do empréstimo pelos consumidores evitando aumentos tarifários relevantes nos próximos meses, o empréstimo será pago pelos consumidores nos próximos cinco anos por meio de encargo adicional na CDE, a partir de 2021. Caso o consumidor opte por migrar para o mercado livre, ele continuará responsável por arcar com sua quota correspondente ao pagamento do empréstimo.

Os custos acessórios ao empréstimo (custos administrativos, financeiros e tributários), proporcionais ao benefício auferido pelas distribuidoras, poderão ser ressarcidos por estas aos consumidores, caso a ANEEL considere que a distribuidora foi o beneficiário de parte da operação. Os critérios para esta definição serão discutidos em consulta pública posterior.

No dia 03 de julho, as quatro distribuidoras da Neoenergia assinaram o termo de adesão ao empréstimo da Conta Covid com seus respectivos valores teto, totalizando: R\$ 1,6 bilhão. A operação contou com a adesão de 61 das 64 distribuidoras e atingiu o valor de R\$ 14,8 bilhões, que corresponde a 92% do valor-teto possível pela Resolução 855 (R\$ 16,1 bilhões).

O valor total desembolsado pelas 4 distribuidoras da Neoenergia foi de R\$ 1.664 milhões, de acordo com cronograma abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Data do Desembolso	Coelba	Celpe	Cosern	Elektro
31/07/20	407.730	345.147	66.278	470.965
12/08/20	47.668	52.403	11.928	70.782
14/09/20	44.208	57.169	17.272	72.544
Total (R\$ Mil)	499.607	454.719	95.479	614.291

3.1.2. Transmissão

Em 30 de junho de 2020, a ANEEL homologou o resultado da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida – RAP da Afluente T. O índice de reposicionamento foi de -6,99 % aplicado a partir de 1º de julho de 2020 sobre a receita vigente conforme definido na Resolução Homologatória nº 2.708/2020-ANEEL. O valor final da RAP da Afluente T, englobando o resultado da Revisão Periódica e a inclusão da receita de ativos resultantes de novos reforços e melhorias, foi divulgado por meio da Resolução Homologatória nº 2.725/2020-ANEEL, em 14/07/2020, sendo posteriormente ajustado pelo Despacho nº 3.219/2020-ANEEL, de 17/11/2020. O valor final apresentou um recuo de 5,73% em relação a RAP do ciclo anterior.

Destacamos também o Reajuste Tarifário anual das instalações de transmissão de energia elétrica em operação comercial (Narandiba, Potiguar Sul, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Sobral, Neoenergia Dourados e Neoenergia Biguaçu) e das licitadas e autorizadas que entrarão em operação comercial até 30 de junho de 2021.

3.1.3. Geração

Em 11 de fevereiro de 2020, foi publicada a Portaria nº 59, definindo os parâmetros que devem ser utilizados na aplicação das métricas do critério geral de garantia de suprimento, para aferição da adequabilidade no atendimento à energia no Sistema, estabelecidas na Resolução CNPE nº 29, de 12 de dezembro de 2019: (i) o valor esperado condicionado da energia não suprida deve ser inferior à 5% e (ii) o valor esperado condicionado do custo marginal de operação deve ser inferior à R\$ 800/MWh. Já com relação à potência, (i) a probabilidade de perda de carga deve ser inferior à 5% e (ii) o valor esperado condicionado da insuficiência da oferta de potência também deve ser inferior à 5%.

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, sobre a repactuação dos riscos não hidrológicos que têm sido indevidamente assumidos pelos geradores do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. A Lei prevê compensação aos participantes do MRE pelo deslocamento da geração hidrelétrica em razão de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo e dos efeitos causados pelos empreendimentos estruturantes no que se refere a antecipação de garantia física durante a fase de motorização e restrições de escoamento da energia em função de atrasos das instalações de transmissão. A Lei prevê ainda a compensação de forma retroativa para os agentes que não tenham repactuado o risco hidrológico e desistam das ações judiciais que discutam a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos. Os cálculos de ressarcimento e publicação dos valores pela ANEEL estão em andamento. A partir de então, os agentes poderão manifestar seu interesse em aderir a essa repactuação. Desta forma, em 2021, após a adesão dos geradores atualmente judicializados, terá início a regularização dos pagamentos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Eventuais pedidos de parcelamento dos pagamentos pelos geradores serão avaliados pela CCEE.

Em 4 de dezembro de 2020, foram publicadas as Resoluções Normativas ANEEL nº 898 e 899/2020, que consolidaram as novas regras de sazonalização da Garantia Física pelos geradores do MRE e do Alívio de Exposições Financeiras de Energia Secundária.

Em 24 de dezembro de 2020, o Ministério de Minas e Energia apresentou as diretrizes dos leilões de energia existente A-4 e A-5, com o objetivo de contratar usinas termelétricas a gás natural e carvão mineral, visando à

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



manutenção no sistema das usinas existentes, cujos contratos de venda de energia e combustível estão vencendo, além de se tratar de iniciativa inédita que prevê a substituição das usinas termelétricas a diesel por usinas a gás natural, mais baratas e menos poluentes.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Grupo Neoenergia possui três segmentos estratégicos, que são apresentados da seguinte forma: (i) Redes – distribuição e transmissão; (ii) Renováveis – geração eólica e hidrelétricas e (iii) Liberalizado – geração térmica e comercialização de energia.

4.1. Redes

4.1.1. Distribuidoras

4.1.1.1 Número de Consumidores

A tabela a seguir reflete a quantidade de consumidores ativos ao final de 2020 em cada distribuidora do Grupo Neoenergia. Em comparação com 2019, houve aumento de 240 mil consumidores (+1,7%).

Número de Consumidores (milhares)	2020					2019					VARIAÇÃO				
	Consolidado	COELBA	CELPE	COSERN	ELEKTRO	Consolidado	COELBA	CELPE	COSERN	ELEKTRO	Consolidado	COELBA	CELPE	COSERN	ELEKTRO
Residencial	12.601	5.490	3.414	1.308	2.390	12.353	5.385	3.337	1.297	2.334	248	105	77	10	56
Industrial	39	13	5	1	20	41	14	5	1	21	(2)	0	0	0	(2)
Comercial	935	408	225	103	199	983	426	256	103	198	(48)	(18)	(31)	0	1
Rural	556	225	143	56	131	505	201	127	50	128	51	25	17	6	3
Outros	158	69	33	26	30	167	80	33	25	29	(9)	(11)	0	1	1
Total	14.289	6.205	3.820	1.494	2.770	14.049	6.105	3.757	1.476	2.711	240	100	63	18	59

4.1.1.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída (cativo + livre) foi 14.883 GWh no 4T20 (-4,0% vs. 4T19), explicada, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2020, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 863/2019, que fez com que o faturamento destes clientes fosse deslocado para janeiro de 2021 e, portanto, contabilizada como energia não faturada no 4T20, de modo que não houve impacto econômico no trimestre. Assim sendo, desconsiderando o efeito desta Resolução, haveria crescimento de +2,5% vs. 4T19, com volume total distribuído chegando a 15.883 GWh.

No ano, a energia distribuída atingiu 57.026 GWh (-3,2% vs. 2019) e sem o impacto da REN 863 o volume seria de 58.026 GWh (-1,5% vs. 2019), ainda refletindo os impactos decorrentes da pandemia, sobretudo dos efeitos no 2T20.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente são apresentados na tabela abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Energia Distribuída - Mercado Cativo (GWh)	COELBA			CELPE			COSERN			ELEKTRO			CONSOLIDADO		
	4T20	4T19	%	4T20	4T19	%	4T20	4T19	%	4T20	4T19	%	4T20	4T19	%
Residencial	1.926	1.931	(0,3%)	1.392	1.366	1,9%	602	573	5,1%	1.360	1.227	10,8%	5.279	5.097	3,6%
Industrial	229	368	(37,8%)	113	162	(30,2%)	56	77	(27,3%)	330	366	(9,8%)	728	973	(25,2%)
Comercial	680	900	(24,4%)	501	668	(25,0%)	194	253	(23,3%)	551	590	(6,6%)	1.928	2.412	(20,1%)
Rural	473	664	(28,8%)	165	205	(19,5%)	126	148	(14,9%)	318	297	7,1%	1.081	1.315	(17,8%)
Outros	583	726	(19,7%)	404	479	(15,7%)	153	198	(22,7%)	338	374	(9,6%)	1.477	1.777	(16,9%)
Energia Distribuída - Mercado Cativo Total	3.891	4.590	(15,2%)	2.574	2.880	(10,6%)	1.130	1.250	(9,6%)	2.898	2.854	1,5%	10.493	11.574	(9,3%)
Mercado Livre	1.180	1.045	12,9%	989	886	11,6%	328	271	21,0%	1.893	1.723	9,9%	4.390	3.926	11,8%
TOTAL (Cativo+Livre)	5.071	5.635	(10,0%)	3.563	3.766	(5,4%)	1.458	1.521	(4,1%)	4.791	4.577	4,7%	14.883	15.500	(4,0%)
TOTAL ex-REN 863	5.525	5.635	(2,0%)	3.847	3.766	2,2%	1.550	1.521	1,9%	4.961	4.577	8,4%	15.883	15.500	2,5%

Energia Distribuída - Mercado Cativo (GWh)	COELBA			CELPE			COSERN			ELEKTRO			CONSOLIDADO		
	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%
Residencial	7.446	7.326	1,6%	5.413	5.164	4,8%	2.365	2.229	6,1%	5.099	4.773	6,8%	20.323	19.493	4,3%
Industrial	1.095	1.435	(23,7%)	502	786	(36,1%)	246	297	(17,2%)	1.219	1.480	(17,6%)	3.062	3.997	(23,4%)
Comercial	2.768	3.404	(18,7%)	2.062	2.526	(18,4%)	803	987	(18,6%)	2.074	2.272	(8,7%)	7.708	9.190	(16,1%)
Rural	1.913	2.212	(13,5%)	618	686	(9,9%)	406	432	(6,0%)	1.115	1.080	3,2%	4.052	4.410	(8,1%)
Outros	2.444	2.790	(12,4%)	1.711	1.847	(7,4%)	679	758	(10,4%)	1.370	1.457	(6,0%)	6.203	6.852	(9,5%)
Energia Distribuída - Mercado Cativo Total	15.667	17.166	(8,7%)	10.307	11.009	(6,4%)	4.499	4.704	(4,4%)	10.875	11.062	(1,7%)	41.348	43.942	(5,9%)
Mercado Livre	4.305	4.063	6,0%	3.512	3.242	8,3%	1.134	1.078	5,2%	6.727	6.596	2,0%	15.678	14.980	4,7%
TOTAL (Cativo+Livre)	19.972	21.229	(5,9%)	13.819	14.251	(3,0%)	5.633	5.782	(2,6%)	17.602	17.658	(0,3%)	57.026	58.922	(3,2%)
TOTAL ex-REN 863	20.426	21.229	(3,8%)	14.103	14.251	(1,0%)	5.725	5.782	(1,0%)	17.772	17.658	0,6%	58.026	58.922	(1,5%)

O consumo residencial, de maior margem, apresentou crescimento em todas as distribuidoras, consolidando aumento de 3,6% no 4T20 (com destaque para a Elektro +10,8%) e de 4,3% no ano em relação à 2019, impulsionado tanto pelo aumento na base de clientes (+1,7%) como pela realidade de isolamento social imposta pela Covid-19.

O consumo da classe industrial cativa apresentou queda de 25,2% no 4T20 vs. 4T19, explicada, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido em novembro e dezembro de 2020. Quando analisamos esse grupo juntamente com o mercado livre, houve aumento de 4,5% no 4T20 vs. 4T19, influenciado pelo retorno das atividades econômicas. No ano, observou-se retração de 1,2% vs. 2019, ainda em razão dos impactos da pandemia, sobretudo no 2T20.

A classe comercial cativa apresentou queda de 20,1% no 4T20 vs. 4T19 e 16,1% em 2020 vs. 2019, explicada, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A ocorrido em novembro e dezembro de 2020 e pelas medidas de distanciamento social imposta pela Covid-19, que afetou todos os ramos, à exceção dos supermercados e hospitais.

A classe rural apresentou queda de 17,8% quando comparada ao 4T19 devido à redução do ciclo de leitura do Grupo A e pela menor demanda de irrigação, com exceção da Elektro que no trimestre registrou aumento de 7,1%, devido a maior irrigação por secas na região no fim do ano. Com relação ao ano de 2020, observa-se uma queda de 8,1% (vs. 2019) explicada pela menor demanda de irrigação em razão de maiores chuvas no início do ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



As outras classes apresentaram decréscimo de 16,9% (4T20 vs. 4T19) e de 9,5% (2020 vs. 2019), também em razão da redução do ciclo de leitura do Grupo A e do fechamento de unidades do poder público em decorrência da Covid-19.

4.1.1.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 18.006 GWh no 4T20 (+1,29% vs. 4T19) e 66.857 em 2020 (-1,50% vs. 2019).

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T20	4T19	4T20 x 4T19		2020	2019	2020 x 2019	
			Dif	%			Dif	%
CONSOLIDADO								
Mercado Cativo	10.493	11.574	(1.081)	(9,34%)	41.348	43.941	(2.593)	(5,90%)
Mercado Livre + Suprimento	4.390	3.926	464	11,82%	15.678	14.980	698	4,66%
Energia Distribuída (A)	14.883	15.499	(616)	(3,97%)	57.026	58.920	(1.894)	(3,21%)
Energia Perdida (B)	2.309	2.368	(59)	(2,49%)	8.767	8.883	(116)	(1,31%)
Não Faturado (C)	814	(91)	905	(994,51%)	1.065	75	990	1320,00%
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	18.006	17.776	230	1,29%	66.857	67.878	(1.021)	(1,50%)



Mercado Cativo	3.891	4.590	(699)	(15,23%)	15.667	17.166	(1.499)	(8,73%)
Mercado Livre + Suprimento	1.180	1.045	135	12,92%	4.305	4.063	242	5,96%
Energia Distribuída (A)	5.071	5.635	(564)	(10,01%)	19.972	21.229	(1.257)	(5,92%)
Energia Perdida (B)	931	1.020	(89)	(8,73%)	3.659	3.789	(130)	(3,43%)
Não Faturado (C)	422	(82)	504	(614,63%)	497	44	453	1029,55%
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	6.424	6.573	(149)	(2,27%)	24.127	25.063	(936)	(3,73%)



Mercado Cativo	2.574	2.880	(306)	(10,63%)	10.307	11.009	(702)	(6,38%)
Mercado Livre + Suprimento	989	886	102	11,63%	3.512	3.242	270	8,33%
Energia Distribuída (A)	3.563	3.766	(203)	(5,39%)	13.819	14.251	(432)	(3,03%)
Energia Perdida (B)	828	800	28	3,50%	3.106	2.976	130	4,37%
Não Faturado (C)	249	(37)	286	(772,97%)	307	15	292	1946,67%
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.640	4.529	111	2,45%	17.232	17.242	(10)	(0,06%)



Mercado Cativo	1.130	1.250	(120)	(9,60%)	4.499	4.704	(205)	(4,36%)
Mercado Livre + Suprimento	328	271	57	21,03%	1.134	1.078	55	5,19%
Energia Distribuída (A)	1.458	1.521	(63)	(4,14%)	5.633	5.782	(149)	(2,58%)
Energia Perdida (B)	181	188	(7)	(3,72%)	618	642	(24)	(3,74%)
Não Faturado (C)	110	8	102	1275,00%	99	0	99	-
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	1.750	1.718	32	1,86%	6.350	6.424	(74)	(1,15%)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Mercado Cativo	2.898	2.854	44	1,54%	10.875	11.062	(187)	(1,69%)
Mercado Livre + Suprimento	1.893	1.723	170	9,87%	6.727	6.596	131	1,99%
Energia Distribuída (A)	4.791	4.577	214	4,68%	17.602	17.658	(56)	(0,32%)
Energia Perdida (B)	369	360	8	2,50%	1.384	1.476	(92)	(6,23%)
Não Faturado (C)	33	19	14	73,68%	163	15	148	986,67%
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	5.193	4.957	236	4,76%	19.148	19.149	(1)	(0,01%)

4.1.1.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

DISTRIBUIDORAS	Perdas 12 meses (%)																
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total						
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	Aneel 19	1T20	2T20	3T20	4T20	Aneel 20
 COELBA	10,99%	10,89%	10,65%	10,63%	10,59%	4,31%	4,33%	4,51%	4,78%	6,63%	15,30%	14,25%	15,23%	15,16%	15,40%	17,22%	14,35%
 CELPE	8,18%	8,10%	8,11%	8,14%	8,05%	9,17%	9,63%	9,68%	9,97%	11,75%	17,35%	16,03%	17,74%	17,79%	18,10%	19,80%	16,10%
 COSERN	8,45%	8,39%	8,50%	8,43%	8,44%	1,54%	1,90%	1,40%	1,42%	2,86%	9,99%	10,72%	10,29%	9,90%	9,85%	11,29%	10,77%
 ELEKTRO	5,84%	5,83%	5,72%	5,70%	5,73%	1,95%	1,86%	1,68%	2,35%	2,35%	7,79%	8,03%	7,69%	7,40%	8,06%	8,08%	8,11%

DISTRIBUIDORAS	Perdas totais 12 meses (GWh)																
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total						
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	4T19	Aneel 19	1T20	2T20	3T20	4T20	Aneel 20
 COELBA	2.753	2.716	2.594	2.580	2.556	1.080	1.080	1.096	1.159	1.600	3.834	3.523	3.796	3.690	3.739	4.155	3.338
 CELPE	1.410	1.410	1.384	1.393	1.388	1.581	1.677	1.647	1.707	2.025	2.991	2.720	3.087	3.031	3.100	3.413	2.652
 COSERN	543	542	534	533	536	99	123	93	90	181	642	694	664	627	622	717	677
 ELEKTRO	1.118	1.114	1.068	1.079	1.096	374	356	311	445	450	1.491	1.347	1.470	1.379	1.523	1.546	1.553

NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2020 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. O indicador de dezembro de 2019 foi ajustado para a apuração definitiva.

O aumento das perdas totais 12 meses nas 4 distribuidoras em relação ao trimestre anterior é explicada, principalmente, pela redução do ciclo de leitura do Grupo A, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2020 que empurrou o faturamento para janeiro/21, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 863/2019. Essa adequação fez com que o volume do não faturado aumentasse no 4T20 afetando, consequentemente, o indicador de perdas. Vale destacar que o efeito é temporário e será carregado até o 4T21 em virtude de o indicador ser acompanhado na visão 12 meses. Ademais não há nenhum impacto no Resultado Econômico da Companhia, haja vista que não houve aumentos significativos na energia efetivamente perdida, como podemos demonstrar na próxima tabela.

A Coelba apresentou perdas totais 12 meses no 4T20 de 17,22% acima do limite regulatório de 14,35%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 4.155 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 15,34%, inferior ao observado no 3T20.

Na Celpe, as perdas totais na visão 12 meses encerraram o 4T20 em 19,80% acima do limite regulatório de 16,10%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 3.413 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 18,16%, em linha com o observado no 3T20.

Já as perdas totais na visão 12 meses no 4T20 na Cosern encerraram em 11,29% acima do limite regulatório de 10,77%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 717 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 9,83%, inferior ao observado no 3T20.

Por fim, a Elektro encerrou o 4T20 com perdas totais 12 meses de 8,08% abaixo do limite regulatório de 8,11%, correspondentes a uma quantidade de energia perdida de 1.546 GWh. Desconsiderando o efeito da Resolução Normativa no calendário de faturamento do 4T20, o indicador teria ficado em 7,19%, inferior ao observado no 3T20.

A tabela abaixo demonstra a magnitude do aumento da energia não faturada no trimestre e o percentual de perdas totais excluindo o efeito da Resolução Normativa.

	COELBA				CELPE				COSERN				ELEKTRO			
12 Meses (GWh)	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863	4T19	3T20	4T20	4T20 ex-REN 863
Distribuída	21.229	20.537	19.972	20.426	14.251	14.023	13.819	14.103	5.782	5.695	5.633	5.725	17.659	17.388	17.602	17.772
Energia Perdida	3.789	3.747	3.659	3.659	2.976	3.078	3.106	3.106	642	625	618	618	1.476	1.375	1.384	1.384
Não Faturado	44	-7	497	43	15	21	307	24	-0	-3	99	6	15	149	163	-7
Perdas Totais (a)	3.834	3.739	4.155	3.702	2.991	3.100	3.413	3.130	642	622	717	624	1.491	1.523	1.546	1.377
Injetada (b)	25.063	24.276	24.127	24.127	17.242	17.122	17.232	17.232	6.424	6.317	6.350	6.350	19.149	18.911	19.148	19.148
% Perdas Totais a/b	15,30%	15,40%	17,22%	15,34%	17,35%	18,11%	19,80%	18,16%	9,99%	9,85%	11,29%	9,83%	7,79%	8,06%	8,08%	7,19%

No 4T20 foram adotadas as seguintes ações de combate a perdas:

- Realização de 467 mil inspeções recuperando mais de 338 GWh;
- Substituição de 428 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito;
- Regularização em mais de 119 mil clandestinos, sendo 242 grandes clandestinos que resultaram em torno de 98 GWh recuperados;
- Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública em mais de 1,2 milhão pontos do parque de IP, totalizando uma energia recuperada de 121 GWh;
- Realização de 175 ações policiais de combate ao furto de energia, recuperando mais de 38 GWh.

4.1.1.5. Arrecadação e Inadimplência

Os gráficos abaixo retratam o índice de arrecadação sobre contas vencidas das distribuidoras da Neoenergia ao longo dos trimestres.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Com base nos gráficos acima percebe-se um elevado patamar de arrecadação em todas as quatro distribuidoras do grupo. A taxa de arrecadação consolidada, foi de 99,08% no 4T20 (+ 0,97 p.p. em relação ao 3T20), patamar superior ao nível do ano anterior, pré pandemia, fruto direto da efetividade das diversas ações de cobrança implementadas, em especial, após a liberação dos cortes, que tem permitido reaver parte do que não fora pago, especialmente no 2T20 (auge da pandemia).

PECLD/ ROB	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	3T20 x 4T20	4T19 x 4T20	2020	2019	Var.	Limite Regulatório
	ROB	3.111	2.806	2.356	2.555	2.744	7,40%	(11,80%)	10.461	11.199	(6,59 p.p.)
	PECLD	46	32	67	33	15	(54,55%)	(67,39%)	148	127	16,48 p.p.
	Inadimplência	1,47%	1,15%	2,84%	1,30%	0,56%	(0,75 p.p.)	(0,92 p.p.)	1,41%	1,13%	0,28 p.p.
	ROB	2.006	1.894	1.629	1.714	1.883	9,86%	(6,13%)	7.120	7.310	(2,60 p.p.)
	PECLD	40	46	85	32	16	(50,00%)	(60,00%)	180	134	33,95 p.p.
	Inadimplência	1,98%	2,42%	5,23%	1,89%	0,87%	(1,03 p.p.)	(1,11 p.p.)	2,53%	1,84%	0,69 p.p.
	ROB	805	758	639	687	740	7,71%	(8,07%)	2.824	2.919	(3,26 p.p.)
	PECLD	(2)	(0)	7	(1)	-	100,00%	-	4	5	(32,56 p.p.)
	Inadimplência	(0,24%)	(0,04%)	1,11%	(0,22%)	(0,21%)	0,00 p.p.	0,02 p.p.	0,13%	0,19%	(0,06 p.p.)
	ROB	1.912	1.872	1.609	1.706	1.998	17,12%	4,50%	7.185	7.895	(8,99 p.p.)
	PECLD	30	31	56	44	9	(79,55%)	(70,00%)	139	95	46,35 p.p.
	Inadimplência	1,54%	1,65%	3,47%	2,57%	0,45%	(2,12 p.p.)	(1,10 p.p.)	1,94%	1,21%	0,73 p.p.

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária

Vale destacar no 4T20 o sucesso das diversas ações de cobrança listada abaixo, que diminuiram o índice de inadimplência via melhorias na arrecadação e permitiram um baixo patamar de PECLD, em virtude de reversões de valores provisionados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

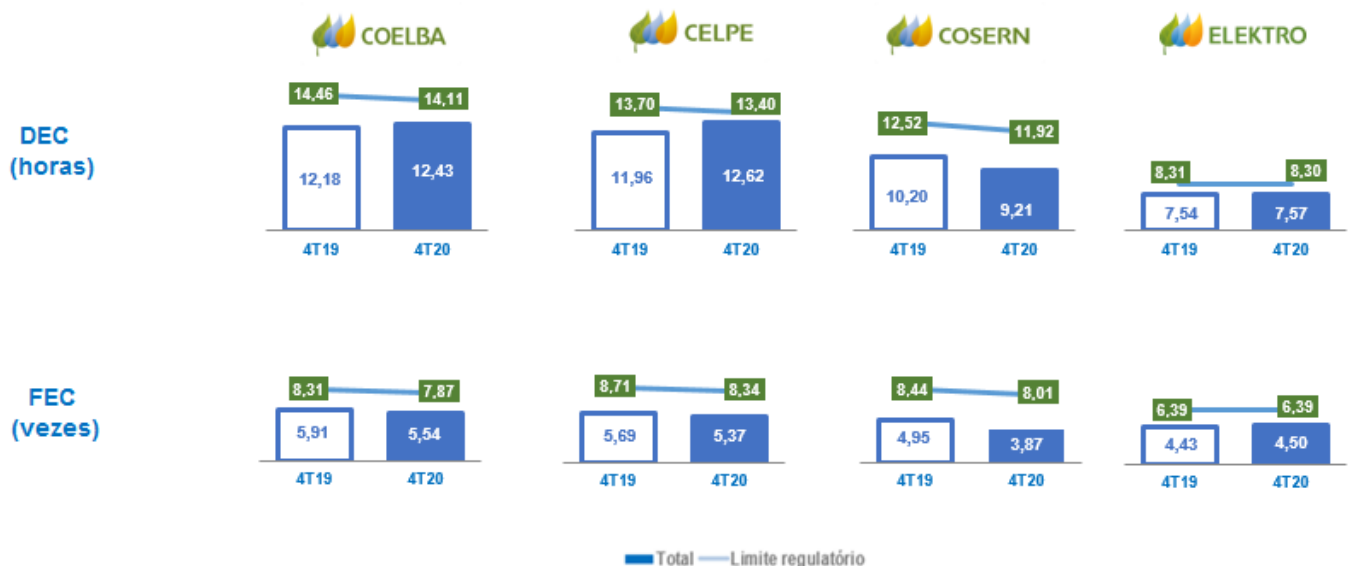


- i. Realização de 631 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georeferenciadas;
- ii. Acompanhamentos de 102 mil instalações de clientes que sofreram a suspensão do fornecimento e não solicitaram a taxa de religação, no intuito de evitar perdas no processo com fraudes ou desligamentos;
- iii. Negativações de 3.658 mil consumidores;
- iv. Intensificação da cobrança e das negociações;
- v. Cobranças telefônicas totalizando 22,6 milhões contatos através de SMS e URA;
- vi. Cobrança por e-mail totalizando 1.515 mil acionamentos;
- vii. Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

4.1.1.6. DEC e FEC (12 meses)

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição.

Todas as distribuidoras do Grupo estão abaixo do limite regulatório tanto para o DEC quanto para o FEC, conforme ilustrado nos gráficos abaixo, reflexo da boa gestão operacional do grupo:



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2020 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2019 foram ajustados para a apuração definitiva.

4.1.2. Transmissoras

4.1.2.1. Ativos de Transmissão em operação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



No 4T20, estavam em operação seis ativos de transmissão (Afluentes T, Narandiba, Potiguar Sul, Atibaia, Biguaçu e Sobral), além dos três trechos pertencentes ao lote 4 do Leilão de abr/17 (Dourados), já entregues ao sistema: Nova Porto Primavera - Rio Brilhante entregue em jul/20, Rio Brilhante – Campo Grande entregue em dez/20 e Nova Porto Primavera – Ivinhema também em dez/20.

Leilão de Abril/2017

- Lote 20 (Atibaia) – Concluído com antecedência de 14 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) e CAPEX 38% inferior ao investimento estimado originalmente pela Aneel.
- Lote 27 (Sobral) – Concluído com antecedência de 13 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) e CAPEX 33% inferior ao investimento estimado originalmente pela Aneel.
- Lote 22 (Biguaçu) – Concluído com antecedência de 7 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) e CAPEX 27% inferior ao investimento estimado originalmente pela Aneel.

Leilão	Lote	Nome	Localização	Extensão (Km)	Subestação	RAP ³ (R\$ MM)	Entrada em Operação	Taxa de Disponibilidade da Linha (%)		
								2018	2019	2020
-	-	Afluentes T	BA	489 km	3 subestações	45	1990	99,72	99,88	99,97
Leilão Jun/08	E	Narandiba ¹	BA	-	1 subestação	10	Jun/11	99,93	99,94	99,97
Leilão Jun/11	G	Extremoz II ¹	-	-	1 subestação	3	Set/14	100,00	100,00	100,00
Leilão Mai/12	D	Brumado II ¹	RN	-	1 subestação	2	Jul/15	99,93	99,94	99,97
Leilão Jan/13	G	Potiguar Sul	RN / PB	196 km	-	26	Nov/16	99,48	99,68	99,93
Leilão Abr/17	4	Dourados	MS	578 km	1 subestação	-	-	-	-	-
		Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	MS / SP	147 km	-	13	Jul/20	n/a	n/a	100,00
		Nova Porto Primavera – Ivinhema	MS / SP	64 km	-	8	Dez/20	n/a	n/a	n/a
		Rio Brilhante – Campo Grande	MS / SP	149 km	-	14	Dez/20	n/a	n/a	n/a
	20	Atibaia	MS	-	1 subestação	15	Dez/19	n/a	n/a	99,99
	22	Biguaçu	SC	-	1 subestação	15	Jul/20	n/a	n/a	100,00
	27	Sobral	CE	-	1 subestação	14	Jan/20	n/a	n/a	100,00

NOTA 1: Afluentes T foi oriunda do processo de desverticalização da Coelba

¹ Narandiba é formada por 3 subestações: SE Narandiba, SE Extremoz II e SE Brumado II

² RAP homologada (2020-21), exceto para os trechos de Dourados, cuja RAP é a efetivamente liberada a partir da entrada em operação.

O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, as transmissoras do grupo estiveram com disponibilidade acima do limite superior definido pelo ONS.

4.1.2.2. Licenças Ambientais e Evolução da Construção dos Ativos de Transmissão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Avanço Físico Projetos Transmissão				LICENÇAS			RAP ⁽¹⁾	CAPEX Aneel	Entrada em Operação (Aneel)	Fim da Concessão
				LP	LI	LO	R\$ (MM)	R\$ (MM)		
Leilão Abr/2017	Lote 4	Dourados	68%	✓	✓	●	66	487	Ago/22	Ago/47
Leilão Dez/2017	Lote 4	Jalapão	71%	✓	✓	▲	126	1.346	Mar/23	Mar/48
	Lote 6	Sta. Luzia	82%	✓	✓	▲	57	584	Mar/23	Mar/48
Leilão Dez/2018	Lote 2	Guanabara	11%	●	▲	▲	117	2.792	Mar/24	Mar/49
	Lote 3	Itabapoana	10%	●	▲	▲	69	1.331	Mar/24	Mar/49
	Lote 1	Vale do Itajaí	12%	●	●	▲	194	754	Mar/24	Mar/49
	Lote 14	Lagoa dos Patos	28%	●	●	▲	121	1.215	Mar/24	Mar/49
Leilão Dez/2019	Lote 9	Rio Formoso	15%	✓	●	▲	18	303	Mar/24	Mar/49
Leilão Dez/2020	Lote 2	TBD	0%	▲	▲	▲	160	1.997	Mar/26	Mar/51

(1) RAP do Leilão

Concluído	✓
Em andamento	●
A Iniciar	▲

LP = Licença Prévia

LI = Licença de Instalação

LO = Licença de Operação

NOTA: Evolução em 31 de dezembro de 2020.

Os projetos de construção dos lotes de transmissão obtidos nos leilões de abr/17, dez/17, dez/18 e dez/19 seguem com avanços significativos, confirmando o cronograma previsto pela Neoenergia.

Leilão de Abril/2017

- Lote 4 (Dourados) – conforme mencionado acima já foram entregues 3 de 5 trechos, de modo que o empreendimento já conta com 52% da RAP do projeto e 361 km de extensão de linha (equivalente a 63% do total das linhas do lote): LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante (147 km), com 25 meses de antecedência em relação ao prazo Aneel (agosto de 2022), LT Rio Brilhante – Campo Grande (149 km), com antecipação de 20 meses em relação ao prazo Aneel e LT 230 kV Nova Porto Primavera – Ivinhema (65 km), com antecipação de 19 meses em relação ao prazo Aneel.

Leilão de Dezembro/2017

- Lote 4 (Jalapão) – Obras em andamento com expectativa de antecipação em relação ao *Business Plan*;
- Lote 6 (Santa Luzia) – Obras em andamento com expectativa de antecipação em relação ao *Business Plan*.

Leilão de Dezembro/2018:

- Lote 1 (Vale do Itajaí) – LP's obtidas para as 5 subestações 230kV: Gaspar 2, Indaial, Rio do Sul, Jaguará do Sul e Itajaí;
- Lote 2 (Guanabara) e Lote 3 (Itabapoana) – LPs em andamento;
- Lote 14 (Lagoa dos Patos) – Licença de Instalação obtida para as duas subestações (SE Marmeleiros-2 e SE Livramento-3) e para o trecho LT Sta. Maria – Livramento.

Leilão de Dezembro/2019:

- Lote 9 (Rio Formoso) – LP obtida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

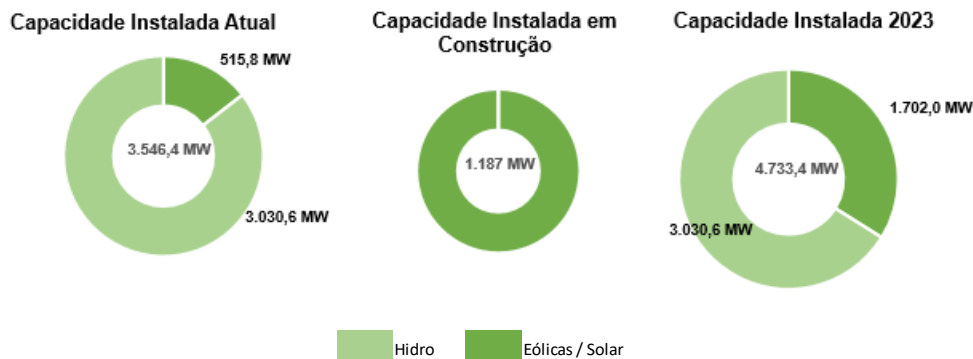


Leilão de Dezembro/2020:

A Neoenergia arrematou o lote 2, que compreende 3 linhas de transmissão de 500 kV, 1 linha de transmissão de 230 kV, uma nova subestação Medeiros Neto de 500 kV com compensação síncrona na Bahia, totalizando 1.091 km de extensão percorrendo majoritariamente a Bahia, além de Minas Gerais e Espírito Santo. O Capex Aneel estimado é de R\$ 2 bilhões com RAP de R\$ 160 milhões (atualizada anualmente por IPCA).

4.2. Renováveis

O Grupo Neoenergia atua no setor de energia renovável por meio de duas frentes: a eólica e a hídrica. Os ativos em operação e em construção totalizam 44 parques eólicos e 7 usinas hidrelétricas.



4.2.1. Parques Eólicos

Em 2020, a Companhia atuou no segmento de geração renovável por meio de 17 parques eólicos em operação, com uma capacidade instalada de 515,8 MW: Arizona I; Caetitê I, II e III; Calango I, II, III, IV, V e VI; Mel II; Santana I e II; Canoas; Lagoa I e II; e Rio do Fogo.

A Companhia possui três complexos em processo de construção: Chafariz, na Paraíba (15 parques com 471,2 MW), Oitis, no Piauí e na Bahia (12 parques com 566,5 MW) e Luzia (projeto solar de 149 MW dc).

O portfólio de ativos eólicos totalizará 1,6 GW em 2022, dos quais 51% estará destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 49% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), alinhado com a estratégia de posicionamento na liberalização do mercado de energia brasileiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Eólicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Fim da Concessão
EOL Caetité 1	100%	BA	Caetité	30,0	13,0	28/10/2042
EOL Caetité 2	100%	BA	Caetité	30,0	14,7	06/02/2046
EOL Caetité 3	100%	BA	Caetité	30,0	11,2	23/02/2046
EOL Calango 1	100%	RN	Bodó e Santana do Mato	30,0	13,9	27/04/2046
EOL Calango 3	100%	RN	Bodó, Santana do Mato e Lagoa Nova	30,0	13,9	29/05/2046
EOL Rio do Fogo (ENERBRASIL)	100%	RN	Rio do Fogo	49,3	17,9	18/12/2031
EOL Arizona 1	100%	RN	Rio do Fogo	28,0	12,9	03/03/2046
EOL Mel 2	100%	RN	Areia Branca	20,0	8,8	27/02/2046
EOL Calango 6	100%	RN	Bodó e Cerro Corá	30,0	18,5	19/11/2049
EOL Santana 1	100%	RN	Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá	30,0	17,3	13/11/2049
EOL Santana 2	100%	RN	Bodó e Lagoa Nova	24,0	13,1	13/11/2049
EOL Calango 2	100%	RN	Bodó	30,0	12,8	08/05/2046
EOL Calango 4	100%	RN	Bodó	30,0	12,8	18/05/2046
EOL Calango 5	100%	RN	Bodó	30,0	13,7	01/06/2046
EOL Canoas	100%	PB	São José do Sabugi e Junco do Seridó	31,5	17,7	03/08/2050
EOL Lagoa 2	100%	PB	São José do Sabugi e	31,5	17,5	03/08/2050
EOL Lagoa 1	100%	PB	Santa Luzia	31,5	18,7	03/08/2050

No 4T20 a energia eólica gerada foi de 560 GWh (-2,83% vs. 4T19) e de 1.878 GWh no 2020 (- 5,77% vs. 2019) devido a menores ventos em relação aos mesmos períodos de 2019. A disponibilidade no 4T20 foi acima de 97%, conforme programado.

4.2.1.1. Evolução da construção dos parques eólicos

Avanço Físico Eólicas	LICENÇAS		
	LP	LI	LO
Complexo Chafariz	✓	✓	▲
Complexo Oitis	✓	✓	▲

Concluído	✓
Em andamento	●
A Iniciar	▲

LP = Licença Prévia
LI = Licença de Instalação
LO = Licença de Operação

Todos os parques eólicos do Complexo Chafariz já obtiveram licença de instalação e outorga; as obras foram iniciadas em outubro de 2019, três meses antes do previsto, e já contam com 100% do CAPEX contratado.

Todos os parques do Complexo Oitis obtiveram licença de instalação entre novembro e dezembro de 2020, permitindo assim iniciar os procedimentos de mobilização das obras do Complexo, com 3 meses de antecipação em relação ao *Business Plan*, uma vez que tinha data prevista para mobilização em fevereiro de 2021.

4.2.2. Hidrelétricas

A Neoenergia tem participação em 7 usinas hidrelétricas (com participação direta e indireta): Itapebi, Corumbá, Baguari, Dardanelos, Teles Pires, Baixo Iguaçu e Belo Monte.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Hidrelétricas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
						Autorização	
UHE Itapebi	100%	BA	Rio Jequitinhonha	462.0	209.1	28/05/1999	31/08/2035
UHE Corumbá III	70%	GO	Rio Corumbá	96.5	49.3	07/11/2001	14/02/2037
UHE Baguari I	51%	MG	Rio Doce	140.0	84.7	15/08/2006	14/08/2041
UHE Dardanelos - Águas da Pedra	51%	MT	Rio Aripuanã	261.0	154.9	03/07/2007	02/01/2043
Teles Pires	51%	MT / PA	Rio Teles Pires	1,819.8	930.7	07/06/2011	06/06/2046
Belo Monte	10%	PA	Rio Xingu	11,233.1	4,571.0	26/08/2010	25/08/2045
Baixo Iguaçu - Geração Céu Azul	70%	PR	Rio Iguaçu	350.2	172.4	20/08/2012	30/10/2049

4.3. Liberalizado

4.3.1. Termopernambuco

A Termopernambuco é uma térmica inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas). Possui PPAs com Coelba (65MW) e Celpe (390MW) com duração até 2024, que garantem a receita da usina. Tem capacidade instalada de 533 MW e energia assegurada de 504 MW, sua autorização vence em 2030.

No 4T20 houve uma geração de energia 12,28% inferior ao mesmo período de 2019, atingindo 1.029 GWh. Essa variação é explicada pela menor quantidade de dias de operação no período. No 4T20 foram 9 dias de parada por restrição de gás, ao passo que no 4T19 foi apenas 1 dia.

Em 2020 houve uma geração de energia de 27,90% inferior à registrada em 2019, chegando a 2.385 GWh. Essa redução se deve à menor quantidade de dias em operação em 2020, já que a planta ficou parada 174 dias, sendo 18 dias para manutenção, 14 dias por falta de fornecimento de gás e 142 por não ter sido despachada, enquanto em 2019 a planta ficou 104 dias sem operar. Importante frisar que o efeito das paradas no resultado da Termopernambuco é minimizado pela compra de energia a preços inferiores ao custo variável unitário, para suprir seus contratos de venda.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Consolidado

DRE CONSOLIDADO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida (1)	10.002	7.215	2.787	39%	31.138	27.622	3.516	13%
Custos Com Energia (2)	(7.243)	(4.862)	(2.381)	49%	(21.454)	(19.015)	(2.439)	13%
Margem Bruta s/VNR	2.759	2.353	406	17%	9.684	8.607	1.077	13%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	404	156	248	159%	549	556	(7)	-1%
MARGEM BRUTA	3.163	2.509	654	26%	10.233	9.163	1.070	12%
Despesa Operacional (PMSO)	(999)	(894)	(105)	12%	(3.225)	(3.180)	(45)	1%
PECLD	(35)	(108)	73	(68%)	(456)	(332)	(124)	37%
(+) Equivalência Patrimonial	(28)	6	(34)	(567%)	(56)	68	(124)	-182%
EBITDA	2.101	1.513	588	39%	6.496	5.719	777	14%
Depreciação	(430)	(359)	(71)	20%	(1.618)	(1.446)	(172)	12%
Resultado Financeiro	(350)	(368)	18	(5%)	(1.030)	(1.341)	311	-23%
IR/CS	(292)	(144)	(148)	103%	(943)	(623)	(320)	51%
Minoritário	(33)	(24)	(9)	38%	(96)	(80)	(16)	20%
LUCRO LÍQUIDO	996	618	378	61%	2.809	2.229	580	26%

(1) Considera Receita de Construção

(2) Considera Custos de Construção

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Conforme expresso na Orientação Técnica CPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado a partir da Margem Bruta.

A Neoenergia apresentou Margem Bruta de R\$ 3.163 milhões no 4T20, +R\$ 654 milhões vs. 4T19 explicados, pelos efeitos dos Reajustes Tarifários das 4 distribuidoras e pelo maior VNR (+R\$ 248 milhões vs. 4T19), devido ao maior IPCA no período (+1,34 p.p.), além da aplicação do IFRS15 na transmissão de R\$ 360 milhões (+R\$ 162 milhões vs. 4T19).

Em 2020, a Margem Bruta foi de R\$ 10.233 milhões, R\$ 1.070 milhões acima de 2019 também impactado pelos efeitos dos Reajustes Tarifários das distribuidoras em 2019 e 2020 e pelos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Elektro em agosto de 2019, além da aplicação de R\$ 758 milhões de IFRS15 na transmissão (+R\$ 415 milhões vs. 2019).

As Despesas Operacionais da Neoenergia totalizaram R\$ 999 milhões no trimestre (+12% vs. 4T19) explicada, principalmente, pela aceleração de despesas de ações de cobrança nas 4 distribuidoras visando a recuperação dos valores não pagos durante os primeiros meses da pandemia nos quais as distribuidoras estão proibidas pela ANEEL de efetuar cortes, baixa não recorrente de alguns ativos na Celpe (R\$ 26 milhões) em função da aceleração do volume de investimentos para otimizar a Base de Remuneração de Ativos, gasto também não recorrente com os estudos do leilão da CEB (R\$ 25 milhões) e crescimento do segmento de transmissão (R\$ 8 milhões). Já no ano as Despesas Operacionais foram de R\$ 3.225 milhões, em linha com 2019, absorvendo tanto a inflação quanto o crescimento da base de clientes das distribuidoras e o aumento de *headcount* em função dos processos de primarização de atividades operacionais das distribuidoras.

A PECLD foi de R\$ 35 milhões significativamente menor que os R\$ 108 milhões registrados no 4T19, o que demonstra o êxito das ações de cobrança que vem permitindo a reversão de provisões feitas e a recuperação de contas em aberto. No ano, a PECLD foi de R\$ 456 milhões, sendo R\$114 milhões ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 2.101 milhões no 4T20 (+39% vs.4T19) e de R\$ R\$ 6.496 milhões (+14% vs. 2019), confirmando a retomada da economia, a manutenção da eficiência e o avanço na construção dos projetos de transmissão.

Vale destacar que o Ebitda em 2020 foi impactado negativamente em cerca de R\$ 262 milhões em razão dos efeitos da Covid-19, principalmente, pela queda de mercado e maior inadimplência. Esse impacto se concentrou nas Distribuidoras e ocorreu da seguinte maneira: Coelba (R\$ 140 milhões), Elektro (R\$ 69 milhões), Celpe (R\$ 30 milhões) e Cosern (R\$ 24 milhões).

A Neoenergia registrou Lucro Líquido no trimestre de R\$ 996 milhões (+61% vs. 4T19) e em 2020 foi de R\$ 2.809 milhões (+26% vs. 2019), em virtude do melhor resultado financeiro no período além das razões supracitadas.

5.2. Redes

O resultado do segmento de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



DRE REDES (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	9.613	6.772	2.841	42%	29.896	25.901	3.995	15%
Custos Com Energia	(7.240)	(4.721)	(2.519)	53%	(21.596)	(18.460)	(3.136)	17%
Margem Bruta s/ VNR	2.373	2.051	322	16%	8.300	7.441	859	12%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	404	156	248	159%	549	556	(7)	(1%)
Margem Bruta	2.777	2.207	570	26%	8.849	7.997	852	11%
Despesa Operacional (PMSO)	(780)	(703)	(77)	11%	(2.608)	(2.624)	16	(1%)
PECLD	(33)	(109)	76	(70%)	(454)	(348)	(106)	30%
EBITDA	1.964	1.395	569	41%	5.787	5.025	762	15%
Depreciação	(314)	(276)	(38)	14%	(1.189)	(1.062)	(127)	12%
Resultado Financeiro	(266)	(287)	21	(7%)	(806)	(1.149)	343	(30%)
IR CS	(257)	(147)	(110)	75%	(864)	(573)	(291)	51%
LUCRO LÍQUIDO	1.127	685	442	65%	2.928	2.241	687	31%

O segmento de Redes encerrou o trimestre com Margem Bruta de R\$ 2.777 milhões, R\$ 570 milhões acima do 4T19, pelos efeitos dos Reajustes Tarifários das 4 distribuidoras e pelo maior VNR (+R\$ 248 milhões vs. 4T19), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.), além da aplicação do IFRS15 na transmissão de R\$ 360 milhões (+R\$ 162 milhões vs. 4T19).

Em 2020, a Margem Bruta foi de R\$ 8.849 milhões, R\$ 852 milhões acima de 2019 também impactado pelos efeitos dos Reajustes Tarifários de 2019 e 2020 das distribuidoras e pelos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Elektro em agosto de 2019, além da aplicação de R\$ 758 milhões de IFRS15 na transmissão (+R\$ 415 milhões vs. 2019).

No que tange as despesas operacionais foram registrados R\$ 780 milhões no 4T20 (+ 11% vs. 4T19) relacionado à aceleração das ações de cobrança, baixa não recorrente de alguns ativos na Celpe (R\$ 26 milhões) em função da aceleração do volume de investimentos e crescimento do segmento de transmissão (R\$ 8 milhões). No ano, as despesas operacionais foram de R\$ 2.608 milhões no ano (-1% vs. 2019), absorvendo tanto o crescimento da base de clientes das distribuidoras quanto a inflação do período e o aumento de *headcount* em função dos processos de primarização de suas distribuidoras, comprovando sua disciplina de custos.

A PECLD foi de R\$ 33 milhões, R\$ 76 milhões menor que no 4T19, o que demonstra o êxito das ações da cobrança que vem permitindo a reversão de provisões feitas e a recuperação das contas em aberto. No ano, a PECLD foi de R\$ 454 milhões, sendo R\$106 milhões ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Ainda sobre a PECLD, é importante lembrar que desde o 3T19, a Neoenergia adota uma postura mais objetiva no provisionamento baseado no histórico do comportamento de pagamento, por classe de cliente (*aging*) dos últimos 60 meses, estruturado em 4 carteiras: (i) carteira não parcelada, (ii) carteira parcelada, (iii) carteira Fraude (faturamento retroativo resultante das ações de inspeção de combate às perdas) e (iv) carteira Jurídica (dívidas vencidas que passam a ser tratadas judicialmente).

O EBITDA de Redes encerrou o 4T20 em R\$ 1.964 milhões (+41% vs. 4T19) e o ano em R\$ 5.787 milhões (+15% vs. 2019), confirmando a retomada da economia, a manutenção da eficiência e o avanço na construção dos projetos de transmissão.

Vale destacar que o Ebitda de Redes em 2020 foi impactado negativamente em cerca de R\$ 262 milhões em razão dos efeitos da Covid-19.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



O Lucro Líquido no trimestre foi de R\$ 1.127 milhões (+65% vs. 4T19) e de R\$ 2.928 milhões em 2020 (+31% vs. 2019), em virtude do melhor resultado financeiro no período além das razões supracitadas.

5.2.1.1. COELBA

DRE COELBA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	3.411	2.444	967	40%	10.909	9.922	987	10%
Custos com Energia	(2.500)	(1.634)	(866)	53%	(7.557)	(6.710)	(847)	13%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	204	82	122	149%	280	210	70	33%
Margem Bruta	1.115	892	223	25%	3.632	3.422	210	6%
Despesa Operacional (PMSO)	(323)	(316)	(7)	2%	(1.117)	(1.159)	42	(4%)
PECLD	(14)	(45)	31	(69%)	(144)	(125)	(19)	15%
EBITDA	778	531	247	47%	2.371	2.138	233	11%
Depreciação	(148)	(131)	(17)	13%	(560)	(493)	(67)	14%
Resultado Financeiro	(104)	(111)	7	(6%)	(353)	(482)	129	(27%)
IR CS	(56)	(14)	(42)	300%	(239)	(154)	(85)	55%
LUCRO LÍQUIDO	470	275	195	71%	1.219	1.009	210	21%

A Coelba encerrou 4T20 com Margem Bruta de R\$ 1.115 milhões, (+ 25% vs. 4T19), devido ao aumento médio de 5% do reajuste tarifário de abril/20 e pelo maior VNR (+R\$ 122 milhões vs. 4T20), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.). Em 2020, a Margem Bruta ficou 6% acima em relação a 2019 explicado pelos mesmos motivos citados anteriormente

O PMSO foi de R\$ 323 milhões no 4T20, crescimento de 2% em relação ao 4T19. No ano, o PMSO foi de R\$ 1,1 bilhão, eficiência de 4% vs. 2019. A Coelba continua absorvendo tanto o crescimento da base de clientes (+1,6% vs. 2019) quanto a inflação do período e segue seu plano de primarização de processos operacionais.

No 4T20, a PECLD totalizou R\$ 14 milhões, queda de R\$ 31 milhões vs. 4T19, o que demonstra o êxito das ações da cobrança que vem permitindo a reversão de provisões feitas anteriormente. Já no ano, a PECLD foi de R\$ 144 milhões, R\$ 19 milhões acima de 2019 ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T20 foi de R\$ 778 milhões, incremento de 47% vs. 4T19. Em 2020, o EBITDA foi de R\$ 2,4 bilhões, + 11% vs. 2019.

O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 470 milhões (+71% vs. 4T19) e de R\$ 1,2 bilhão (+21% vs. 2019).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

**5.2.1.2. CELPE**

DRE CELPE (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.138	1.533	605	39%	6.689	5.947	742	12%
Custos com Energia	(1.721)	(1.139)	(582)	51%	(5.107)	(4.415)	(692)	16%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	77	24	53	221%	104	70	34	49%
Margem Bruta	494	418	76	18%	1.686	1.602	84	5%
Despesa Operacional (PMSO)	(207)	(149)	(58)	39%	(693)	(650)	(43)	7%
PECLD	(14)	(37)	23	(62%)	(171)	(125)	(46)	37%
EBITDA	273	232	41	18%	822	827	(5)	(1%)
Depreciação	(77)	(65)	(12)	18%	(288)	(257)	(31)	12%
Resultado Financeiro	(96)	(80)	(16)	20%	(251)	(338)	87	(26%)
IR CS	(21)	(16)	(5)	31%	(66)	(51)	(15)	29%
LUCRO LÍQUIDO	79	71	8	11%	217	181	36	20%

A Celpe encerrou o 4T20 com Margem Bruta de R\$ 494 milhões, aumento de 18% em relação ao 4T19, devido ao aumento médio de 5,16% do reajuste tarifário de abril/20 e pelo maior VNR (+R\$ 53 milhões), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.). Em 2020, a Margem Bruta ficou 5% acima do apurado em 2019, chegando a R\$ 1.686 milhões explicados pelos mesmos motivos citados anteriormente.

As despesas operacionais foram de R\$ 207 milhões no 4T20 (+ R\$ 58 milhões vs. 4T19) e de R\$ 693 milhões (+ R\$ 43 milhões vs. 2019), explicadas, principalmente, pelo aumento das ações de cobrança e pela baixa não recorrente de alguns ativos em função da aceleração do volume de investimentos no montante de R\$ 26 milhões.

No 4T20, a PECLD totalizou R\$ 14 milhões, queda de R\$ 23 milhões vs. 4T19 explicada por reversões de valores provisionados, o que demonstra o êxito das ações da cobrança. Já em 2020, a PECLD foi de R\$ 171 milhões, R\$ 46 milhões acima de 2019 ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T20 foi de R\$ 273 milhões, incremento de 18% vs. 4T19 e em 2020 foi de R\$ 822 milhões, em linha com 2019. Este resultado demonstra a retomada da atividade econômica.

O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 79 milhões (+11% vs. 4T19) e de R\$ 217 milhões (+20% vs. 2019).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

**5.2.1.3. COSERN**

DRE COSERN (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	792	644	148	23%	2.697	2.545	152	6%
Custos com Energia	(606)	(454)	(152)	33%	(1.926)	(1.831)	(95)	5%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	43	17	26	153%	57	45	12	27%
Margem Bruta	229	207	22	11%	828	759	69	9%
Despesa Operacional (PMSO)	(72)	(67)	(5)	7%	(252)	(240)	(12)	5%
PECLD	2	2	-	-	(3)	(5)	2	(40%)
EBITDA	159	142	17	12%	573	514	59	11%
Depreciação	(28)	(24)	(4)	17%	(105)	(93)	(12)	13%
Resultado Financeiro	(18)	(25)	7	(28%)	(55)	(96)	41	(43%)
IR CS	(14)	(13)	(1)	8%	(71)	(52)	(19)	37%
LUCRO LÍQUIDO	99	80	19	24%	342	273	69	25%

A Cosern encerrou o 4T20 com Margem Bruta de R\$ 229 milhões, + 11% vs. 4T19, devido ao aumento médio de 3,4% do reajuste tarifário de abril/20 e pelo maior VNR (+R\$ 26 milhões), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.). Em 2020, a Margem Bruta ficou em 9% acima do apurado em 2019, chegando a R\$ 828 milhões pelos mesmos motivos citados anteriormente.

As despesas operacionais foram de R\$ 72 milhões no 4T20 (+ R\$ 5 milhões vs. 4T19) e de R\$ 252 milhões (+ R\$ 12 milhões vs. 2019) explicadas, principalmente, pelo aumento das ações de corte.

No 4T20, a PECLD foi positiva em R\$ 2 milhões em linha com o 4T19. Já em 2020, a PECLD foi de R\$ 3 milhões, R\$ 2 milhões abaixo de 2019, confirmando o êxito das ações de cobrança.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T20 foi de R\$ 159 milhões, incremento de 12% vs. 4T19 e em 2020 foi de R\$ 573 milhões, R\$ 59 milhões acima de 2019. Este resultado demonstra a retomada da atividade econômica.

O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 99 milhões (+24% vs. 4T19) e R\$ 342 milhões no acumulado (+25% vs. 2019), explicados pela melhora do EBITDA e do resultado financeiro.

5.2.1.4. ELEKTRO

DRE ELEKTRO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	1.954	1.782	172	10%	6.654	6.485	169	3%
Custos com Energia	(1.497)	(1.327)	(170)	13%	(4.914)	(4.889)	(25)	1%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	80	33	47	142%	108	231	(123)	(53%)
Margem Bruta	537	488	49	10%	1.848	1.827	21	1%
Despesa Operacional (PMSO)	(157)	(173)	16	(9%)	(524)	(585)	61	(10%)
PECLD	(8)	(29)	21	(72%)	(136)	(94)	(42)	45%
EBITDA	372	286	86	30%	1.188	1.148	40	3%
Depreciação	(62)	(56)	(6)	11%	(238)	(220)	(18)	8%
Resultado Financeiro	(36)	(69)	33	(48%)	(123)	(233)	110	(47%)
IR CS	(49)	(36)	(13)	36%	(235)	(200)	(35)	18%
LUCRO LÍQUIDO	225	125	100	80%	592	495	97	20%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



A Elektro encerrou o 4T20 com Margem Bruta de R\$ 537 milhões, +10% vs. 4T19, devido ao aumento médio de 5,4% do reajuste tarifário de agosto/20 e pelo maior VNR (+ R\$ 47 milhões), explicado pelo maior IPCA no período (+1,34 p.p.). Em 2020, a Margem Bruta ficou em linha com o apurado em 2019, chegando a R\$ 1.848 milhões.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 157 milhões no 4T20 e de R\$ 524 milhões em 2020, um desempenho 9% e 10% melhor, respectivamente, que o registrado nos mesmos períodos de 2019. A Elektro continua absorvendo tanto o crescimento da base de clientes (+2,2% vs. 2019) quanto à inflação do período.

No 4T20, a PECLD foi de R\$ 8 milhões, melhor em R\$ 21 milhões em relação ao 4T19, explicada por reversões de valores provisionados, o que demonstra êxito das ações de cobrança. Já em 2020, a PECLD foi de R\$ 136 milhões, R\$ 42 milhões acima de 2019, ainda em razão dos impactos da Covid-19.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T20 foi de R\$ 372 milhões, incremento de 30% vs. 4T19 e em 2020 foi de R\$ 1.188 milhões, R\$ 40 milhões acima de 2019. Este resultado demonstra a retomada da atividade econômica.

O Lucro Líquido no 4T20 foi de R\$ 225 milhões (+80% vs. 4T19) e R\$ 592 milhões no acumulado (+20% vs. 2019), explicados pela melhora do EBITDA e do resultado financeiro.

5.3. Renováveis

O resultado do segmento de Renováveis contempla o desempenho dos parques eólicos e usinas hidrelétricas do Grupo Neoenergia.

DRE RENOVÁVEIS (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	295	225	70	31%	1.010	950	60	6%
Custos Com Energia	(42)	(44)	2	(5%)	(141)	(167)	26	(16%)
MARGEM BRUTA	253	181	72	40%	869	783	86	11%
Despesa Operacional (PMSO)	(63)	(63)	-	-	(218)	(218)	-	-
PECLD	-	2	(2)	(100%)	-	1	(1)	(100%)
(+) Equivalência Patrimonial	(28)	6	(34)	(567%)	(56)	68	(124)	(182%)
EBITDA	162	126	36	29%	595	634	(39)	(6%)
Depreciação	(56)	(33)	(23)	70%	(196)	(168)	(28)	17%
Resultado Financeiro	(32)	(31)	(1)	3%	(157)	(146)	(11)	8%
IR/CS	(24)	3	(27)	(900%)	(40)	(51)	11	(22%)
LUCRO LÍQUIDO	50	65	(15)	(23%)	202	269	(67)	(25%)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



DRE HIDROS (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	155	105	50	48%	562	526	36	7%
Custos Com Energia	(27)	(35)	8	(23%)	(102)	(128)	26	(20%)
MARGEM BRUTA	128	70	58	83%	460	398	62	16%
Despesa Operacional (PMSO)	(32)	(28)	(4)	14%	(107)	(111)	4	(4%)
PECLD	-	2	(2)	(100%)	-	1	(1)	(100%)
(+) Equivalência Patrimonial	(28)	6	(34)	(567%)	(56)	68	(124)	(182%)
EBITDA	68	50	18	36%	297	356	(59)	(17%)
Depreciação	(24)	(6)	(18)	300%	(83)	(63)	(20)	32%
Resultado Financeiro	(12)	(9)	(3)	33%	(74)	(54)	(20)	37%
IR/CS	(22)	7	(29)	(414%)	(65)	(35)	(30)	86%
LUCRO LÍQUIDO	10	42	(32)	(76%)	75	204	(129)	(63%)

DRE ÉOLICAS (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	140	120	20	17%	448	424	24	6%
Custos Com Energia	(15)	(9)	(6)	67%	(39)	(39)	-	-
MARGEM BRUTA	125	111	14	13%	409	385	24	6%
Despesa Operacional (PMSO)	(31)	(35)	4	(11%)	(111)	(107)	(4)	4%
EBITDA	94	76	18	24%	298	278	20	7%
Depreciação	(32)	(27)	(5)	19%	(113)	(105)	(8)	8%
Resultado Financeiro	(20)	(22)	2	(9%)	(83)	(92)	9	(10%)
IR/CS	(2)	(4)	2	(50%)	25	(16)	41	(256%)
LUCRO LÍQUIDO	40	23	17	74%	127	65	62	95%

O segmento Renováveis encerrou o 4T20 com margem bruta de R\$ 253 milhões (+R\$ 72 milhões vs. 4T19) impactada positivamente principalmente pelas hidráulicas (+R\$ 58 milhões vs. 4T19) em função da sazonalidade. Em 2020 apresentou margem de R\$ 869 milhões (+11% vs. 2019).

As despesas operacionais encerraram o 4T20 em R\$ 63 milhões e o ano em R\$ 218 milhões, em linha com os mesmos períodos de 2019.

A equivalência patrimonial no trimestre foi de -R\$ 28 milhões e no ano de -R\$ 56 milhões, explicado pela menor contribuição de Belo Monte, em virtude da restrição do sistema de transmissão, que tem limitado a empresa a liquidar a sua energia do ACL apenas ao PLD do Norte.

O EBITDA do segmento Renováveis encerrou o 4T20 em R\$ 162 milhões (+29% vs. 4T19), boa performance tanto das hidros quanto das eólicas. No ano, o EBITDA chegou a R\$ 595 milhões (-6% vs. 2019).

O Lucro Líquido do trimestre foi de R\$50 milhões (-23% vs. 4T19) e do ano foi de R\$ 202 milhões (-25% vs. 2019).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



5.4. Liberalizado

DRE LIBERALIZADO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	648	726	(78)	(11%)	2.273	2.680	(407)	(15%)
Custos Com Energia	(510)	(596)	86	(14%)	(1.738)	(2.273)	535	(24%)
Margem Bruta	138	130	8	6%	535	407	128	31%
Despesa Operacional	(68)	(55)	(13)	24%	(186)	(138)	(48)	35%
PECLD	(2)	(1)	(1)	100%	(2)	(1)	(1)	100%
EBITDA	68	74	(6)	(8%)	347	268	79	29%
Depreciação	(17)	(7)	(10)	143%	(63)	(45)	(18)	40%
Resultado Financeiro	(9)	(25)	16	(64%)	(65)	(105)	40	(38%)
IR CS	(1)	(2)	1	(50%)	(25)	1	(26)	(2600%)
LUCRO LÍQUIDO	41	40	1	2%	194	119	75	63%

DRE TERMOVERNAMBUCO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	317	302	15	5%	1.140	1.039	101	10%
Custos Com Energia	(187)	(166)	(21)	13%	(638)	(581)	(57)	10%
Margem Bruta	130	136	(6)	(4%)	502	458	44	10%
Despesa Operacional	(51)	(50)	(1)	2%	(133)	(115)	(18)	16%
EBITDA	79	86	(7)	(8%)	369	343	26	8%
Depreciação	(17)	(7)	(10)	143%	(59)	(44)	(15)	34%
Resultado Financeiro	(9)	(21)	12	(57%)	(58)	(97)	39	(40%)
IR CS	(5)	(7)	2	(29%)	(37)	(26)	(11)	42%
LUCRO LÍQUIDO	48	51	(3)	(6%)	215	176	39	22%

DRE NC (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	331	424	(93)	(22%)	1.132	1.640	(508)	(31%)
Custos Com Energia	(324)	(430)	106	(25%)	(1.100)	(1.692)	592	(35%)
Margem Bruta	7	(6)	13	(217%)	32	(52)	84	(162%)
Despesa Operacional	(16)	(5)	(11)	220%	(53)	(23)	(30)	130%
PECLD	(2)	(1)	(1)	100%	(2)	(1)	(1)	100%
EBITDA	(11)	(12)	1	(8%)	(23)	(76)	53	(70%)
Depreciação	-	-	-	-	(4)	(1)	(3)	300%
Resultado Financeiro	-	(5)	5	(100%)	(7)	(8)	1	(13%)
IR CS	4	5	(1)	(20%)	12	27	(15)	(56%)
LUCRO LÍQUIDO	(7)	(12)	5	(42%)	(22)	(58)	36	(62%)

O segmento Liberalizado consolidou margem bruta de R\$ 138 milhões no 4T20, crescimento de R\$ 8 milhões vs. 4T19 influenciado pelo novo posicionamento comercial da NC (+R\$ 13 milhões vs. 4T19). No ano, a margem bruta foi de R\$ 535 milhões (+R\$ 128 milhões vs. 2019), impactada pelo novo posicionamento comercial da NC (+R\$ 84 milhões) e pelo resultado da Termopernambuco (+R\$ 44 milhões), influenciado pelo impacto do reajuste tarifário dolarizado e pela compra de energia a um menor PLD.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



O PMSO foi de R\$ 68 milhões no 4T20 (+R\$13 milhões vs. 4T19) e de R\$ 186 milhões no ano (+R\$ 48 milhões vs. 2019), explicado, principalmente, pelo reajuste dos contratos de O&M de Termopernambuco, bem como pelo novo posicionamento comercial da NC.

O EBITDA de Liberalizado foi de R\$ 68 milhões no trimestre (-R\$ 6 milhões vs. 4T19) e de R\$ 347 milhões no ano de 2020 (+R\$ 79 milhões vs. 2019). O Lucro Líquido foi de R\$ 41 milhões no 4T20 (+R\$ 1 milhão vs. 4T19) e de -R\$ 194 milhões em 2020 (+R\$ 75 milhões vs. 2019).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	996	618	378	61%	2.809	2.229	580	26%
Lucro Atribuído aos minoritários (B)	(33)	(24)	(9)	38%	(96)	(80)	(16)	20%
Despesas financeiras (C)	(584)	(474)	(110)	23%	(1.755)	(1.768)	13	(1%)
Receitas financeiras (D)	176	124	52	42%	597	518	79	15%
Outros resultados financeiros, líquidos (E)	58	(18)	76	(422%)	128	(91)	219	(241%)
Imposto de renda e contribuição social (F)	(292)	(144)	(148)	103%	(943)	(623)	(320)	51%
Depreciação e Amortização (G)	(430)	(359)	(71)	20%	(1.618)	(1.446)	(172)	12%
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F+G))	2.101	1.513	588	39%	6.496	5.719	777	14%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T20	4T19	Variação		2020	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	29	52	(23)	(44%)	135	199	(64)	(32%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(305)	(304)	(1)	0%	(1.058)	(1.323)	265	(20%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(74)	(116)	42	(36%)	(107)	(217)	110	(51%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	148	43	105	244%	440	188	252	134%
Variações monetárias e cambiais - outros	(10)	1	(11)	(1100%)	(54)	(28)	(26)	93%
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(37)	(56)	19	(34%)	(167)	(135)	(32)	24%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(6)	11	(17)	(155%)	(4)	48	(52)	(108%)
Obrigações pós emprego	(15)	(20)	5	(25%)	(60)	(81)	21	(26%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(154)	(95)	(59)	62%	(262)	(209)	(53)	25%
Total	(350)	(368)	18	(5%)	(1.030)	(1.341)	311	(23%)

O Resultado Financeiro da Neoenergia foi de -R\$ 350 milhões no 4T20 (+R\$ 18 milhões vs. 4T19) e de -R\$ 1.030 milhões no 2020 (+R\$ 311 milhões vs. 2019). No trimestre, a variação é explicada, principalmente, pela rubrica de acréscimo moratório, reajustado por maior IGPM quando comparado ao 4T20. No ano, a variação é explicada por

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



menor despesa com encargos de dívida (+R\$ 265 milhões 2020) devido, principalmente, à redução de 3,20 p.p. do CDI, principal indexador da dívida do grupo (58% do endividamento do grupo está atrelado ao indexador).

Na tabela abaixo apresentamos os principais indexadores:

Índices	2020	2019	Δ (p.p.)
CDI	2,76%	5,96%	(3,20 p.p.)
TJLP	4,87%	6,20%	(1,33 p.p.)
USD ¹	1,1660	0,1559	1,01
IPCA ²	4,24%	3,23%	1,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

8. INVESTIMENTOS

O Grupo Neoenergia fez investimento total de R\$ 2,1 bilhão no 4T20 e de R\$ 6,3 bilhões no ano de 2020 nas companhias que consolida, conforme visão gerencial abaixo:

CAPEX Neoenergia (R\$ milhões)	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
Redes	1.714	1.156	48%	5.335	3.923	36%
Distribuidoras	835	983	(15%)	3.339	3.327	0%
Transmissoras	879	172	410%	1.995	596	235%
Renováveis	397	221	80%	898	321	180%
Liberalizado	15	46	(67%)	101	142	(29%)
Holding	2	3	(26%)	3	4	(25%)
TOTAL	2.129	1.426	49%	6.337	4.390	44%

8.1. Controladas e Coligadas

Os investimentos realizados pelas coligadas corresponderam aos montantes de R\$ 14 milhões no 4T20 e R\$ 61 milhões em 2020.

Controladas e Coligadas*	4T20	4T19	Δ %	2020	2019	Δ %
EAPSA	2	1,5	20%	3	1,8	61%
Teles Pires	7	24,7	(74%)	8	48,0	(84%)
Belo Monte	6	63,9	(90%)	50	133,2	(63%)
Total	14	90,1	(84%)	61	183,0	(67%)

* Empresas não consolidadas pela Neoenergia. Valores equivalentes aos percentuais de participação da Neoenergia nas respectivas empresas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

**8.2. Redes****8.2.1. Distribuição**

Em 2020, o Capex das distribuidoras foi de R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 2.072 milhões foram destinados à expansão de redes, R\$ 501 milhões à renovação de ativos, R\$ 393 milhões à melhoria de redes e R\$ 717 milhões a projetos de combate a perdas, inadimplência e outros.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	   				CONSOLIDADO	
	4T20				4T20	2020
Expansão de Rede	(286)	(72)	(58)	(104)	(520)	(2.072)
Programa Luz para Todos	(85)	-	-	-	(85)	(464)
Novas Ligações	(109)	(52)	(27)	(52)	(239)	(910)
Novas SE's e RD's	(92)	(20)	(32)	(52)	(196)	(698)
Renovação de Ativos	(54)	(28)	(16)	(35)	(134)	(501)
Melhoria da Rede	(74)	(15)	(16)	(24)	(130)	(393)
Perdas e Inadimplência	(29)	(11)	(1)	(6)	(48)	(217)
Outros	(137)	(57)	(23)	(44)	(261)	(500)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(22)	8	12	43	41	(307)
(=) Investimento Bruto	(602)	(176)	(102)	(171)	(1.051)	(3.991)
SUBVENÇÕES	219	6	5	28	257	344
(=) Investimento Líquido	(383)	(170)	(98)	(143)	(794)	(3.647)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	22	(8)	(12)	(43)	(41)	307
(=) CAPEX	(361)	(179)	(110)	(185)	(835)	(3.339)
BAR	(137)	(57)	(23)	(44)	(261)	(500)
BRR	(443)	(127)	(92)	(170)	(832)	(3.183)

8.2.2. Transmissão

Em 2020, o Capex das transmissoras foi de R\$ 1.995 milhões, R\$ 1.399 milhões acima de 2019.

Em relação aos lotes do leilão de abril de 2017, 100% do Capex previsto está contratado. Destaque para a entrada em operação do segundo e terceiro trechos de Dourados (lote 04), entregues em dezembro de 2020, com início de recebimento da RAP. Para os lotes arrematados em dezembro de 2017, 100% do Capex previsto já está contratado, as empreiteiras já se encontram mobilizadas, com as entregas em conforme cronograma da obra. Os lotes arrematados no Leilão de dezembro de 2018 estão com 100% dos equipamentos principais, cabos e torres já contratados e em processo de licenciamento ambiental. O lote arrematado no leilão de dezembro de 2019 está com 97% do Capex contratado, e em andamento com a obtenção das licenças ambientais. O lote arrematado no Leilão de dezembro de 2020, está nas contratações iniciais.

8.3. Renováveis**8.3.1. Parques Eólicos**

Os investimentos realizados nos parques eólicos somaram R\$ 840 milhões em 2020, destinados (i) às obras do Complexo Chafariz, que já estão com 100% do Capex estimado contratado, com hedge de moeda e contratos de conexão com a empresa de transmissão já celebrado; e (ii) às obras do Complexo Oitis, cujos parques eólicos obtiveram licença de instalação entre novembro de dezembro de 2020, permitindo o início das mobilizações para construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



8.3.2. Usinas Hidrelétricas

Os investimentos em plantas hidrelétricas, de R\$ 59 milhões em 2020, essencialmente *sustaining* CAPEX, foram R\$ 136 milhões menores que em 2019, majoritariamente em função da execução das obras de Baixo Iguaçu em 2019.

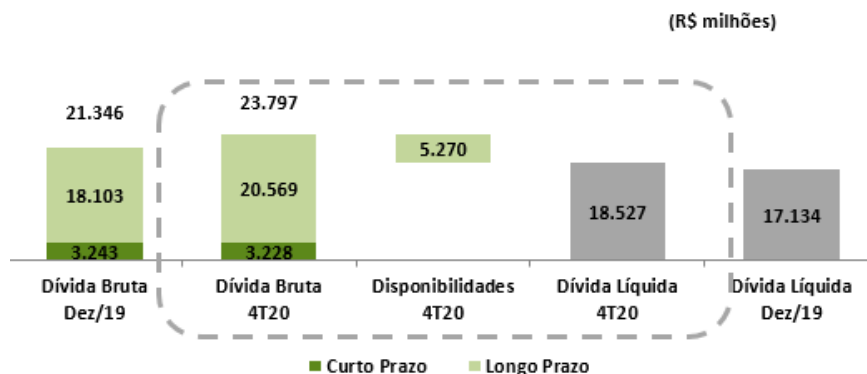
8.4. Liberalizado

A Termopernambuco realizou investimentos no montante de R\$ 14 milhões em 4T20, 65% inferior ao realizado no 4T19, devido à aquisição de materiais em 2019. No ano a usina apresentou R\$ 100 milhões em investimentos, 26% inferior ao apresentado em 2019, devido à compra do rotor de baixa pressão da turbina a vapor em 2019.

9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida e Alavancagem Financeira

Em dezembro de 2020, a dívida bruta consolidada da Neoenergia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, atingiu R\$ 23.797 milhões (dívida líquida R\$ 18.527 milhões), apresentando um aumento de 11% (R\$ 2.451 milhões) em relação a dezembro de 2019. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia possui 86% da dívida contabilizada no longo prazo e 14% no curto prazo.



O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,0 em dezembro de 2019 para 2,85 em dezembro de 2020.



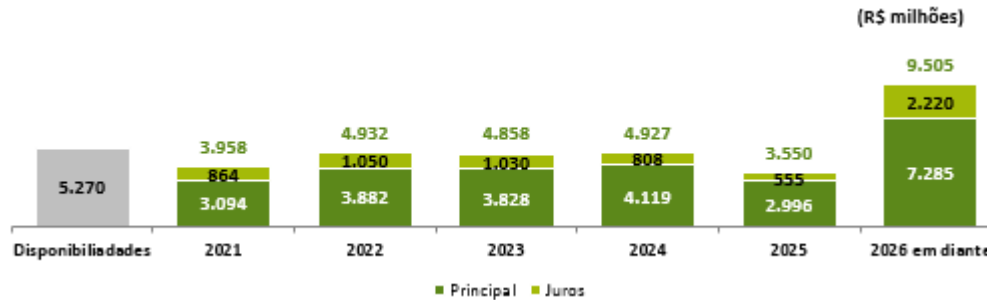
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



9.2 Cronograma de amortização das dívidas

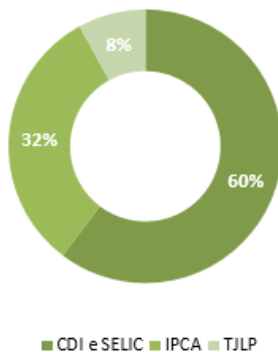
O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida (em milhões de reais), utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020. O prazo médio do endividamento da Neoenergia em dezembro de 2020 foi de 4,66 anos, representando um alongamento do perfil da dívida do grupo em relação a dezembro de 2019, que foi de 4,03 anos.



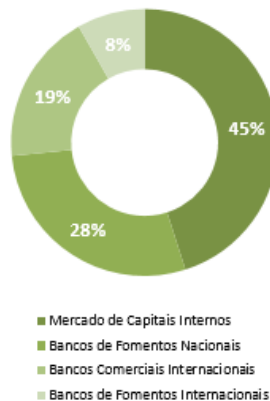
9.3. Perfil Dívida

Os gráficos abaixo apresentam o saldo de dívidas segregado por fonte de captação e por indexador. O custo médio da dívida consolidada em 2020 foi de 4,7% (vs. 6,4% em dezembro de 2019).

DÍVIDA POR INDEXADOR (pós swap)



DÍVIDA POR FUNDING



No 4T20 captamos um total de R\$ 2.188 milhões. Destacamos as seguintes linhas de contratação de dívida:

- (i) Liberação de 2 CCBs, junto ao Sumitomo e Mizuho, no valor de R\$ 205 milhões, prazo de 3 anos;
- (ii) Financiamento do BEI para a Neoenergia, no valor de R\$ 836 milhões e prazo de 15 anos;
- (iii) 2ª liberação do BNDES para Neoenergia Jalapão, no montante de R\$ 250 milhões, prazo de 20 anos;
- (iv) Liberação do FCO para a Neoenergia Dourados, no valor de R\$ 30 milhões, prazo de 15 anos;
- (v) Contratação de CCB junto ao Banco do Brasil para a Coelba, no valor de R\$ 195 milhões, prazo de 3 anos;
- (vi) Financiamento do BNB para a Coelba, no valor de R\$ 91 milhões, prazo de 12 anos;
- (vii) Desembolsos de 4131 para a Coelba e Celpe junto ao Santander, no valor de R\$ 200 milhões, para cada empresa, prazo de 3 anos;
- (viii) Liberação do BNDES para a Neoenergia Santa Luzia, no valor de R\$ 110 milhões, prazo de 24 anos;
- (ix) Liberação do BNB para o Complexo Chafariz, no valor de R\$ 72 milhões com prazo de 24 anos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

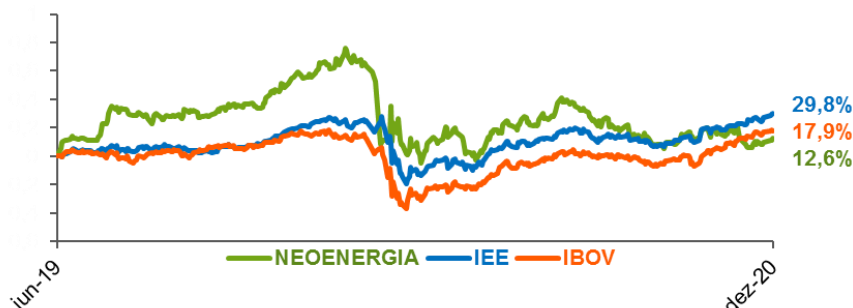
**10. RATING**

Em abr/20, a agência de ratings Standard & Poor's – S&P confirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil. Vale dizer que em função da pandemia da Covid-19, a agência alterou a perspectiva do rating soberano de positiva para estável, o que fez com que a perspectiva global da Neoenergia e suas subsidiárias também tenham sido alteradas para estável.

11. MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de dezembro de 2020, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 21,4 bilhões com as ações cotadas a R\$ 17,62, representando valorização de 12,56% desde o IPO (julho/19).

O ano de 2020 foi o primeiro ano completo que a Neoenergia teve suas ações negociadas na B3. Em janeiro, suas ações passaram a integrar o IBrX100 (Índice Brasil 100) e em maio foram enquadradas na carteira do IEE (Índice de Energia Elétrica). Em janeiro/21 a Neoenergia passou a integrar a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade) e do ICO2 (Índice de Carbono Eficiente). A entrada da Companhia nesses índices reitera nossa determinação e compromisso em prosseguir com crescimento sustentável através de conduta ética dos negócios, governança corporativa e responsabilidade social e ambiental.

RENTABILIDADE DA AÇÃO DESDE O IPO

Mercado de capitais	IPO	4T20
Quantidade de ações	1.213.797.248	1.213.797.248
Valor da ação	15,65	17,62
Valor de mercado ¹ (R\$ milhões)	18.996	21.387

¹Valor de mercado = quantidade de ação x valor da ação

12. OUTROS TEMAS**12.1. Adesão à Conta-Covid**

Em 03 de julho, Coelba, Elektro, Celpe e Cosern aderiram à operação financeira Conta-Covid, nos termos da REN ANEEL nº 885/2020, nos montantes elencados abaixo, os quais estão lastreados, integralmente, em ativos tarifários constituídos (CVA e demais financeiros). O valor total desembolsado foi de R\$ 1.664.095 mil, de acordo com cronograma abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



Data do Desembolso	Coelba	Celpe	Cosern	Elektro
31/07/20	407.730	345.147	66.278	470.965
12/08/20	47.668	52.403	11.928	70.782
14/09/20	44.208	57.169	17.272	72.544
Total (R\$ Mil)	499.607	454.719	95.479	614.291

12.2. Leilão CEB

Em 4 de dezembro, a controlada da Neoenergia, Bahia Geração sagrou-se vencedora no Leilão nº 01/2020-CEB-D, com objetivo de desestatização da CEB Distribuição por um Equity Value de R\$ 2,5 bilhões, o que representa o preço de aquisição de 100% das ações da CEB-D.

12.3. Decisão Judicial Favorável à Celpe (Causa do PIS/COFINS)

Em dezembro de 2020, a União Federal transitou em julgado a decisão favorável à Celpe do reconhecimento do direito ao crédito relativo aos valores indevidamente recolhidos no que tange à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, devidamente atualizados pela Taxa SELIC. No 4T20, a Celpe constituiu inicialmente um ativo de PIS e de COFINS a recuperar no total de R\$ 2.156 milhões e passivo pelo mesmo montante, líquidos de honorários advocatícios, totalizando passivo no montante de R\$ 2.153 milhões. Vale destacar que não há efeito no resultado (DRE).

12.4. Clientes Baixa Renda

Nº de Consumidores Residenciais (milhares)	2020					2019				
	Consolidado	COELBA	CELPE	COSERN	ELEKTRO	Consolidado	COELBA	CELPE	COSERN	ELEKTRO
Convencional	9.469	3.944	2.385	960	2.180	9.947	4.286	2.475	1.007	2.179
Baixa Renda	3.132	1.545	1.028	347	211	2.406	1.100	862	290	155
Total	12.602	5.490	3.414	1.308	2.390	12.353	5.385	3.337	1.297	2.334

12.5. Práticas de Gestão**12.5.1. Remuneração de Acionistas**

A Neoenergia possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<http://ri.neoenergia.com/governanca/codigos-e-politicas/>).

Em 2020, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:
- R\$ 278.402 mil, pagos em 10 de dezembro de 2020, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2020;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



- R\$ 266.648 mil, com previsão de pagamento para até 31 de dezembro de 2021, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de dezembro de 2020.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2020 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021.

12.5.2. Governança Corporativa

O Sistema de Governança Corporativa da Neoenergia reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo, atendendo os mais altos níveis de Governança Corporativa de empresas brasileiras, o que qualifica a Neoenergia para listagem de suas ações no Novo Mercado da B3. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Neoenergia. Configurado sempre em conformidade com o Acordo de Acionistas e com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

Conselho de Administração

É integrado por treze representantes titulares e dez membros suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros, sete são indicados pela Iberdrola, três pela Previ e três são membros independentes. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente, 8 vezes ao ano para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou, na sua falta, pelo seu suplente ou conselheiro eleito em sua substituição ou, ainda, por quaisquer 2 conselheiros em conjunto.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por quatro membros titulares e quatro suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria Executiva

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por nove membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão, e Partes Relacionadas. Cada Comitê é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 5 membros titulares e seus respectivos suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas formado por 3 membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho de Administração.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

12.5.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita que as pessoas são elementos centrais do negócio, por isso investe no desenvolvimento, bem-estar, engajamento e crescimento dos seus colaboradores. Em 2020, o Grupo teve R\$12,8 milhões investidos em atividades voltadas para formação de pessoas, com mais de 792 mil horas de treinamento. Mesmo com cerca de cinco mil (dos mais de 12 mil) colaboradores trabalhando em home office em função do isolamento social, a Neoenergia criou estratégias para a manutenção do engajamento das equipes, incluindo ações digitais como *lives*, treinamentos, palestras e informações sobre a pandemia da Covid-19. Também promoveu programas de desenvolvimento para lideranças e formação de futuros líderes, bem como aproveitamento de colaboradores para preencher 615 vagas (sendo 44 de liderança), uma prova de que a empresa valoriza e reconhece seus talentos internos.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na sua Escola de Eletricistas, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricistas. Em 2020, as aulas continuaram no formato virtual e o programa de Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres foi premiado internacionalmente pela ONU Mulheres e também no XI Premio Corresponsables da Iberoamérica, como reconhecimento do nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2020 o nosso Programa de Voluntariado foi feito de maneira digital e seguiu apoiando as comunidades com número de voluntários 33% maior que em 2019. Também foram impulsionadas ações em prol da diversidade como campanhas, palestras e a criação de grupos de trabalho sobre o tema.

Em 2020 foi finalizada a incorporação das antigas fundações de previdência do grupo Neoenergia numa única entidade: a Néos Previdência, benefício exclusivo que a empresa oferece para garantir a tranquilidade aos seus colaboradores na aposentadoria.

E neste ano tão atípico, em que a Saúde e a Segurança foram temas centrais, o Grupo cuidou muito bem das suas equipes: foram realizados aproximadamente 20 mil testes (rápido e PCR), 4.722 atendimentos aos colaboradores com sintomas que poderiam estar relacionados à Covid-19 e foi disponibilizado serviço de plantão com nossos médicos do trabalho.

A Neoenergia reafirma o compromisso de que as pessoas são as geradoras dos seus melhores resultados e, em 2021, seguirá estimulando a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo de suas equipes, preparando-as diariamente para que evoluam em suas carreiras e assegurem a construção de uma companhia cada dia melhor.

13. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

13.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia está comprometido com um modelo energético que prioriza o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta e adotou como propósito “continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível”, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade determinam os princípios gerais que devem reger a estratégia da Companhia para que as atividades corporativas promovam a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas Políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação da Companhia ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prioritariamente em relação aos ODS 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

O Grupo está atento à gestão do risco climático em seus negócios e às oportunidades rumo à transição energética e descarbonização da economia. Está focado no desenvolvimento de geração de energia a partir de fontes renováveis e na inovação para adoção de tecnologias mais eficientes e menos intensivas na emissão de CO₂. A Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança na defesa desse tema, em linha com os objetivos de redução de emissões do seu controlador, o Grupo Iberdrola, de reduzir a emissão de carbono em 50% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Em 2020, a Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Os avanços da empresa em suas práticas ESG, foram essenciais para garantir o ingresso da companhia, a partir de 2021, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade>).

13.2. Inovação

Em 2020 foram adotadas diversas iniciativas com foco na excelência operacional, melhoria da jornada dos clientes através da digitalização dos serviços de atendimento, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação. Destaque para o projeto de transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital), três projetos frutos do Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia, e o projeto de implantação conjunta de tecnologias para redes inteligentes (Energia do Futuro).

O projeto “Conexão Digital” entregou novos produtos que tornaram o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência, como por exemplo: a adoção do PIX (Serviço de Pagamento Instantâneo), sendo pioneiro no setor e melhorando a experiência de pagamentos digitais; uma plataforma de atendimento via WhatsApp para o Grupo; o novo aplicativo de serviços da Elektro com foco na simplificação das jornadas dos clientes; e o Portal de Negociação e parcelamento.

Fruto do Programa de Mobilidade Elétrica, a Neoenergia desenvolve três projetos com foco na sustentabilidade, sendo um desses a criação de Caminhão Elétrico para manutenção na rede de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, o projeto “Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha” visa desenvolver infraestrutura de recarga e modelos associados a veículos elétricos na ilha. Por fim, o projeto “Corredor Verde”, uma das maiores eletrovias do Brasil, no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contará com 12 estações de recarga em rodovia e mais 6 em shoppings urbanos.

Com grande parte de sua implementação já concluída, o projeto “Energia do Futuro” caracteriza-se como um modelo piloto de Operador do Sistema de Distribuição (DSO) na região de Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP e Nazaré Paulista-SP. Com estes investimentos, serão implementadas diversas tecnologias de modernização que beneficiam os habitantes da região, tais como implementação da Infraestrutura de Redes Inteligentes, Medição Inteligente com Balanço Energético, Automação de Rede +Volt/VAR para realização de *self healing* semi-centralizado, além de Rede de Comunicação Celular 4G/LTE para fluxo otimizado dos dados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



13.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 489 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 9 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Lançou também a página “Educação em tempos de pandemia”, um espaço dentro da plataforma online Balcão de Ideias para que os professores e gestores escolares de todo Brasil compartilhem boas práticas de aprendizagem e encontrem informações sobre educação.

No que tange à esfera cultural, as principais iniciativas foram no Rio Grande do Norte, com a execução de projetos de inclusão de crianças e jovens em vulnerabilidade social, capacitação de 149 gestores culturais do estado com o projeto Caravana Energia que Transforma, e inauguração da iluminação cultural do Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

13.4. Instituto Neoenergia

Em 2020, em função da pandemia, o Instituto Neoenergia deu continuidade à execução de seus projetos sociais dando ênfase principalmente àqueles que beneficiavam os mais vulneráveis. Para atender de forma emergencial às pessoas afetadas severamente pela crise sanitária e econômica que se instalou a partir de março, foram destinados mais de R\$ 2 milhões para ações como a distribuição de quentinhas em seis comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, fortalecendo microempreendedores e organizações sociais (em parceria com o CIEDS). Ainda, o Instituto apoiou o Fundo Transforma, numa ação de engajamento dos colaboradores de todas as empresas da Neoenergia, para a distribuição de cestas básicas no país, com o compromisso de triplicarmos cada doação do público interno.

No âmbito de negócios de impacto social, foi lançado um novo edital do Programa de Aceleração Social Impacto, em parceria com o Instituto Ekloos, voltado a organizações do terceiro setor das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo Programa, foram selecionadas 16 organizações, que receberam investimento emergencial de R\$ 20 mil, além de capacitação em gestão de líderes para aumentar o impacto social.

Vale ressaltar que os projetos que já estavam planejados e sendo executados de forma presencial, em função da pandemia da Covid-19 adequou-se o formato e foram desenvolvidas soluções digitais junto aos parceiros executores do Instituto. Professores, gestores culturais e organizações do terceiro setor fizeram capacitações por meio digital.

13.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2020 contou com investimento de cerca de R\$ 61 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades com troca de 233 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais e mais de 140 mil lâmpadas em 714 instituições dessas comunidades.
- Execução do projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 419 toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 107 mil na conta de 5.388 consumidores.
- Execução dos projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD, capacitando 3.104 professores e 137.736 alunos das áreas de concessão das distribuidoras sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica.
- Execução de projetos de Eficientização de 300 prédios públicos e assistenciais na área de concessão das distribuidoras, sendo beneficiadas 53 unidades na Bahia, 22 em Pernambuco, 6 no Rio Grande do Norte e 219 em São Paulo, totalizando mais de 190 mil lâmpadas substituídas.
- Execução de projeto Neoenergia Solar que concedeu em 2020 desconto de 50% para instalação de energia solar em 435 residências na Bahia, Pernambuco e São Paulo, totalizando 1.780 kWp instalado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



- Execução de projeto prioritário Hospitais Covid-19 para equipar os hospitais de campanha da pandemia na Bahia e Pernambuco, sendo beneficiadas 78 unidades com a substituição de 7.935 lâmpadas, 182 geladeiras/frezeres e 99 aparelhos de ar condicionado.
- Execução de projetos de Eficientização de Iluminação Pública e diversos municípios das áreas de concessão das distribuidoras, com a substituição de mais de 18 mil pontos de IP por tecnologia LED.

13.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2020, foram destinados R\$ 55 milhões a esses projetos, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes” que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto “Sistema Inteligente de Armazenamento Energia” que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e 2 associadas a um sistema de baterias de íon lítio o excedente de energia; (ii) o projeto “Microrredes” que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (iii) o projeto “Conexão Digital” cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminhão elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destaca-se o projeto “Poda com Braço Robótico” que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota.

Recuperação de Energia: destaca-se o projeto “Sensor Inteligente para 69 kV” cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de “Transformador Inteligente e Qualímetro com oscilografia contínua”, que identifica ocorrências como queda de condutores de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

14. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021



(i) Índice de Sustentabilidade Empresarial B3: Neoenergia passa a integrar a 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A nova carteira reúne 46 ações de 39 companhias de 15 setores que, juntas, somam R\$ 1,8 trilhão em valor de mercado e representam as melhores práticas de sustentabilidade corporativa. | **(ii) XI Premio Correponsables da Iberoamérica:** A Neoenergia foi um dos destaques no XI Premio Corresponsables da Iberoamérica, ao ser reconhecida na categoria Grandes Empresas com o projeto Escola de Eletricistas. Com o total de 205 inscrições e 19 finalistas de diversos países, a companhia foi reconhecida nessa premiação que é voltada a valorizar as melhores iniciativas e boas práticas em responsabilidade social, sustentabilidade e comunicação na região da Ibero-América. | **(iii) ONU Mulheres:** O projeto Escola de Eletricistas da Neoenergia, que possui turmas exclusivas para mulheres, teve um estudo de caso publicado no WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à União Europeia para estimular boas práticas das empresas. O documento aponta o projeto da companhia brasileira como exemplo mundial de boa prática em promoção da igualdade de gênero no setor elétrico. | **(iv) Valor 100:** No ranking Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico para mostrar o desempenho das mil maiores empresas do Brasil, a Neoenergia foi a mais bem colocada no setor elétrico em crescimento sustentável, conceito que representa a melhor gestão dos recursos próprios na geração de receita. A companhia também se destacou como o 26º maior grupo privado do Brasil, considerando empresas de todos os setores da economia. | **(v) Certificação ISO 37001 de Gestão Antissuborno:** A Neoenergia conquistou a Certificação ISO 37001 pelas práticas de combate à corrupção e suborno. A norma ISO 37001 tem como principal objetivo apoiar o combate ao suborno por meio de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis, regulamentos, diretrizes nacionais e internacionais, aplicáveis aos negócios das organizações. | **(vi) Prêmio Latam 2020:** A Neoenergia conquistou a categoria ouro de Melhor Estratégia de Operação Direcionada ao Cidadão da premiação da Aliança Latino-Americana de Organizações para Interação com Clientes (ALOIC). A premiação está em sua 9ª edição e reconhece as melhores práticas das empresas no quesito relacionamento com o cliente, na América Latina.

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017 e renovado em 29/06/2020, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2020, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 7.244.893,40, dos quais R\$ 4.111.151,43 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 3.133.741,97 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como tradução dos demonstrativos para inglês, relatório de Covenants, fluxo de caixa de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

16. BALANÇO SOCIAL

Informações de natureza socioambiental poderão ser conferidas no Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa que será disponibilizado até 28 de fevereiro de 2021 no site da Companhia (www.neoenergia.com). A Companhia publica relatórios anuais desde 2004 e, desde 2010, segue os Standards da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade e o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Atende também a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

**17. NOTA DE CONCILIAÇÃO**

A Neoenergia s.a., apresenta os resultados do quarto trimestre (4T20) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	
(+) Receita líquida	10.487	31.989	7.453	28.461	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(404)	(549)	(156)	(556)	Nota 5
(-) Outras receitas	(95)	(335)	(60)	(311)	Nota 5
(+) Ganho/perda na RAP	(4)	(18)	(3)	(5)	Nota 5.4
(+) Receita de operação e manutenção	5	33	(9)	23	Nota 5.4
(+) Operações fotovoltaicas	3	8	(1)	-	Nota 5.4
(+) Outras receitas - Outras receitas	10	10	(9)	10	Nota 5.4
= RECEITA Operacional Líquida	10.002	31.138	7.215	27.622	
(+) Custos com energia elétrica	(5.419)	(15.280)	(3.640)	(14.519)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(142)	(448)	(140)	(442)	Nota 6
(+) Custos de construção	(1.682)	(5.726)	(1.082)	(4.054)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(7.243)	(21.454)	(4.862)	(19.015)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	404	549	156	556	Nota 5
= MARGEM BRUTA	3.163	10.233	2.509	9.163	
(+) Custos de operação	(1.030)	(3.609)	(981)	(3.514)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(80)	(288)	(66)	(270)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(500)	(1.530)	(386)	(1.397)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	142	448	140	442	Nota 8
(-) Depreciação	388	1.452	317	1.276	Nota 8
(+) Outras receitas	95	335	60	311	Nota 5
(-) Ganho/perda na RAP	4	18	3	5	Nota 5.4
(-) Receita de operação e manutenção	(5)	(33)	9	(23)	Nota 5.4
(-) Operações fotovoltaicas	(3)	(8)	1	0	Nota 5.4
(-) Outras receitas - Outras receitas	(10)	(10)	9	(10)	Nota 5.4
= Despesa Operacional	(999)	(3.225)	(894)	(3.180)	
(+) PECLD	(35)	(456)	(108)	(332)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial	(28)	(56)	6	68	Demonstrações de resultado
EBITDA	2.101	6.496	1.513	5.719	
(+) Depreciação e Amortização	(430)	(1.618)	(359)	(1.446)	Demonstrações de resultado e Nota 8
(+) Resultado Financeiro	(350)	(1.030)	(368)	(1.341)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(292)	(943)	(144)	(623)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(33)	(96)	(24)	(80)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	996	2.809	618	2.229	Demonstrações de resultado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2020
Publicado em 09 de fevereiro de 2021

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela NEOENERGIA S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

Notas Explicativas



NEOENERGIA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Notas Explicativas

Sumário

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24
4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	24
5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	29
6. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	35
7. CUSTO DE CONSTRUÇÃO	35
8. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	36
9. RESULTADO FINANCEIRO	38
10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A	
CONSUMIDORES	38
11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	46
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS).....	48
14. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO	50
15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES	53
16. IMOBILIZADO.....	62
17. INTANGÍVEL.....	64
18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS	65
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	66
20. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	72
21. OUTROS PASSIVOS.....	76
22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	76
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	85
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	89
25. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	93
26. COMPROMISSOS	103
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	103

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional, líquida	5	31.989	28.461	4	4
Custos dos serviços		(24.615)	(22.087)	-	-
Custos com energia elétrica	6	(15.280)	(14.519)	-	-
Custos de construção	7	(5.726)	(4.054)	-	-
Custos de operação	8	(3.609)	(3.514)	-	-
Lucro bruto		7.374	6.374	4	4
Perdas de crédito esperadas	12.2	(456)	(332)	-	16
Despesas com vendas	8	(288)	(270)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	8	(1.530)	(1.397)	(242)	(231)
Amortização de mais-valia	15	(166)	(170)	(164)	(168)
Equivalência Patrimonial	15	(56)	68	3.227	2.549
Lucro Operacional		4.878	4.273	2.825	2.170
Resultado Financeiro	9	(1.030)	(1.341)	(21)	59
Receitas Financeiras		597	518	185	208
Despesas Financeiras		(1.755)	(1.768)	(178)	(137)
Outros resultados financeiros, líquidos		128	(91)	(28)	(12)
Lucro antes dos tributos		3.848	2.932	2.804	2.229
Tributos sobre o lucro	10.1.1	(943)	(623)	(8)	-
Corrente		(511)	(288)	(8)	-
Diferido		(432)	(335)	-	-
Lucro líquido do exercício		2.905	2.309	2.796	2.229
Atribuível à:					
Acionistas da Neoenergia S.A.		2.809	2.229	2.796	2.229
Acionistas não controladores		96	80		
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	23.2	2,39	1,90	2,30	1,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	(304)	80	-	-
Hedge de fluxo de caixa	209	(36)	(3)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	102	(27)	-	-
Resultado das operações de hedge e obrigações com benefícios à empregados das investidas	-	-	13	16
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	7	17	10	16
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	166	51	(14)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(47)	(14)	-	-
Resultado das operações de hedge e obrigações com benefícios à empregados das investidas	-	-	130	35
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	119	37	116	35
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	126	54	126	51
Resultado abrangente do exercício	3.031	2.363	2.922	2.280
Atribuível à:				
Acionistas controladores	2.935	2.280	2.922	2.280
Acionistas não controladores	96	83	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Ajustado por:				
Depreciação e amortização*	1.473	1.299	5	3
Baixa de ativos não circulantes	135	148	1	-
Amortização de mais-valia	166	170	164	168
Resultado de equivalência patrimonial	56	(68)	(3.227)	(2.549)
Tributos sobre o lucro	943	623	8	-
Resultado financeiro, líquido	1.030	1.341	21	59
Outros	(549)	(481)	-	(3)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(73)	(500)	-	12
Concessão Serviço Público (Ativo contratual)	(3.198)	(847)	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	956	441	32	30
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(4)	(47)	6	3
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	652	765	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	338	(377)	77	(158)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(138)	(144)	-	4
Outros ativos e passivos, líquidos	(60)	345	(33)	125
Caixa líquidos proveniente das operações	4.632	4.977	(150)	(77)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	44	40	634	1.818
Encargos de dívidas pagos	(935)	(1.186)	(49)	(38)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	236	(44)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	135	170	16	-
Pagamento de juros – Arrendamentos	(13)	(11)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(556)	(534)	(6)	21
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.543	3.412	445	1.724
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(994)	(427)	(3)	(4)
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(3.738)	(3.881)	-	-
Aumento de capital em investidas	(27)	(57)	(1.460)	(892)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(179)	(180)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	135	150	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(4.803)	(4.395)	(1.463)	(896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	5.764	6.558	836	1.294
Pagamento dos custos de captação	(39)	(76)	-	(49)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(4.816)	(5.346)	-	(693)
Depósitos em garantias	30	(26)	-	-
Obrigações vinculadas as concessões	315	574	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(30)	(25)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	1.522	129	-	-
Dividendos e JSCP pagos aos acionistas da Neoenergia	(450)	(635)	(450)	(635)
Dividendos e JSCP pagos aos acionistas não controladores	(17)	(63)	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	2.279	1.090	386	(83)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.019	107	(632)	745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.041	3.934	999	254
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.060	4.041	367	999
Transações que não envolveram caixa:				
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros (Investimentos)	557	-	-	-
Aumento de capital com instrumentos patrimoniais	-	-	-	80
Adições de obrigações especiais – incorporadas por meio de doação de bens	48	80	-	-
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	46	139	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas	71	4	-	-

*Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	5.060	4.041	367	999
Contas a receber de clientes e outros	12	6.187	5.718	-	-
Títulos e valores mobiliários		16	25	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	722	509	12	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	635	456	213	234
Outros tributos a recuperar	10.3.1	1.629	1.299	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	16	15	659	312
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	92	395	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	133	90	-	-
Outros ativos circulantes		487	383	79	22
Total do circulante		14.977	12.931	1.330	1.567
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	12	342	298	-	-
Títulos e valores mobiliários		194	146	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	1.998	861	-	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	1	3	-	-
Outros tributos a recuperar	10.3.1	5.065	2.785	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	-	-	25	77
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	656	752	-	-
Depósitos Judiciais	20.1	1.008	920	52	51
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.1	14.403	11.743	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	8.741	5.543	-	-
Outros ativos não circulantes		114	115	157	160
Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures	15	2.427	2.501	22.777	19.128
Direito de uso		89	91	-	-
Imobilizado	16	6.821	6.160	27	30
Intangível	17	9.461	9.366	1	1
Total do não circulante		51.320	41.284	23.039	19.447
Total do ativo		66.297	54.215	24.369	21.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	18	4.300	3.049	138	92
Empréstimos e financiamentos	19.2	3.936	3.706	29	20
Passivo de arrendamento		28	27	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	14	47	3	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	525	379	25	19
Tributos sobre o lucro	10.1.3	16	9	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.3.2	1.148	903	120	81
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	149	-	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.4	6	6	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.2	476	214	442	198
Provisões	20	221	188	-	-
Outros passivos circulantes	21	1.181	1.024	221	321
Total do circulante		12.000	9.552	978	731
Não circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	18	128	136	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.2	22.444	18.958	2.099	1.266
Passivo de arrendamento		67	70	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	123	5	103	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	1.009	791	-	-
Tributos sobre o lucro	10.1.3	26	-	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	503	222	3	3
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.3.2	764	291	7	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	516	313	-	-
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.4	5.749	3.276	-	-
Provisões	20.1	1.206	1.104	2	15
Outros passivos não circulantes	21	253	238	23	24
Total do não circulante		32.788	25.404	2.237	1.308
Patrimônio Líquido	23				
Atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A.		21.167	18.975	21.154	18.975
Atribuído aos acionistas não controladores		342	284	-	-
Total do patrimônio líquido		21.509	19.259	21.154	18.975
Total do passivo e do patrimônio líquido		66.297	54.215	24.369	21.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

Consolidado

	Reservas de lucro										Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Atribuídos aos acionistas da Neoenergia S. A	Atribuídos aos acionistas não controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975	284	19.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.809	2.809	96	2.905
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	126	-	-	-	-	126	-	126
Remuneração aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	(38)
Pagamento baseado em ações (nota 22.2)	-	3	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	140	-	-	(140)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(545)	(545)	-	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(201)	(201)	-	(201)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.910	(1.910)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	13	-	(13)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.920	96	(1.597)	3	1.006	247	8.492	-	21.167	342	21.509
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.920	93	(1.594)	(172)	754	234	5.019	-	17.254	323	17.577
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.229	2.229	80	2.309
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	49	-	-	-	2	51	3	54
Remuneração aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Ajuste de transação com sócios (nota 23.5)	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	(54)	(57)
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	112	-	-	(112)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(556)	(556)	-	(556)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.563	(1.563)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975	284	19.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)

Controladora

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.796	2.796
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	126	-	-	-	-	126
Pagamento baseado em ações (nota 22.2)	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	140	-	-	(140)	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(545)	(545)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(201)	(201)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.910	(1.910)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.920	96	(1.597)	3	1.006	234	8.492	-	21.154
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.920	93	(1.594)	(172)	754	234	5.019	-	17.254
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.229	2.229
Outros resultados abrangentes (nota 23.3)	-	-	-	49	-	-	-	2	51
Ajuste de transação com sócios (nota 23.5)	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 23.6.1)	-	-	-	-	112	-	-	(112)	-
Juros sobre capital próprio (nota 23.2)	-	-	-	-	-	-	-	(556)	(556)
Reserva de retenção de lucros (nota 23.6.3)	-	-	-	-	-	-	1.563	(1.563)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.920	93	(1.597)	(123)	866	234	6.582	-	18.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	44.270	41.205	4	4
Receita de construção de ativos próprios	709	-	-	-
Perdas de crédito esperadas	(456)	(332)	-	16
	44.523	40.873	4	20
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(13.414)	(13.673)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(3.357)	(2.503)	-	-
Matérias-primas consumidas	(448)	(442)	-	-
Materiais, serviços de terceiros e outros	(8.368)	(6.056)	(187)	(175)
	(25.587)	(22.674)	(187)	(175)
Valor adicionado bruto	18.936	18.199	(183)	(155)
Depreciação e amortização (*)	(1.640)	(1.469)	(169)	(171)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	17.296	16.730	(352)	(326)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	7.035	4.093	283	254
Resultado de equivalência patrimonial	(56)	68	3.227	2.549
	6.979	4.161	3.510	2.803
Valor adicionado total a distribuir	24.275	20.891	3.158	2.477
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	734	675	-	-
Férias e 13º salário	164	155	-	-
Encargos sociais (exceto INSS)	101	101	-	-
Benefícios	302	4	-	-
Administradores	59	58	40	41
Outros	(56)	236	4	5
Subtotal	1.304	1.229	44	46
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	198	186	5	5
ICMS	6.637	6.888	-	-
PIS e COFINS	2.175	1.815	10	11
Tributos sobre o lucro	943	623	8	-
Obrigações intra-setoriais	1.974	2.396	-	-
Outros	56	40	1	2
Subtotal	11.983	11.948	24	18
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	8.080	5.393	294	184
Aluguéis	3	12	-	-
Subtotal	8.083	5.405	294	184
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	746	556	746	556
Lucros retidos	1.923	1.673	1.910	1.673
Reserva legal	140	-	140	-
Participação dos não controladores	96	80	-	-
	2.905	2.309	2.796	2.229
Valor adicionado distribuído	24.275	20.891	3.158	2.477

*Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas (“Companhia” ou “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, representada em três segmentos estratégicos de atuação (i) Redes, (ii) Renováveis e (iii) Liberalizados.

A Neoenergia S.A. (“Controladora”) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, (NEOE3) com ações admitidas à negociação no mercado de ações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no segmento Novo Mercado, Bolsa, Balcão constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades.

1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

O Grupo e as empresas coligadas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissoes de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição

Empresa	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento	Número de Municípios	Ciclo tarifário	Última revisão
Elektro Redes	Estado de São Paulo	27/08/1998	26/08/2028	223	4 anos	Ago/2019
Elektro Redes	Estado do Mato Grosso do Sul	27/08/1998	26/08/2028	5	4 anos	Ago/2019
Coelba	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027	415	5 anos	Abr/2018
Celpe	Estado de Pernambuco	30/03/2000	29/03/2030	184	4 anos	Abr/2017
Celpe	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	29/03/2030	1	4 anos	Abr/2017
Celpe	Estado da Paraíba	30/03/2000	29/03/2030	1	4 anos	Abr/2017
Cosern	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027	167	5 anos	Abr/2018

Em 04 de dezembro de 2020, a Neoenergia através da sua controlada Bahia Geração de Energia S.A. (“Bahia PCH III”) sagrou-se vencedora na Sessão Publicado Leilão nº 01/2020-CEB-D (“Leilão”), realizada na forma do Edital do Leilão (“Edital”), cujo objeto é a desestatização da distribuidora de energia elétrica CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”), tendo apresentado o lance vencedor no valor de R\$ 2.515 que representa o preço de aquisição de 100% das ações de emissão da CEB-D (“Ações CEB-D”). As aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica –CADE e da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL foram obtidas em janeiro de 2021, conforme descrito na nota 27.

Transmissão em operação

Empresa	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
Afluentes T	Estado da Bahia	08/08/1997	08/08/2027	5 anos	2020
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2019
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2017
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2018
Potiguar Sul	Estado da Paraíba e Rio Grande do Norte	01/08/2013	01/08/2043	5 anos	2019
Sobral	Estado do Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	-
Atibaia	Estado de São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	-
Biguaçu	Estado de Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	-

As transmissoras Sobral, localizada no Estado do Ceará, e Atibaia, localizada no Estado de São Paulo, entraram em operação comercial em 22 de janeiro e 7 de março de 2020, com antecedência de 13 meses e 11 meses, respectivamente. A Companhia venceu a licitação dessas concessões no Leilão nº 05/2016 realizado em abril de 2017 e os prazos estipulados pela ANEEL em contrato para entrada em operação estavam previstos para fevereiro de 2021.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Em julho de 2020, o grupo protocolou junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a solicitação do Termo de Liberação com Pendência (TLP) do lote 22 do Leilão 05/2016 de abril de 2017, referente à instalação de transmissão composta por um compensador estático de reativos na Subestação de Biguaçu, localizada no estado de Santa Catarina.

Transmissão em construção

Empresa	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
Jalapão	Estados do Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048
Santa Luzia	Estados da Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048
Guanabara	Estado do Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Itabapoana	Estado do Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Lagos dos Patos	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Vale do Itajaí	Paraná e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Dourados	Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047
EKTT 6A	Estado da Bahia	20/03/2020	20/03/2050

Em 20 de março de 2020 foi realizada a assinatura do Contrato de Concessão referente ao Lote 09 (EKTT6) arrematado pelo Grupo no Leilão nº 2/2019. O referido lote está localizado na Bahia e compreende 1 linha de transmissão de 210 km de extensão e 2 subestações. O prazo para a construção das obras é de 48 meses contados da assinatura do respectivo contrato.

Em julho de 2020, o grupo protocolou junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) a solicitação do Termo de Liberação Definitivo (TLD) do primeiro trecho do lote 04, da Transmissora Dourados, referente ao Leilão 05/2016 de abril de 2017, em razão da conclusão da Função Transmissão LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante que atravessa os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Em 27 de dezembro de 2020, entrou em operação comercial o terceiro dos cinco trechos que compõem a linha de transmissão do lote de Dourados. O referido trecho, LT 230 kV Nova Porto Primavera – Ivinhema tem extensão de 64,5 km de linha. Esta entrega foi feita com antecipação de 19 meses em relação ao prazo contratual da Aneel. Com os três trechos do lote de Dourados que entraram em operação ao longo de 2020, o empreendimento já conta 52% da RAP do projeto e 63% do total das linhas do Lote entregues ao sistema.

Em 17 de dezembro de 2020, no Leilão de Transmissão nº 01/2020 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), a Neoenergia arrematou o lote 02, que compreende 03 linhas de transmissão de 500 kV, 01 linhas de transmissão de 230 kV, uma nova subestação Medeiros Neto de 500 kV com compensação síncrona na Bahia, totalizando 1.091km de extensão percorrendo majoritariamente a Bahia, além de Minas Gerais e Espírito Santo. O lote arrematado apresenta sinergias durante o período de construção uma vez que a Neoenergia possui outros ativos na Bahia e Espírito Santo (90% do Capex se encontra nesses estados, sendo 70% na Bahia) o que contribuiu no estudo detalhado de engenharia executado previamente ao leilão. Além disso, o lote também apresentará sinergias durante a operação, aproveitando a infraestrutura existente nessa região de mais de 479 kms de LTs em 230 kV

Comercialização

Empresa	Localidade	Data de autorização
NC Energia	Rio de Janeiro - RJ	22/11/2000
Elektro Comercializadora	Campinas - SP	26/05/2003



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Geradoras em operação

Empresa	Tipo de Usina	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Itapebi	Hidrelétrica – UHE	Rio Jequitinhonha – BA	28/05/1999	31/08/2035	462,011 MW	209,1 MW
Termopernambuco	Termelétrica – UTE	Complexo Portuário do Suape – PE	18/12/2000	18/12/2030	532,756 MW	504,12 MW
Celpe – Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha – PE	21/12/1989	29/03/2030	4,8 MW	1,9 MW
Baguari I	Hidrelétrica – UHE	Rio Doce – MG	15/08/2006	14/08/2041	140,0 MW	84,7 MW
Geração CIII - Corumbá III	Hidrelétrica – UHE	Rio Corumbá – GO	07/11/2001	14/02/2037	96,447 MW	49,3 MW
Energética Águas da Pedra - Dardanelos	Hidrelétrica – UHE	Rio Aripuanã – MT	03/07/2007	02/01/2043	261,0 MW	154,9 MW
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Hidrelétrica – UHE	Rio Teles Pires – MT	07/06/2011	06/06/2046	1.819,8 MW	930,7 MW
Geração Céu Azul - Baixo Iguaçu	Hidrelétrica – UHE	Rio Iguaçu – PR	20/08/2012	30/10/2049	350,2 MW	172,4 MW
Belo Monte – Norte Energia	Hidrelétrica – UHE	Rio Xingu – PA	26/08/2010	25/08/2045	11.233,1MW	4.571,0 MW

Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Arizona 01	Rio do Fogo - RN	04/03/2011	03/03/2046	28,0 MW	12,9 MW
Mel 2	Areia Branca - RN	28/02/2011	27/02/2046	20,0 MW	8,8 MW
Caetité 1	Caetité - BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0 MW	13,0 MW
Caetité 2	Caetité - BA	07/02/2011	06/02/2046	30,0 MW	14,7 MW
Caetité 3	Caetité - BA	24/02/2011	23/02/2046	30,0 MW	11,2 MW
Calango 1	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	28/04/2011	27/04/2046	30,0 MW	13,9 MW
Calango 2	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	09/05/2011	08/05/2046	30,0 MW	12,8 MW
Calango 3	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	30/05/2011	29/05/2046	30,0 MW	13,9 MW
Calango 4	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	19/05/2011	18/05/2046	30,0 MW	13,5 MW
Calango 5	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	02/06/2011	01/06/2046	30,0 MW	13,7 MW
Calango 6	Bodó - RN	20/11/2014	19/11/2049	30,0 MW	18,5 MW
Santana 1	Bodó - RN	14/11/2014	13/11/2049	30,0 MW	17,3 MW
Santana 2	Lagoa Nova - RN	14/11/2014	13/11/2049	24,0 MW	13,1 MW
Canoas	São José do Sabugi/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	17,7 MW
Lagoa 1	Santa Luzia/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	18,7 MW
Lagoa 2	São José do Sabugi/PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	17,5 MW
Enerbrasil	Rio do Fogo – RN	20/12/2001	20/12/2031	49,3 MW	20,74 MW

Parques eólicos em construção

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Chafariz 1	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 2	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	17,4 MW
Chafariz 3	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 4	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 5	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 6	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	31,185 MW	15,2 MW
Chafariz 7	Paraíba - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,3 MW
Lagoa 3	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	17,2 MW
Lagoa 4	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	20,79 MW	10,2 MW
Canoas 2	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,3 MW
Canoas 3	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Canoas 4	Paraíba - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,5 MW
Oitis 1	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	26,1 MW
Oitis 2	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 8	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	25,5 MW
Oitis 9	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Ventos de Arapuá 1	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	24,255 MW	-



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Ventos de Arapuá 2	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapuá 3	Paraíba - PB	05/02/2019	04/02/2054	13,86 MW	-

A controlada Neoenergia Renováveis S.A. firmou em 18 de setembro de 2020 Contrato de Compra e Venda de Ativos com a PEC Energia S.A., para aquisição de projetos de pipeline de geração eólica, com potencial a ser instalado de aproximadamente 400MW. Os projetos estão localizados na Serra da Gameleira, Estado da Bahia, e compreendem área total de 7.800 hectares.

O valor total da aquisição pode chegar a R\$ 80 milhões, até dezembro de 2020 R\$ 53 milhões já haviam sido pagos, correspondente as condições já cumpridas, inclusive a aprovação do CADE.

Parques solares fotovoltaicos

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)
Luzia 2	Paraíba – PB	26/05/2020	25/05/2055	59,868 MW
Luzia 3	Paraíba – PB	26/05/2020	25/05/2055	59,868 MW

Em 09 de dezembro de 2020 foi aprovada construção dos Parques de Luzia II e III de geração de energia solar pelo Conselho de Administração da Neoenergia Renováveis S.A., sociedade controlada da Neoenergia. Primeiros parques fotovoltaicos de geração centralizada do grupo Neoenergia, foram desenvolvidos internamente dentro do pipeline da Neoenergia Renováveis S.A., e está localizado no município de Santa Luzia, na Paraíba. O Projeto apresenta sinergias com o Complexo Eólico de Chafariz e com a linha de Transmissão de Santa Luzia, lote 6 do leilão nº 02/2017 realizado em dezembro de 2017, em virtude da sua localização. Quando concluído, o Projeto terá capacidade de 149,3 MWdc. A energia gerada será destinada à comercialização no mercado livre e já está 100% vendida até 2026 e 20% até o fim de sua vida útil, com destaque para um contrato de longo prazo firmado com a Claro S.A. por 12 anos. O Projeto tem Capex estimado da ordem de R\$ 457 (R\$3,1mil/kWdc) e tem previsão de entrada em operação para o segundo semestre de 2022.

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos, incluindo medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

1.2 Corona vírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas:

- (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado;
- (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março até 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permanecerá até 31 de dezembro de 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*.

Os impactos do COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutida a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes.

- (i) **Redes:** As receitas desse segmento estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição e de transmissão. Na distribuição, o efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia como segue:

	2020
Retração da demanda de mercado	(148)
Perdas de crédito esperadas	(114)
Lucro operacional	(262)
Tributos sobre o lucro	72
Efeito líquido	(190)

Na transmissão, seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance do grupo para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento.

- (ii) **Renováveis:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico ('GSF') e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ('PLD'). Até o momento não foi percebida alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19. Observamos, a manutenção aproximada de 81% do GSF *flat* em relação ao mesmo período de 2019. O PLD acumulado até dezembro de 2020 reduziu em relação ao mesmo período do ano anterior, em 22% no submercado sudeste, 19% no Sul e 20% no submercado Nordeste. As variações desses itens são consequência da redução da demanda do Sistema Interligado Nacional e não apresentam impactos significativos nos resultados desse segmento de negócio.
- (iii) **Liberalizados:** As receitas desse segmento estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeletrica bem como ao valor do PLD e dos contratos de compra e venda de energia com outros agentes e com consumidores finais no mercado livre. Até o momento não foi



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID19. Observamos, apenas, uma queda no acumulado até dezembro de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor do PLD em, 22% no submercado sudeste e de 20% no submercado Nordeste. Entretanto, pode-se observar uma diminuição do consumo ocorrida no mercado livre, fruto da redução da atividade econômica, gerando uma redução de R\$10,7 na margem bruta da comercializadora para o exercício de 2020.

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (R\$450), FGTS (R\$11) e isenção temporária do IOF (R\$15), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$476. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.
- (ii) adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorreriam até dezembro contratados junto ao BNDES e ao BNB (*stand still*), que proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$413 (base nominal) no exercício de 2020.
- (iii) liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$203 para as distribuidoras do Grupo Neoenergia recebido em abril de 2020.
- (iv) a publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que as distribuidoras sejam ressarcidas integralmente por este desconto pela CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo.
- (v) diferimento do reajuste tarifário das Distribuidoras de energia do Nordeste para julho de 2020, sem efeito no resultado e com impacto de caixa compensado pelo não pagamento da cota CDE durante o mesmo período, no total de R\$122.
- (vi) Adesão à Conta Covid: A Resolução Aneel nº 885, dispõe sobre a Conta Covid 19, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$1.664, os quais foram utilizados para efetuar realização do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE, vide nota 13.

Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos financeiros da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 das Distribuidoras de energia para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário).
- (ii) Antecipação de captação de recursos junto a instituições financeiras, no montante de R\$560 e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$3.388.
- (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento das contas a receber vencidas, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de crédito esperadas, dentre as quais destacamos:
 - a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site das distribuidoras, permitindo aos clientes negociar as suas dívidas sem sair de casa.
 - b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020).
 - c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes das Distribuidoras através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para as distribuidoras.
 - d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, E-mail e WhatsApp), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações.
 - e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial).
 - f. Campanha de mídia (TV e Rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para a Companhia.

(iv) Medidas para reduzir a Sobrecontratação:

O art. 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da covid-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade.

Durante o ano de 2020 as distribuidoras da Neoenergia estão utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto em função do aumento da sobrecontratação de forma generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19 tais mecanismos têm tido baixa efetividade.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além de as principais indústrias das nossas áreas de concessão.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (ii) fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha.
- (iii) doação de aparelhos respiratórios e máscaras.
- (iv) De forma geral, a Neoenergia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (auto declaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda realizada divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.
- (v) Doação ao Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em conjunto com outras empresas do Setor Elétrico de recursos para elaboração de testes rápidos de detecção de COVID-19.

1.3 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades do Grupo que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.3.1 Gestão de Riscos Financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

1.3.1.1 Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas na nota 25.7.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 25.7.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 25.7.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1.3.1.2 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 25.7).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiras. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivo instrumentos derivativos (veja nota 19).

1.3.1.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Ratings de longo prazo em escala nacional ¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Bank of América			
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley	Aa1	AAA	AA
BNDES		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	
Sumitomo		AAA	
Safra	Aa1	AAA	

⁽¹⁾ Bank of America, JP Morgan e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

1.3.2 Seguros

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado	
	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2020 a 31/05/2021	585.034
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36.000
Responsabilidade Civil Geral – Distribuição Nordeste	08/10/2020 a 08/10/2021	22.000
Responsabilidade Civil Geral – Transmissão/Geração	31/05/2020 a 31/05/2021	144.000
Responsabilidade Civil Geral - EKT	31/05/2020 a 31/05/2021	44.000
Veículos - Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	2.100.000
Responsabilidade Civil - Drones	16/06/2020 a 16/06/2021	561
Veículos - Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	700
Transporte	08/10/2020 a 08/10/2021	2.000
Transporte – Óleo Diesel	08/10/2020 a 08/10/2021	500
D&O	23/08/2020 a 23/08/2021	150.000
Empresarial	31/05/2020 a 31/05/2021	60.500
Cibersegurança	31/05/2020 a 31/05/2021	58.503
Equipamentos Portáteis de Medição	30/06/2020 a 30/06/2021	Valor Equipamento

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 09 de fevereiro de 2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
10.1	Tributos sobre o lucro diferidos
12.2	Perdas de crédito esperadas
13	Ativo e passivos financeiro setorial
14	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
17	Intangível (vinculado à concessão)
20.1	Provisão para processos judiciais
22.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
25.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A entre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão apresentados como segue:

	Lucro líquido	Patrimônio Líquido
Controladora	2.796	21.154
Capitalização encargos financeiros	20	20
Tributos sobre o lucro	(7)	(7)
Consolidado	2.809	21.167

Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos emitidos pela Controladora e repassados para suas subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em participações societárias, não se enquadram como ativos qualificável para capitalização de encargos financeiros.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes – compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis – compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados – compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros – incluem atividades suportes às operações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4.1 Resultado por segmento

A informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado 2020										
	Redes			Renováveis			Liberalizados		Outros		
	Distribuição	Transmissão	Total redes	Geração eólica	Geração hidráulica	Total Renováveis	Geração a gás	Comercialização e serviços	Total liberalizados	Total	Resultado
Receita bruta com terceiros	39.024	3.235	42.259	436	303	739	66	1.206	1.272	-	44.270
Receita bruta inter-segmentos	10	34	44	60	338	398	1.471	128	1.599	4	2.045
Deduções da receita bruta	(11.259)	(297)	(11.556)	(48)	(79)	(127)	(396)	(202)	(598)	-	(12.281)
Custos e despesas operacionais¹	(20.799)	(2.138)	(22.937)	(135)	(152)	(287)	(694)	(826)	(1.520)	(237)	(24.981)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos¹	(1.564)	(5)	(1.569)	(15)	(57)	(72)	(77)	(327)	(404)	-	(2.045)
Perdas de crédito esperadas	(454)	-	(454)	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(456)
Resultado de participação societária	-	-	-	-	(56)	(56)	-	-	-	-	(56)
LAJIDA (EBITDA)	4.958	829	5.787	298	297	595	370	(23)	347	(233)	6.496
Depreciação e amortização²	(1.189)	-	(1.189)	(113)	(83)	(196)	(59)	(4)	(63)	(170)	(1.618)
Lucro operacional	3.769	829	4.598	185	214	399	311	(27)	284	(403)	4.878
Resultado financeiro, líquido	(781)	(25)	(806)	(83)	(74)	(157)	(58)	(7)	(65)	(2)	(1.030)
Tributos sobre o lucro	(618)	(246)	(864)	25	(65)	(40)	(37)	12	(25)	(14)	(943)
Lucro líquido	2.370	558	2.928	127	75	202	216	(22)	194	(419)	2.905

⁽¹⁾ não inclui depreciação e amortização.⁽²⁾ inclui a amortização de mais valia

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado									
	2019									
	Redes			Renováveis			Liberalizados		Outros	Resultado
	Distribuição	Transmissão	Total redes	Geração eólica	Geração hidráulica	Total Renováveis	Geração a gás	Comercialização e serviços	Total liberalizados	
Receita bruta com terceiros	37.681	1.016	38.697	410	272	682	96	1.730	1.826	-
Receita bruta inter-segmentos	28	30	58	51	323	374	1.295	182	1.477	4
Deduções da receita bruta	(12.009)	(6)	(12.015)	(37)	(69)	(106)	(351)	(272)	(623)	-
Custos e despesas operacionais ¹	(19.329)	(641)	(19.970)	(130)	(129)	(259)	(619)	(1.402)	(2.021)	(228)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ¹	(1.390)	(7)	(1.397)	(16)	(110)	(126)	(77)	(313)	(390)	-
Perdas de crédito esperadas	(348)	-	(348)	-	1	1	-	(1)	(1)	16
Resultado de participação societária	-	-	-	-	68	68	-	-	-	-
LAJIDA (EBITDA)	4.633	392	5.025	278	356	634	344	(76)	268	(208)
Depreciação e amortização ²	(1.062)	-	(1.062)	(105)	(63)	(168)	(44)	(1)	(45)	(171)
Lucro operacional	3.571	392	3.963	173	293	466	300	(77)	223	(379)
Resultado financeiro, líquido	(1.148)	(1)	(1.149)	(92)	(54)	(146)	(97)	(8)	(105)	59
Tributos sobre o lucro	(463)	(110)	(573)	(16)	(35)	(51)	(26)	27	1	-
Lucro líquido	1.960	281	2.241	65	204	269	177	(58)	119	(320)

⁽¹⁾ não inclui depreciação e amortização.⁽²⁾ inclui a amortização de mais valia

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4.2 Ativos por segmento alocados

	Consolidado 2020				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ¹	Investimentos em participações societárias	Direito de uso, imobilizado e intangível
Redes					
Distribuição	6.107	(573)	18.253	2	9.269
Transmissão	14	-	5.024	-	8
	6.121	(573)	23.277	2	9.277
Renováveis					
Geração eólica	148	-	-	-	3.227
Geração hidráulica	45	-	-	2.425	2.824
	193	-	-	2.425	6.051
Liberalizados					
Geração a gás	36	-	-	-	989
Comercialização e serviços	179	-	-	-	8
	215	-	-	-	997
Outros	-	-	-	-	46
	6.529	(573)	23.277	2.427	16.371
	Consolidado 2019				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ¹	Investimentos em participações societárias	Direito de uso, imobilizado e intangível
Redes					
Distribuição	5.592	82	15.620	2	9.168
Transmissão	6	-	1.756	-	62
	5.598	82	17.376	2	9.230
Renováveis					
Geração eólica	130	-	-	-	2.508
Geração hidráulica	39	-	-	2.499	2.865
	169	-	-	2.499	5.373
Liberalizados					
Geração a gás	37	-	-	-	947
Comercialização e serviços	212	-	-	-	16
	249	-	-	-	963
Outros	-	-	-	-	51
	6.016	82	17.376	2.501	15.617

(¹) inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4.3 Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

	2020		Consolidado 2019	
	Concessão de serviços públicos ¹	Investimentos, direito de uso imobilizado e intangível	Concessão de serviços públicos ¹	Investimentos, direito de uso imobilizado e intangível
Redes				
Distribuição	3.625	18	3.495	76
Transmissão	3.064	6	880	56
	6.689	24	4.375	132
Renováveis				
Geração eólica	-	822	-	88
Geração hidráulica	-	58	-	181
	-	880	-	269
Liberalizados				
Geração a gás	-	100	-	135
Comercialização de serviços	-	5	-	8
	-	105	-	143
Outros				
	-	35	-	64
	6.689	1.044	4.375	608

⁽¹⁾ inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 2020			
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia (nota 5.1)	15.584	671	1.166	17.421
Disponibilidade da rede elétrica (nota 5.2)	16.462	-	-	16.462
Construção de infraestrutura da concessão ¹	6.567	-	-	6.567
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.359	50	89	1.498
Mecanismo de venda excedente – MVE	96	-	-	96
Valor de reposição estimado da concessão ²	549	-	-	549
Remuneração do ativo contratual	291	-	-	291
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.3)	1.051	-	-	1.051
Outras receitas (nota 5.4)	300	18	17	335
Receita operacional bruta	42.259	739	1.272	44.270
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.5)	(11.556)	(127)	(598)	(12.281)
Receita operacional líquida	30.703	612	674	31.989

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Total
Fornecimento de energia (nota 5.1)	16.754	634	1.671	19.059
Disponibilidade da rede elétrica (nota 5.2)	16.086	-	-	16.086
Construção de infraestrutura da concessão ¹	4.314	-	-	4.314
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.148	30	140	1.318
Mecanismo de venda excedente – MVE	179	-	-	179
Valor de reposição estimado da concessão ²	556	-	-	556
Remuneração do ativo contratual	123	-	-	123
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 5.3)	(741)	-	-	(741)
Outras receitas (nota 5.4)	278	18	15	311
Receita operacional bruta	38.697	682	1.826	41.205
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.5)	(12.015)	(106)	(623)	(12.744)
Receita operacional líquida	26.682	576	1.203	28.461

(¹) Em 2020, o total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$ 3.637 e R\$ 2.930 (Em 2019 R\$ 3.439 e R\$ 875) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.

(²) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ('BRR').

A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia do COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia, conforme descrito na nota 1.2.

Em 2020, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual dos ativos de distribuições da Companhia da seguinte forma:

	Coelba	Cosern	Celpe	Elektro
Consumidores de alta tensão	5,38%	4,72%	5,93%	6,00%
Consumidores de baixa tensão	4,85%	2,92%	4,88%	5,02%
Reajuste médio na tarifa	5,00%	3,40%	5,16%	5,36%
Nº da resolução homologatória	2.675	2.677	2.683	2.762
Data da resolução homologatória	22/04/2020	28/04/2020	27/08/2020	27/08/2020

5.1 Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado	
	2020	2019
Residencial	14.253	14.146
Comercial	5.074	6.948
Industrial	4.795	2.521
Rural	1.768	1.848
Poder público	1.107	1.373
Iluminação pública	921	946
Serviços públicos	1.030	1.066
Outros	386	2.338
Transferência – Disponibilidade da rede elétrica ¹	(14.407)	(14.176)
Subvenção à tarifa social	2.494	2.049
	17.421	19.059

(¹) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, mensurada utilizando-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD média, após a homologação desta pela ANEEL para o consumidor cativo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinadas ao setor elétrico em razão da pandemia de Covid-19 (MP 950/2020), conforme descrito na nota 1.2.

5.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2020	2019
Consumidor livre	2.055	1.910
Consumidor cativo ⁽¹⁾	14.407	14.176
	16.462	16.086

(¹) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, mensurada utilizando-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD média, após a homologação desta pela ANEEL para o consumidor cativo.

5.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado	
	2020	2019
CVA e Neutralidade		
Energia (i)	(116)	(1.199)
Encargos do serviço do sistema – ESS (ii)	259	275
TUST(iii)	385	(11)
Neutralidade de encargos setoriais	106	(45)
Outros	(61)	140
	573	(840)
Componentes financeiros e Subsídios		
Repasse de sobrecontratação (iv)	753	61
Risco hidrológico	(148)	65
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(149)	(107)
Ressarcimento P&D	-	63
Diferimento de reajuste (v)	122	-
Outros	(100)	17
	478	99
	1.051	(741)

- (i) Energia: Em 2020 as distribuidoras da Companhia apuraram a CVA de Energia, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação a cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (ii) Encargos do serviço do sistema – ESS: Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (iii) TUST – Rede básica: Aumento da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas – RAP das transmissoras, com vigor a partir de 1º de julho de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (iv) Repasse de sobrecontratação: Em 2020, as distribuidoras da Companhia apuraram o ajuste financeiro de Sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição, de forma a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (v) Diferimento de reajuste: Reconhecimento da receita decorrente do diferimento do reajuste tarifário de 22 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020, para as controladas Coelba e Cosern e 29 de abril de 2020 para 01 de julho de 2020 para controlada Celpe.

5.4 Outras receitas

	Consolidado	
	2020	2019
Renda da prestação de serviços	25	36
Arrendamentos e aluguéis	206	166
Serviço taxado	9	17
Taxa de iluminação pública	6	5
Administração de faturas de fraudes	7	6
Comissão serviços de terceiros	49	53
Ganho/perda na RAP	(18)	(5)
Receita de operação e manutenção	33	23
Operações fotovoltaicas	8	-
Outras receitas	10	10
Total	335	311

5.5 Deduções de receita bruta

	Consolidado	
	2020	2019
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(6.637)	(6.888)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.636)	(3.277)
Imposto sobre Serviços - ISS	(34)	(182)
	(10.307)	(10.347)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.548)	(1.994)
Programa de eficiência energética – PEE	(119)	(108)
Encargos do consumidor – PROINFA e CCRBT	(124)	(128)
Outros encargos ¹	(183)	(167)
	(1.974)	(2.397)
	(12.281)	(12.744)

¹ consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE e Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFURH

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

5.6 Política contábil e julgamento críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de construção de infraestrutura da concessão (transmissão e distribuição) são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão e distribuição de energia elétrica.

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 do CPC48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 são adotadas as seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- II. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a administração da Companhia estima que a premissas de margem dessas obrigações de desempenho é zero (0%). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante as expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

6. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2020	2019
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR	(6.708)	(6.329)
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(1.160)	(1.849)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP	(1.610)	(1.628)
Energia curto prazo – PLD ⁽¹⁾ e MRE ⁽²⁾	(1.553)	(1.541)
Contratos por cotas de garantia física	(1.429)	(1.366)
Energia adquirida contrato bilateral	(199)	(210)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(503)	(437)
Outros	(252)	(313)
Subtotal	(13.414)	(13.673)
Créditos de PIS e COFINS	1.205	1.427
Total	(12.209)	(12.246)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(2.695)	(2.139)
Encargos de conexão	(167)	(195)
Outros encargos (i)	(495)	(169)
Subtotal	(3.357)	(2.503)
Créditos de PIS e COFINS	286	230
Total	(3.071)	(2.273)
Total dos custos com energia elétrica	(15.280)	(14.519)

(i) Nessa rubrica consideramos o valor do Encargo de energia de reserva – EER, que está impactado pela liberação do fundo de reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (nota 1.2).

7. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal	(345)	(294)
Material	(2.871)	(2.093)
Serviços de terceiros	(2.389)	(1.849)
Juros sobre obras em andamento	(46)	(48)
Outros	(418)	(253)
Obrigações especiais	343	483
Total	(5.726)	(4.054)

Em 2020, o custo de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$ 3.637 e R\$ 2.089 (Em 2019, R\$ 3.439 e R\$ 615) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2020		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
			Total
Pessoal (nota 8.1)	(789)	(110)	(519)
Administradores	-	-	(70)
Serviços de terceiros	(813)	(152)	(580)
Operações fotovoltaicas	(7)	-	-
Depreciação e amortização (nota 8.2)	(1.317)	(3)	(132)
Combustível para produção de energia	(448)	-	-
Provisão para processos judiciais	2	-	(140)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(21)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 8.3)	(235)	(23)	(68)
Total	(3.609)	(288)	(1.530)
			(5.427)

	Consolidado		
	2019		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
			Total
Pessoal (nota 8.1)	(769)	(105)	(473)
Administradores	-	-	(69)
Serviços de terceiros	(940)	(142)	(545)
Depreciação e amortização (nota 8.2)	(1.173)	-	(103)
Combustível para produção de energia	(442)	-	-
Provisão para processos judiciais	(4)	-	(195)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(20)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 8.3)	(184)	(23)	8
Total	(3.514)	(270)	(1.397)
			(5.181)

8.1 Custo e despesa de pessoal

	Consolidado	
	2020	2019
Remunerações	(707)	(677)
Encargos sociais	(292)	(276)
Auxílio alimentação	(136)	(124)
Convênio assistencial e outros benefícios ⁽¹⁾	(87)	(81)
Benefícios pós-emprego	14	(4)
Rescisões	(21)	(30)
Férias e 13º salário	(164)	(153)
Plano de saúde	(144)	(136)
Participação nos resultados	(218)	(132)
Encerramento de ordem em curso	(1)	(1)
(-) Transferências para ordens	357	289
Outros	(19)	(22)
Total	(1.418)	(1.347)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.2 Depreciação e amortização

	Consolidado	
	2020	2019
Quota de depreciação e amortização no exercício	(1.474)	(1.299)
(-) Crédito PIS/COFINS	22	23
Depreciação e Amortização residual no resultado	(1.452)	(1.276)

8.3 Outras (despesas)/receitas operacionais

	Consolidado	
	2020	2019
Seguros	(30)	(27)
Doações e contribuições	(11)	(6)
Recuperação de despesa	71	52
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(9)	(6)
Despesas de viagem	(28)	(30)
Consumo próprio e energia elétrica	(37)	(41)
Propaganda e publicidade	(11)	(8)
Alimentação	(9)	(6)
Multa por inadimplência	234	229
Perdas / alienação / desativação	(242)	(188)
Indenização danos elétricos	(11)	(8)
Eventos	-	(3)
Material	(182)	(144)
Arrendamento de Aluguéis	(8)	(11)
Outros	(53)	(2)
Total	(326)	(199)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	135	199	16	27
(-) Tributos sobre receita financeira	(41)	(40)	(10)	(10)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	440	188	-	-
Atualização de depósitos judiciais	8	20	2	3
Atualização do ativo financeiro setorial	4	48	-	-
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	3	3	-	-
Outras receitas financeiras	48	100	177	188
	597	518	185	208
Despesa financeira				
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(1.240)	(1.260)	(122)	(51)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(63)	(84)	-	-
Atualização do passivo financeiro setorial	(8)	-	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(175)	(155)	2	(3)
IOF	(25)	(22)	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(244)	(247)	(57)	(82)
	(1.755)	(1.768)	(178)	(137)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(4.280)	(1.877)	-	(31)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	1.906	1.557	66	16
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 19.3.b	(1.932)	(1.700)	(102)	(16)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – Nota 19.3.b	4.488	1.957	22	17
Perdas com variações cambiais e monetárias	(57)	(49)	(14)	(1)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	3	21	-	3
	128	(91)	(28)	(12)
Resultado financeiro, líquido	(1.030)	(1.341)	(21)	59

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional; tais como IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M entre outros; e apropriação dos custos de captação.

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

10.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

10.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	3.848	2.932
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.308)	(997)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	192	191
Incentivos fiscais	307	213
Diferença de presunção de base do lucro presumido	70	52
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(121)	(77)
Outras adições (reversões) permanentes	(83)	(5)
Tributos sobre o lucro	(943)	(623)
Alíquota efetiva	25%	21%
Corrente	(511)	(288)
Diferido	(432)	(335)

10.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	191	176
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	540	621
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	386	67
Provisão para processos judiciais	285	531
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	164	140
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	102	106
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	48	32
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(703)	(545)
Capitalização de juros de dívida	(275)	(265)
Depreciação acelerada	(35)	(28)
Valor justo de instrumentos financeiros	(226)	(179)
Outros	(324)	(126)
	153	530
Ativo não circulante	656	752
Passivo não circulante	(503)	(222)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

		Consolidado
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	752	(222)
Efeitos reconhecidos no resultado	(157)	(275)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	62	(7)
Transferências entre ativos e passivos	(1)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	656	(503)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.031	(117)
Efeitos reconhecidos no resultado	(229)	(106)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(48)	(1)
Transferências entre ativos e passivos	(2)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	752	(222)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

						Entre	Entre	Consolidado
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 e 2030	2031 e 2035	2036 em diante
Ativo fiscal diferido	410	54	27	8	6	68	14	75

10.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

		Consolidado
	2020	2019
IRPJ	558	393
CSLL	78	66
Ativo	636	459
Circulante	635	456
Não circulante	1	3
		Consolidado
	2020	2019
IRPJ	38	6
CSLL	4	3
Passivo	42	9
Circulante	16	9
Não circulante	26	-

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía R\$ 26 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 3.146 referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.851 (R\$ 1.829 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.295 (R\$ 1.315 em 31 de dezembro de 2019).

10.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

10.2 Benefício fiscal – Mais-Valia e PMIPL

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	5.294
Provisão Constituída	(3.489)
Benefício fiscal	1.805
Amortização acumulada	(2.777)
Reversão acumulada	1.679
Saldos em 31 de dezembro de 2018	707
Amortização	(153)
Reversão	68
Saldos em 31 de dezembro de 2019	622
Amortização	(144)
Reversão	62
Saldos em 31 de dezembro de 2020	540

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	Consolidado							
	2021	2022	2023	2024	2025	Entre 2026 e 2030	Entre 2031 e 2035	2036 em diante
Coelba	0,0328	0,0313	0,0297	0,0282	0,0268	0,0254	-	-
Celpe	0,0224	0,0214	0,0205	0,0186	0,0177	0,0478	-	-
Cosern	0,0278	0,0267	0,0255	0,0244	0,0234	0,0438	-	-
Termope	0,0138	0,0122	0,0101	0,0083	-	-	-	-
Itapebi	0,0115	0,0099	0,0085	0,0073	0,0066	0,0054	-	-
Elektro Redes	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	-	-
FEB	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310	0,0310
FEB 2	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350	0,0350
EnerBrasil	0,1130	0,1130	0,1130	0,1130	0,1130	-	-	-
EKCE	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	0,0901	-	-

10.3 Outros tributos

10.3.1 Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	685	625
Programa de Integração Social – PIS (a)	1.063	608
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (a)	4.907	2.812
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	27	26
Outros	12	13
Outros tributos a recuperar	6.694	4.084
Circulante	1.629	1.299
Não circulante	5.065	2.785
(a) Vido nota explicativa n 10.4		

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

10.3.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	356	383
Programa de integração social – PIS ⁽¹⁾	127	38
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS ⁽¹⁾	583	173
Impostos e contribuições retidos na fonte	160	104
Outros	57	50
Outros tributos a recolher	1.283	748
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	204	197
Programa de Eficiência Energética – PEE	240	212
Outros	185	37
Encargos Setoriais	629	446
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	1.912	1.194
Circulante	1.148	903
Não circulante	764	291

10.4 Ressarcimento a consumidores – Tributos Federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento.

Em agosto e setembro de 2019, transitaram em julgado decisões favoráveis às controladas COSERN e COELBA e, em dezembro de 2020, transitou em julgado decisão favorável à CELPE, ações estas ajuizadas em 2010. Diante de tal fato, autorizador da compensação nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 5.755, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando o valor de ICMS devido e não o destacado. Constituiu-se ainda, na ocasião, passivo pelo mesmo montante, líquido de honorários de êxito no montante de R\$ 6 devidos aos advogados, totalizando passivo no montante de R\$ 5.749. Esses valores estão atualizados pela taxa SELIC.

A constituição do passivo decorre da adoção de cautela necessária e devida prudência frente o possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência dos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data.

A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. O eventual repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a serem ainda editadas pela ANEEL.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Constituição	2.159
Atualização	1.123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.282
Constituição	1.638
Atualização	838
Pagamento (*)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.755
Circulante	6
Não circulante	5.749

(*) Pagamento de honorários de êxito.

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	227	323	-	-
Certificados de depósito bancário ("CDB")	1.598	671	275	341
Fundos de investimentos	3.235	3.047	92	658
	5.060	4.041	367	999

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020			Consolidado 2019		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 12.1)	6.126	(1.216)	4.910	5.688	(1.063)	4.625
Comercialização de energia - CCEE	352	-	352	337	-	337
Disponibilidade da rede elétrica	551	(4)	547	575	(5)	570
Subvenções e subsídios governamentais	425	-	425	291	-	291
Outros recebíveis	346	(51)	295	247	(54)	193
	7.800	(1.271)	6.529	7.138	(1.122)	6.016
Ativo circulante			6.187			5.718
Ativo não circulante			342			298

12.1 Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2020		Consolidado 2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	2.078	(651)	1.944	(550)
Comercial	603	(181)	826	(154)
Industrial	805	(157)	710	(145)
Rural	331	(115)	358	(100)
Poder público	386	(63)	459	(64)
Iluminação pública	259	(23)	239	(32)
Serviços públicos	204	(17)	208	(15)
Não faturado	1.460	(9)	944	(3)
	6.126	(1.216)	5.688	(1.063)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2020		Consolidado 2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	3.263	(66)	3.119	(56)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.088	(84)	1.081	(68)
entre 91 e 180 dias	262	(85)	246	(75)
entre 181 e 360 dias	433	(173)	358	(155)
Acima de 361 dias	1.080	(808)	884	(709)
	6.126	(1.216)	5.688	(1.063)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 293 (R\$ 150 líquido da baixa efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

12.2 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(1.122)	(985)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(456)	(332)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	307	195
Saldo final do exercício	(1.271)	(1.122)

Em 31 de dezembro de 2020, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 456 (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos do COVID-19 de R\$ 114.

12.3 Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 25.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

As distribuidoras do grupo utilizam a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

As geradoras do grupo não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

As transmissoras do grupo não possuem histórico de perdas materiais e, portanto, utilizam uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pela ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

A comercializadora e as empresas de serviços reconhecem a perda de crédito esperada com base no rating de seus clientes para os saldos a vencer e no pior rating de mercado para os saldos vencidos a mais de 360 dias.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custo gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Direitos	Obrigações	Efeito líquido	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
CVA e Neutralidade						
Energia	782	(88)	694	1.715	(8)	1.707
Encargos do serviço do sistema	75	(117)	(42)	-	(580)	(580)
Conta de desenvolvimento energético	5	(52)	(47)	118	(6)	112
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão	305	(20)	285	187	(4)	183
Outros	17	(57)	(40)	28	(66)	(38)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobre contratação	129	(170)	(41)	-	(396)	(396)
Risco hidrológico	-	(660)	(660)	-	(503)	(503)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	-	(666)	(666)	-	(504)	(504)
Compensação Acordos Bilaterais de CCEAR	65	-	65	74	-	74
Outros	68	(189)	(121)	65	(38)	27
	1.446	(2.019)	(573)	2.187	(2.105)	82
Valores homologados pela Aneel	175	(643)	(468)	2.187	(2.105)	82
Valores a serem homologados pela Aneel	1.271	(1.376)	(105)	-	-	-
	1.446	(2.019)	(573)	2.187	(2.105)	82
Ativo (passivo) circulante			92			395
Passivo circulante			(149)			-
Passivo não circulante			(516)			(313)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Consolidado		
	Direitos	Obrigações	Efeito
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.013	(2.165)	848
Constituição	1.855	(1.457)	398
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(2.865)	1.725	(1.140)
Atualização monetária	145	(97)	48
Transferências	39	(111)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.187	(2.105)	82
Constituição	5.166	(3.876)	1.290
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(3.892)	3.653	(239)
Atualização monetária	60	(64)	(4)
Antecipação conta COVID (i)	(1.811)	147	(1.664)
Transferências	(264)	226	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.446	(2.019)	(573)

(i) No exercício de 2020 a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.664 captados pela CCEE e repassados pela Conta Covid às Distribuidoras de Energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais.

Em 2020, a ANEEL publicou o despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo, que foram aplicados sem previsão normativa expressa. Até a presente data, não houve decisão por parte da agência sobre o mérito da questão.

A Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório, correspondente à sobrecontratação voluntária, no caso da Coelba, no montante de R\$ 85, será recuperada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores.

Para a parcela abaixo do limite regulatório, equivalente à subcontratação, equivalente à subcontratação involuntária, no caso da Elektro, no valor de R\$ 14, será homologada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores.

13.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo poder concedente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo poder concedente.

14. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, portanto não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Os contratos de concessão outorgados possuem prazo de 30 anos e preveem a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (veja nota 25.6). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	11.743	9.256
Adições	-	3
Baixas	(28)	(24)
Reversão	1	6
Transferência ativo contratual ⁽¹⁾	2.108	1.932
Transferência ativo intangível	27	13
Transferência outros	3	1
Ajustes a valor justo	549	556
Saldo final do exercício	14.403	11.743

(1) Transferência do ativo financeiro das distribuidoras, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

A revisão tarifária que ocorre a cada quatro anos na Celpe e Elektro Redes, e a cada cinco anos na Coelba e Cosern.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

14.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	2020			Consolidado 2019		
	Transmissão	Distribuição	Total	Transmissão	Distribuição	Total
Circulante	133	-	133	90	-	90
Não circulante	4.892	3.849	8.741	1.666	3.877	5.543
Total	5.025	3.849	8.874	1.756	3.877	5.633

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	Consolidado		
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.756	3.877	5.633
Adições ⁽¹⁾	3.065	3.625	6.690
Baixas	(2)	(28)	(30)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(1.546)	(1.546)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(2.108)	(2.108)
Transferências - outros	-	29	29
Amortização de ativo contratual	(85)	-	(85)
Atualização monetária	291	-	291
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.025	3.849	8.874
Custo	5.025	4.182	9.207
Obrigações especiais	-	(333)	(333)
	Consolidado		
	Transmissão	Distribuição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	797	3.568	4.365
Adições ⁽¹⁾	893	3.495	4.388
Baixas	(3)	(30)	(33)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(1.313)	(1.313)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(1.932)	(1.932)
Transferências - outros	3	89	92
Amortização de ativo contratual	(57)	-	(57)
Atualização monetária	123	-	123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.756	3.877	5.633
Custo	89	-	89
Obrigações especiais	1.667	3.877	5.544

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

14.3 Política contábil

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e transmissão pelas companhias e estabelecem que:

a) Distribuidoras:

De acordo com os contratos de concessão:

- (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (veja nota 17) em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Transmissoras:

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida ('RAP'), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

15.1 Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* são as seguintes:

	<i>Joint ventures</i>	<i>Coligadas</i>	<i>Total Consolidado</i>	<i>Controlada</i>	<i>Total Controladora</i>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.018	1.483	2.501	16.627	19.128
Aumento de capital	27	-	27	1.433	1.460
Participações societárias no resultado	24	(80)	(56)	3.283	3.227
Amortização da mais-valia	-	-	-	(164)	(164)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	-	-	-	143	143
Dividendos declarados	(43)	(2)	(45)	(972)	(1.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.026	1.401	2.427	20.350	22.777
Saldo em 31 de dezembro de 2018	994	1.422	2.416	15.071	17.487
Aumento de capital	57	-	57	913	970
Participações societárias no resultado	(33)	101	68	2.481	2.549
Amortização da mais-valia	-	-	-	(168)	(168)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	-	-	-	51	51
Dividendos declarados	(38)	(4)	(42)	(1.719)	(1.761)
Outros	-	2	2	(2)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	980	1.521	2.501	16.627	19.128

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

	<i>Consolidado</i>		<i>Controladora</i>	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	15	13	389	553
Declarados	45	42	929	1.723
Recebidos	(44)	(40)	(634)	(1.818)
Reversão	-	-	-	(57)
Integralização	-	-	-	(12)
Saldo final do exercício	16	15	684	389
Circulante	16	15	659	312
Não circulante	-	-	25	77

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

15.2 Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as principais investidas:

	Segmento	Participação e capital votante (%)	Saldo dos Investimentos em		Resultado de participação		Dividendos recebidos	
			2020	2019	2020	2019	2020	2019
Controladas								
Subsidiárias integrais	Redes	100,00%	2.355	1.040	516	227	1	-
	Liberalizado	100,00%	1.355	1.195	219	148	130	93
	Renováveis	100,00%	4.138	3.234	225	201	125	214
	Outros	100,00%	14	15	(1)	-	-	-
Outras subsidiárias								
Coelba	Redes	96,65%	6.041	5.209	1.179	977	115	1.034
Elektro Redes	Redes	99,68%	3.697	3.476	590	493	57	180
Celpe	Redes	89,65%	1.721	1.678	195	163	103	76
Cosern	Redes	91,50%	1.285	1.043	312	250	19	175
Afluente T	Redes	87,84%	165	188	16	22	40	6
			20.771	17.078	3.251	2.481	590	1.778
Coligadas e joint ventures								
Teles Pires Participações	Renováveis	50,56%	765	772	(36)	(32)	-	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Renováveis	51,00%	25	26	-	-	-	-
Águas da Pedra	Renováveis	51,00%	260	243	61	58	44	40
Norte Energia S.A. (NESA) (1)	Renováveis	10,00%	1.322	1.406	(86)	37	-	-
Energética Corumbá III	Renováveis	25,00%	55	54	5	5	-	-
			2.427	2.501	(56)	68	44	40
Transação entre os sócios			(421)	(451)	32	-	-	-
			22.777	19.128	3.227	2.549	634	1.818

(1) Riscos relacionados às conformidades legais na NESA: Em 2014, o Ministério Público Federal – MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso.

Em 2015, a NESA contratou escritórios de advocacia e auditoria especializadas, em conexão com o processo de investigação interna conduzido pela Comissão Independente aprovada no contexto de um dos acionistas da investida, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, cujos trabalhos foram concluídos em 2016, nos quais se concluiu que certos contratos continham sobre-preço estimado em 1% dos preços de contratos. Como consequência, a NESA reconheceu *impairment* dos ativos na proporção de sua participação. Considerando que a investigação ainda está em curso por parte do MPF e que não houve a divulgação de fatos novos, não há como prever se ocorrerão impactos na investida.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

15.3 Informações selecionadas de joint ventures e coligadas.

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Companhia:

	2020			2019		
	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra
Balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	992	159	96	194	48	64
Contas a receber de clientes	523	95	38	602	92	36
Imobilizado e intangível	42.084	4.496	632	43.280	4.503	656
Outros ativos	895	441	33	1.100	604	40
Total de ativos	44.494	5.191	799	45.176	5.247	796
Empréstimos e financiamentos	28.931	3.026	212	28.079	3.075	246
Contas a pagar a fornecedores	605	60	7	511	54	7
Outros passivos	1.784	578	69	2.560	576	68
Total de passivos	31.320	3.664	288	31.150	3.705	321
Patrimônio líquido	13.174	1.527	511	14.026	1.542	475

	2020			2019		
	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra	Norte Energia	Teles Pires Participações	Águas da Pedra
Receita operacional, líquida	4.403	793	266	4.214	832	256
Lucro operacional antes do resultado financeiro	850	105	159	1.850	161	155
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(860)	(72)	121	205	(64)	115
Outras informações						
Capital circulante líquido	(128)	(43)	45	(3.361)	(164)	16
Fluxo de caixa operacional	-	-	153	-	-	146

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

15.4 Subsidiárias com a participação de acionistas não controladores

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das subsidiárias com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir.

(a) Informações selecionadas do balanço patrimonial.

	2020				
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	474	912	728	209	31
Contas a receber de clientes	2.234	1.829	1.464	581	4
Instrumentos derivativos	839	830	553	264	-
Imobilizado e intangível	3.351	1.581	2.461	686	1
Outros ativos	14.023	4.126	6.217	2.877	172
Total de ativos	20.921	9.278	11.423	4.617	208
Empréstimos e financiamentos	7.817	4.001	5.464	1.702	1
Contas a pagar a fornecedores	1.333	888	883	360	3
Instrumentos derivativos	11	2	11	2	-
Benefícios a empregados	821	168	135	-	-
Outros passivos	4.807	1.218	3.228	1.216	17
Total de passivos	14.789	6.277	9.721	3.280	21
Patrimônio líquido	6.132	3.001	1.702	1.337	187

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2019				
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluentes T
Balanco patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	852	614	261	242	52
Contas a receber de clientes	2.017	1.702	1.332	542	5
Instrumentos derivativos	507	394	257	108	-
Imobilizado e intangível	3.296	1.523	2.336	668	-
Outros ativos	12.273	3.649	3.804	2.502	169
Total de ativos	18.945	7.882	7.990	4.062	226
Empréstimos e financiamentos	7.715	3.648	4.667	1.682	2
Contas a pagar a fornecedores	1.081	773	692	259	2
Instrumentos derivativos	1	3	4	-	-
Benefícios a empregados	691	-	309	-	-
Outros passivos	4.238	791	783	1.069	8
Total de passivos	13.726	5.215	6.455	3.010	12
Patrimônio líquido	5.219	2.667	1.535	1.052	214

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(b) Informações selecionados do resultado abrangente e outras informações

					2020
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Resultado abrangente					
Receita operacional, líquida	11.285	6.833	6.862	2.794	36
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.811	950	534	468	19
Lucro líquido do exercício	1.219	592	217	342	19
Resultado abrangente total	69	19	(6)	14	-
Outras informações					
Capital circulante líquido	691	124	112	357	48
Fluxo de caixa operacional	1.793	1.111	851	491	27
					2019
	Coelba	Elektro Redes	Celpe	Cosern	Afluente T
Resultado					
Receita operacional, líquida	10.219	6.773	6.085	2.623	39
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.645	928	570	421	25
Lucro líquido do exercício	1.009	495	181	273	25
Resultado abrangente total	69	19	(6)	14	-
Outras informações					
Capital circulante líquido	684	866	2	406	71
Fluxo de caixa operacional	1.179	901	568	478	28

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

15.5 Redução ao valor recuperável dos investimentos – *Impairment*

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

15.6 Política contábil

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de renováveis, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e subsidiária. Apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

veículo com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Para as demais operações em conjunto, a companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

15.7 Relação das subsidiárias, coligadas e joint ventures

As empresas subsidiárias estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Percentual de participação (%)			
		2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	Distribuição	96,65%	-	96,65%	-
Companhia Energética de Pernambuco - Celpe	Distribuição	89,65%	-	89,65%	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern	Distribuição	91,50%	-	91,50%	-
Elektro Redes S.A. - Elektro	Distribuição	99,68%	-	99,68%	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. - Afluente T	Transmissão	87,84%	-	87,84%	-
SE Nandiba S.A. - Nandiba	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. - Potiguar Sul	Transmissão	-	100,00%	-	100,00%
Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. - Jalapão	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. - Santa Luzia	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. - Guanabara	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Itapaboana Transmissão de Energia S.A. - Itapaboana	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A. - Lagoa dos Patos	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 6 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. - EKTT 6	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 7 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. - EKTT 7	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 8 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. - EKTT 8	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 9 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. - EKTT 9	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 10 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. - EKTT 10	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. - Vale do Itajaí	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. - Dourados	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. - Atibaia	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. - Biguaçu	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. - Sobral	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
NC Energia S.A. - NC	Comercialização	100,00%	-	100,00%	-
Elektro Comercializadora de Energia Ltda - EKCE	Comercialização	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Termopernambuco S.A. - Termope	Geração Térmica	100%	-	100%	-
Itapebi Geração de Energia S.A. - Itapebi	Geração hidráulica	42%	58%	42%	58%
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. - Baguari	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Geração CIII S.A. - Geração CIII	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Geração Céu Azul S.A. - Geração Céu Azul	Geração hidráulica	100,00%	-	100,00%	-
Bahia Pequena Central Hidrelétrica S.A. - Bahia PCH II	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Santana 1 Energia Renovável S.A. - Santana 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. - Santana 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A. - Calango 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. - Lagoa 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas Energia Renovável S.A. - Canoas	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. - Lagoa 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Calango 1 Energia Renovável S.A. - Calango 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 4 Energia Renovável S.A. - Calango 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 5 Energia Renovável S.A. - Calango 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 1 Energia Renovável S.A. - Caetité 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 2 Energia Renovável S.A. - Caetité 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil 1 S.A. - FEB 1	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Calango 2 Energia Renovável S.A. - Calango 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 3 Energia Renovável S.A. - Calango 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 3 Energia Renovável S.A. - Caetité 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Arizona 1 Energia Renovável S.A. - Arizona 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Empresas	Atividade	Percentual de participação (%)			
		2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mel 2 Energia Renovável S.A. – Mel 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
FE Participações S.A. – FPAR	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB 2	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Energia Renováveis do Brasil S.A. - Enerbrasil	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Elektro Renováveis do Brasil S.A. – Elektro Renováveis	Geração eólica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Chafariz 1 Energia Renovável S.A. – Chafariz 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 2 Energia Renovável S.A. – Chafariz 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 3 Energia Renovável S.A. – Chafariz 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 6 Energia Renovável S.A. – Chafariz 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. – Chafariz 7	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. – Lagoa 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. – Lagoa 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A. - Canoas 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A. - Canoas 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 4 Energia Renovável S.A. – Chafariz 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 5 Energia Renovável S.A. – Chafariz 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 3 Energia Renovável S.A. – Canoas 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. – Arapuá 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. – Arapuá 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. – Arapuá 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Bonito 1 Energia Renovável S.A. – Bonito 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Bonito 2 Energia Renovável S.A. – Bonito 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Bonito 3 Energia Renovável S.A. – Bonito 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango Solar 1 Energia Renovável S.A. – Calango Solar 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango Solar 2 Energia Renovável S.A. – Calango Solar 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Luzia 2 Energia Renovável S.A. – Luzia 2	Geração solar	-	100,00%	-	100,00%
Luzia 3 Energia Renovável S.A. – Luzia 3	Geração solar	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 1 Energia Renovável S.A. – Oitis 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 2 Energia Renovável S.A. – Oitis 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 3 Energia Renovável S.A. – Oitis 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 4 Energia Renovável S.A. – Oitis 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 5 Energia Renovável S.A. – Oitis 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 6 Energia Renovável S.A. – Oitis 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 7 Energia Renovável S.A. – Oitis 7	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 8 Energia Renovável S.A. – Oitis 8	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 9 Energia Renovável S.A. – Oitis 9	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 10 Energia Renovável S.A. – Oitis 10	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 21 Energia Renovável S.A. – Oitis 21	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 22 Energia Renovável S.A. – Oitis 22	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 23 Energia Renovável S.A. – Oitis 23	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Oitis 24 Energia Renovável S.A. – Oitis 24	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Elektro Operação e Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Serviços Ltda – Neoserv	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. - Neoenergia O&M	Serviços	100,00%	-	100,00%	-
Bahia Geração de Energia S.A. - Bahia III	Outros	-	100,00%	-	100,00%
Belo Monte Participações S.A. – Belo Monte	Outros	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Neoenergia investimentos S.A. - Neoinvest	Outros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

As empresas coligadas e joint ventures estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Percentual de participação (%)			
		2020		2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Coligadas					
Norte Energia S.A. – NESA	Geração Hidráulica	-	10,00%	-	10,00%
Energética Corumbá III S.A. – ECIII	Geração Hidráulica	-	25,00%	-	25,00%
Joint ventures					
Teles Pires Participações S.A. – Teles Pires	Geração Hidráulica	50,56%	-	50,56%	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A – CHTP	Geração Hidráulica	00,90%	50,10%	00,90%	50,10%
Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA	Geração Hidráulica	51,00%	-	51,00%	-

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

16. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado						
	Parques eólicos	Centrais de ciclo combinado	Centrais hidroelétrica s	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	3,24% - 16,7%	2,5% - 20%	2,0% - 20%	0% - 6,67%	2,5% - 25%	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160
Adições	-	-	-	-	-	945	945
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	59	59
Baixas	(1)	-	(3)	(1)	(1)	(10)	(16)
Depreciação	(84)	(51)	(56)	(35)	(7)	-	(233)
Transferências entre classes	2	208	18	7	7	(242)	-
Transferências - Outros ativos	(16)	6	-	(5)	(3)	(76)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.699	776	1.806	1.074	39	1.427	6.821
Custo	2.331	1.323	2.216	1.287	59	1.427	8.643
Depreciação acumulada	(632)	(547)	(410)	(213)	(20)	-	(1.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.889	568	741	507	29	2.145	5.879
Adições	-	-	-	-	-	512	512
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	6	6
Baixas	-	(10)	-	-	-	(15)	(25)
Depreciação	(86)	(44)	(46)	(29)	(4)	-	(209)
Transferências entre classes	1	99	1.152	630	10	(1.892)	-
Transferências - Outros ativos	(6)	-	-	-	8	(5)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.798	613	1.847	1.108	43	751	6.160
Custo	2.340	1.107	2.202	1.293	59	751	7.752
Depreciação acumulada	(542)	(494)	(355)	(185)	(16)	-	(1.592)

⁽¹⁾ Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

16.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

17. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Consolidado				
	Concessão	Software	Outros	Ativos em Construção	Total
Taxa de amortização a.a.	2,86% - 3,96%	5% - 20%	4,74% - 10%	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.285	6	69	6	9.366
Adições	-	25	-	4	29
Baixas	(61)	-	-	-	(61)
Amortização	(1.367)	(8)	(5)	-	(1.380)
Transferências entre intangíveis	-	6	(3)	(3)	-
Transferências – Ativo financeiro ⁽¹⁾	(27)	-	-	-	(27)
Transferências – Ativo contratual ⁽²⁾	1.546	-	-	-	1.546
Transferências – Outros ativos	(10)	(23)	23	(2)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.366	6	84	5	9.461
Custo	25.521	18	101	5	25.645
Amortização acumulada	(14.311)	(12)	(17)	-	(14.340)
Obrigações especiais	(1.844)	-	-	-	(1.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.212	44	68	6	9.330
Adições	4	-	-	25	29
Baixas	(66)	-	-	-	(66)
Amortização	(1.233)	(2)	(3)	-	(1.238)
Transferências – intangíveis	-	3	28	(31)	-
Transferências – Ativo financeiro ⁽¹⁾	(13)	-	-	-	(13)
Transferências – Ativo contratual ⁽²⁾	1.313	-	-	-	1.313
Transferências – Outros ativos	68	(39)	(24)	6	11
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.285	6	69	6	9.366
Custo	24.167	10	81	6	24.264
Amortização acumulada	(12.944)	(4)	(12)	-	(12.960)
Obrigações especiais	(1.938)	-	-	-	(1.938)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.

(2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e reconhecida contabilmente como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. A Companhia está aguardando a apuração final dos valores envolvidos para consequentemente proceder ao reconhecimento contábil.

17.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	Consolidado	
	2020	2019
Energia elétrica	1.937	1.634
Encargos de uso da rede	519	203
Materiais e serviços	1.846	1.229
Energia livre	126	119
Total	4.428	3.185
Circulante	4.300	3.049
Não circulante	128	136

Em 2020, a Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 102 dias. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 3,01% a.a.

Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 557. Os juros incorridos são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício ou como custo de construção do ativo imobilizado ou ativo intangível.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**19.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos bancários	6.839	6.017	-	-
Agências de fomento	9.069	6.718	772	-
Mercado de capitais (debêntures)	10.472	9.929	1.356	1.286
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	26.380	22.664	2.128	1.286
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3)	(2.583)	(1.318)	94	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 11)	(5.060)	(4.041)	(367)	(999)
(-) Títulos e valores mobiliários	(210)	(171)	-	-
Dívida líquida	18.527	17.134	1.855	287

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

19.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Denominados em R\$	18.511	15.945	1.399	1.333
Indexados a taxas flutuantes	18.011	15.305	1.399	1.333
Indexados a taxas fixas	500	640	-	-
Denominados em US\$	6.902	6.262	772	-
Indexados a taxas flutuantes	1.542	2.514	-	-
Indexados a taxas fixas	5.360	3.748	772	-
Denominados em outras moedas	1.209	720	-	-
Indexados a taxas fixas	1.209	720	-	-
	26.622	22.927	2.171	1.333
(-) Depósitos em garantia	(102)	(131)	-	-
(-) Custo de transação	(140)	(132)	(43)	(47)
	26.380	22.664	2.128	1.286
Passivo circulante	3.936	3.706	29	20
Passivo não circulante	22.444	18.958	2.099	1.266

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽²⁾	172,4%	108,9%	332,0%	125,2%
Custo médio em taxa pré	4,7%	6,4%	9,0%	7,3%
Saldo da dívida	26.380	22.664	2.128	1.286
Instrumentos financeiros derivativos	(2.583)	(1.318)	94	-
Dívida total líquida de derivativos	23.797	21.346	2.292	1.286

(2) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado			
	Principal ⁽³⁾	Juros ⁽³⁾	Instrumentos derivativos	Total
2021	3.748	974	(765)	3.957
2022	4.516	993	(578)	4.931
2023	4.038	918	(98)	4.858
2024	4.781	682	(535)	4.928
2025	3.605	473	(527)	3.551
Entre 2026 e 2030	5.306	1.213	(383)	6.136
Entre 2031 e 2035	1.765	491	(228)	2.028
2036 em diante	1.065	276	-	1.341
	28.824	6.020	(3.114)	31.730

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	Controladora			
	Principal ³	Juros ³	Instrumentos derivativos	Total
2021	-	70	-	70
2022	-	73	54	126
2023	117	74	45	236
2024	123	74	41	238
2025	128	73	34	236
Entre 2026 e 2030	1.815	257	42	2.114
Entre 2031 e 2035	808	45	(228)	624
	2.991	666	(12)	3.644

(3) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	22.663	21.056	1.287	708
Efeito no fluxo caixa:				
Captações	5.764	6.558	836	1.294
Amortização de principal	(4.816)	(5.346)	-	(693)
Custo de captação	(39)	(76)	-	(49)
Pagamento de encargo de dívida	(935)	(1.186)	(49)	(38)
Aplicação (resgate) depósitos em garantia	30	(26)	-	-
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	1.341	1.406	122	64
Variação cambial	2.355	263	(68)	2
Transferências	-	(16)	-	-
Marcação a valor justo	17	31	-	(2)
Saldo final do exercício	26.380	22.664	2.128	1.286

No período de doze meses findos em 30 de dezembro de 2020, o Grupo captou R\$ 5.764 milhões, sendo: (i) R\$ 2.866 milhões através de empréstimos bancários e financiamentos em moeda estrangeira, contratando também os swaps cambiais; (ii) R\$ 560 milhões através de emissão de debêntures; e (iii) R\$ 1.838 milhões através de financiamentos com bancos de fomento nacionais, dentre eles BNDES e BNB; e (iv) R\$ 500 milhões através de Cédulas de Crédito Bancário (CCB).

d) Linhas de crédito

	Consolidado			
Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/09/2023	9.310	2.647
Linhas de financiamento	€	03/12/2022	1.592	836
Linhas de financiamento	USD	26/01/2021	500	-
			11.402	3.483

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado Neoenergia:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Controladas:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3 ou 4;
- (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2;
- (iii) ISCD maior ou igual a 1,2 ou 1,3.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 0,06% e 0,11%, respectivamente.

19.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 25.7.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Contratados para proteção de dívidas:				
Risco de câmbio (NDF, Opções e outros derivativos)	(3)	-	(4)	-
Swap de moeda – US\$ vs R\$	2.027	1.133	(85)	-
Swap de moeda – Outras moedas vs R\$	321	21	-	-
Swap de taxas de juros – R\$	201	184	-	-
Contratados para proteção de outras operações:				
Risco de câmbio – Produtos e serviços	49	(20)	7	-
Risco de preço das próprias ações (NEOE3)	(12)	-	(12)	-
Exposição líquida	2.583	1.318	(94)	-
Ativo circulante	722	509	12	-
Ativo não circulante	1.998	861	-	-
Passivo circulante	(14)	(47)	(3)	-
Passivo não circulante	(123)	(5)	(103)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”), conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Derivativos não designados para contabilidade de hedge				
Contratados para proteção de dívidas	70	84	-	-
Contratados para proteção do preço das próprias ações (NEOE3)	(12)	-	(12)	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa				
Contratados para proteção de dívidas	1.560	351	(89)	-
Contratados para proteção de outras operações	49	(20)	7	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo				
Contratados para proteção de dívidas	916	903	-	-
	2.583	1.318	(94)	-

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2020			2019		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	1.340	(22)	1.318	1.100	26	1.126
Ganho (perda) reconhecido no resultado	2.544	309	2.853	248	33	281
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	1	1	-	(1)	(1)
Ganho (perda) reconhecido no ORA	99	70	169	72	(50)	22
Liquidação financeira entradas (saídas)	(1.437)	(321)	(1.758)	(80)	(30)	(110)
Saldo final	2.546	37	2.583	1.340	(22)	1.318
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	315	315	-	28	28
Resultado financeiro, líquido	2.544	(6)	2.538	248	6	257

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2020			2019			Controladora
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	
Saldo inicial	-	-	-	27	-	27	
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(68)	(12)	(80)	1	-	1	
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	-	-	
Ganho (perda) reconhecido no ORA	(20)	6	(14)	-	-	-	
Liquidação financeira entradas (saídas)	-	-	-	(28)	-	(28)	
Saldo final	(88)	(6)	(94)	-	-	-	
Ganho (perda) reconhecido no resultado							
Custos de operação	-	-	-	-	-	-	
Resultado financeiro, líquido	(68)	(12)	(80)	1	-	1	

c) Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justos dos instrumentos derivativos utilizados para compra/ venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui uma obrigação de compra participação- PREVI referente a participação societária adicional em ativos pertencentes ao segmento de redes (veja nota 21).

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 25.3 e 25.8 , respectivamente.

20. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão para processos judiciais (nota 20.1.a)	1.189	1.067
Provisão para obrigações ambientais	115	110
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	40	69
Provisão para ressarcimento	83	46
	1.427	1.292
Passivo circulante	221	188
Passivo não circulante	1.206	1.104

20.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais**a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	514	403	137	13	1.067
Adições e reversões, líquidas	149	31	13	(2)	191
Pagamentos	(162)	(78)	(7)	(1)	(248)
Atualizações monetárias	122	49	16	2	189
Transferências	-	-	(10)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	623	405	149	12	1.189
Saldo em 31 de dezembro de 2018	415	360	131	10	916
Adições e reversões, líquidas	157	51	2	3	213
Pagamentos	(169)	(58)	(1)	(1)	(229)
Atualizações monetárias	111	50	5	1	167
Saldo em 31 de dezembro de 2019	514	403	137	13	1.067

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 623 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destaca-se:

- Ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos moral e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$ 159 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 405 (R\$ 403 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destaca-se:

- Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 80 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2019), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

(iii) Processos fiscais: Do total de R\$ 149 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. O valor provisionado é de R\$ 15 (Ação recebida em 2020); e
- Mandado de Segurança contra a Elektro visando à não incidência de PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio que, após decisões desfavoráveis, transitou em julgado em 2019. O montante provisionado é de R\$ 38 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2019).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Processos fiscais (i)	2.643	2.277
Processos cíveis (ii)	2.241	1.766
Processos trabalhistas (iii)	645	673
Processos regulatórios (iv)	202	221
	5.731	4.937

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir

- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras revistas na legislação tributária, estimados em R\$ 342 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 278 (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 129 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2019);

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 279 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2019);
- Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 92 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(ii) Processos cíveis: Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Elektro e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela ilegitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. A Elektro interpôs embargos declaratórios de tal decisão visando obter também a declaração da ilegitimidade ativa do MPF para o ajuizamento da ação (único autor da demanda), o que ensejaria a extinção do feito. O montante estimado da demanda é de R\$ 177 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2019).
- Mandado de segurança visando reconhecer a ilegalidade do ato que anulou o Despacho SFF/ANEEL nº 2517 de 26 de agosto de 2010 que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica, no montante estimado de R\$ 81 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2019).
- Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL nº 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 58 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2019).
- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agro Industrial S/A, contra Coelba em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 53 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019).
- Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplessão) com a rede elétrica na Celpe. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 62 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2019).
- Ações de indenização por danos morais e materiais na Celpe, em fase de instrução, com valor estimado de R\$ 105.
- A Itapebi está no polo passivo de diversas ações cíveis referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 192 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 170 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

(iii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.

(iv) Processos regulatórios: As ações regulatórias das distribuidoras do Grupo, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados

	Consolidado	
	2020	2019
Processos cíveis	391	298
Processos trabalhistas	369	379
Processos fiscais	237	231
Processos regulatórios	11	12
	1.008	920

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

21. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2020	2019
Caução em garantia ⁽¹⁾	666	570
Obrigação de compra participação– PREVI ⁽²⁾	209	209
Devoluções a consumidores	162	152
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	66	61
Uso do Bem Público - UBP	67	60
Outros	264	210
	1.434	1.262

(1) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(2) O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que em março de 2021 a Companhia envie a Previ uma proposta firme para aquisição de suas participações societárias minoritárias na Coelba, Cosern e Afluente T.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão – Benefício definido”); (ii) plano de previdência complementar (‘Plano de pensão – Contribuição definida’) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	2020	2019
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	409	280
Benefícios de curto prazo	115	98
Benefícios de longo prazo	975	759
	1.499	1.137
Ativo não circulante ⁽¹⁾	(35)	(33)
Passivo circulante	525	379
Passivo não circulante	1.009	791

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de Outros ativos não circulante.

22.1 Benefícios de longo prazo - Pós Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Atualmente há apenas um plano de benefício definido aberto para novas adesões.

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

Em dezembro de 2018 e fevereiro de 2020, a Companhia contratou junto à seguradora a cobertura dos riscos atuariais relacionados aos benefícios de invalidez ou morte dos empregados alocados nas operações de distribuição de energia elétrica. A apólice de seguro cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática e será constantemente renovada anualmente nos períodos subsequentes, de acordo com a política de gestão de riscos atuariais da Companhia. A contratação desta apólice eximiu a Companhia da responsabilidade de liquidação das obrigações atuariais desses benefícios, resultando na reversão do passivo e no respectivo reconhecimento de um ganho de R\$24 no resultado de 2020. Vale ressaltar que os impactos no resultado da Companhia, advindos da contratação da apólice de seguros se deram de forma única ('one-off'), ou seja, não serão recorrentes em períodos subsequentes.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos a administração da Companhia ("Curadores"). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

Consolidado				
Posição em 31/12/2020				
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos – Plano BA (antigo Plano FAELBA) ⁽¹⁾	2	905	Fechado	Superavitário
Néos – Plano RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	-	294	Fechado	Superavitário
Néos – Plano PE (antigo Plano CELPOS) ⁽¹⁾	83	3.359	Fechado	Deficitário
Fundação CESP – PSAP/Elektro ⁽²⁾	3.069	2.179	Aberto	Deficitário
	3.154	6.737		
Planos de contribuição definida				
Néos – Plano BA (antigo Plano FAELBA) ⁽¹⁾	4.040	1.940	Fechado	N/A
Néos – Plano RN (antigo Plano FASERN) ⁽¹⁾	781	253	Fechado	N/A
Néos – Plano PE (antigo Plano CELPOS) ⁽¹⁾	2.321	180	Fechado	N/A
Néos – Plano CD Néos	1.010	-	Aberto	N/A
	8.152	2.373		
Total	11.306	9.110		

(1) Em junho de 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ('PREVIC') autorizou a incorporação da

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Fundação COELBA de Previdência Complementar ('FAELBA'), Fundação CELPE de Seguridade Social ('CELPOS') e Fundação COSERN de Previdência Complementar ('FASERN') pela NÉOS Previdência Complementar ('NÉOS') e a partir de outubro de 2020 ocorreu a efetiva incorporação à NÉOS dos bens, direitos e obrigações dos recursos dos planos de benefícios definidos e contribuições definidas geridos por essas entidades.

- (2) O plano possui uma submassa estruturada na modalidade de contribuição definida, na qual a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2020, o plano possui 7.112 beneficiários (beneficiários ativos – 1.038 e beneficiários assistidos – 6.074).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

(i) Benefício definido e saúde pós emprego

	Consolidado			
	Benefício definido			Saúde
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivos) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.735)	2.964	(377)	(148)
Custo do serviço	(6)	-	-	(6)
Efeitos dos juros	(247)	271	(35)	(11)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	46	-	46
Benefícios pagos pelo plano	233	(233)	-	-
Efeitos de reduções/ liquidações	-	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(463)	-	146	(317)
Retorno sobre os ativos dos planos (excl. receita de juros)	-	302	-	303
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.223)	3.355	(266)	(134)
Custo do serviço	15	-	-	15
Efeitos dos juros	(240)	252	(20)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	44	-	44
Benefícios pagos pelo plano	231	(231)	-	-
Efeitos de reduções/ liquidações	-	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(284)	-	34	(250)
Retorno sobre os ativos dos planos (excl. receita de juros)	-	64	-	64
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.506)	3.489	(252)	(269)
Planos superavitários	(471)	757	(252)	34
Planos deficitários	(3.035)	2.732	-	(303)

:

Em 2020, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência R\$ 317 no plano PSAP/ Elektro, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 22% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-DI. A Companhia também apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência R\$ 134 no plano de saúde pós-emprego, originado substancialmente pelos seguintes fatores: (a) reajuste da tabela de custeio do plano em 11%, e (b) movimentação da massa de participantes do plano.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os ativos (passivos) líquidos, por plano de benefício definido, está apresentado como segue

	Consolidado			
	Ativos (passivos), líquidos			
	Néos – Plano BA	Néos – Plano RN	Néos – Plano PE	PSAP/ Elektro
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24	7	(179)	-
Custo do serviço	-	-	1	(7)
Efeitos dos juros	2	1	(14)	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	43	3
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(46)	(25)	(151)	(95)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	41	28	134	99
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21	11	(166)	-
Custo do serviço	-	-	1	14
Efeitos dos juros	2	1	(11)	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	41	3
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	17	4	(3)	(269)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(21)	(2)	3	84
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19	14	(135)	(168)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2020			Consolidado 2019		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Contribuição definida	Benefício definido	Saúde pós emprego	Contribuição definida
Custo do serviço	15	(1)	(25)	(6)	(1)	(23)
Efeitos de reduções/ liquidações ¹	23	-	-	-	-	-
Despesa com juros de passivos	(240)	(52)	-	(247)	(70)	-
Receita com juros de ativos	232	-	232	236	-	236
	30	(53)	(25)	(17)	(71)	(23)
Alocação dos custos do serviço:						
Resultado do exercício	15	(1)	(25)	(6)	(1)	(23)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2020			Consolidado 2019		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Saldo no início do exercício	53	(188)	(135)	65	(251)	(186)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(284)	(119)	(403)	(463)	95	(368)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	64	-	64	302	-	302
Mudança de teto de ativo	34	-	34	146	-	146
Efeito bruto	(186)	(119)	(305)	(15)	95	80
Tributos sobre o lucro	63	41	104	5	(32)	(27)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(123)	(78)	(201)	(10)	63	53
Saldo no final do exercício	(70)	(266)	(337)	53	(188)	(133)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2020		Consolidado 2019	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(3.506)	(820)	(3.223)	(691)
Valor justo dos ativos	3.489	-	3.355	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(252)	-	(266)	-
Total passivo (ativo) líquido	(269)	(820)	(134)	(691)
Ativo não circulante	34	-	32	-
Passivo circulante	(66)	(4)	(19)	(47)
Passivo não circulante	(237)	(816)	(147)	(644)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos – Plano PE, nos montantes de R\$60 e R\$76, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com vencimento dezembro de 2023.

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

	2020			Consolidado 2019		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Aplicação direta:						
Título de dívida – Governos/ Corporativa	-	-	-	-	-	-
Ações/ Quotas	-	84	84	-	80	80
Investimentos imobiliários	-	90	91	-	85	85
Outros	1	-	-	-	-	-
Aplicação através de fundos:						
Fundo de investimento – Ações/ Quotas	349	1	350	326	1	327
Fundo de investimento – Multimercado	1.324	-	1.324	1.228	-	1.228
Fundo de investimento – Renda fixa	1.595	-	1.595	1.594	-	1.594
Fundo de investimento – Imobiliário	44	-	44	41	-	41
	3.345	175	3.489	3.189	166	3.355

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Expectativa de pagamento futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Consolidado	
	Benefício definido	Saúde pós emprego
2021	234	49
2022	232	49
2023	231	49
2024	228	49
2025	223	49
2026 a 2030	1.052	235
	2.200	480

Para fins de capitalização dos planos de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$46 no exercício de 2021.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/ econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	1.688	867	1.342	729
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	6,48%	5,60%	6,18%	5,36%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	15,18	14,73	12,72	11,64
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	1.497	779	1.185	658
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-6,18%	-5,08%	-5,57%	-4,89%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	14,00	13,63	11,72	10,84

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Taxa média nominal de desconto	7,14%	6,98%	7,70%	7,79%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,62%	N/A	5,11%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	4,00%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	13,40	14,16	12,21	11,23

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As principais premissas atuariais adotadas no cálculo, por plano de benefício definido, estão apresentadas como segue:

	2020				2019			
	Néos – Plano BA	Néos – Plano RN	Néos – Plano PE	PSAP/ Elektro	Néos – Plano BA	Néos – Plano RN	Néos – Plano PE	PSAP/ Elektro
Taxa média nominal de desconto	6,98%	6,80%	7,04%	7,25%	7,53%	7,41%	7,61%	7,81%
Taxa média nominal de custo salarial	N/A	N/A	4,28%	5,94%	N/A	N/A	5,04%	6,65%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Duration (em anos)	9,25	8,64	9,57	16,60	9,66	8,86	9,96	14,53
Tábua de mortalidade	BR - EMSsb v2015 (M) desagrava da 15%	AT2000 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT2000 (M)	AT2000 (M) suavizada em 10%	BR - EMSsb v2015 (M) desagrava da 15%	AT2000 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT2000 (M)	AT2000 (M) suavizada 10%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A	Light média	Light Fraca suavizada da 30%	N/A	N/A	Light média	Light Fraca suavizada da 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMSsb v2010 (M)	AT1983 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT1983 (M)	AT49 (M)	BR EMSsb v2010 (M)	AT1983 ponderada (40% M e 60% F), suavizada 10%	AT1983 (M)	AT49 (M)

Para o plano de saúde pós emprego a Companhia utilizou as seguintes tabuas biométricas: (i) Mortalidade – AT2000 Basic, e (ii) entrada em invalidez – *Light* média.

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não ser suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente

Mudanças na taxa de desconto – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.

Investimentos e volatilidade – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('Previc').

Hipóteses atuariais e econômicas – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazo de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

22.2 Benefícios de longo prazo - Remuneração baseada em ações (Plano de ações)

Em 20 de abril de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o programa de incentivos de longo prazo – Ciclos de 2020/2022 ('Plano de ações') para os executivos e empregados que estão em posição gerencial. As diretrizes do programa estabelecem o limite máximo de: (i) 125 beneficiários, e (ii) concessão de 3.650.000 ações ordinárias.

O plano de remuneração baseados em ações ('Plano de ações'), com entrega física das próprias ações da Companhia (NEOE3), visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. O Plano de ações possui o período de avaliação estipulado entre 2020 até 2022, enquanto a entrega das ações para os beneficiários será realizada anualmente, em partes iguais, nos exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. A outorga do plano para os 113 beneficiários eleitos ocorreu em 01 de dezembro de 2020, com o preço ajustado de R\$16,09 por ação.

Em 31 de dezembro de 2020, baseado na apuração das premissas de desempenho e condições financeiras, a administração estima que valor total do programa será de R\$ 90 (equivalente à 113 beneficiários e 3.545.170 ações). A despesa reconhecida no resultado do exercício em 2020 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 3 (incluindo R\$ 0,6 de encargos).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**23.1 Capital social**

O capital social está representado integralmente por ações ordinárias ("ON"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui autorização do Conselho de Administração para recomprar 3.650.000 ações ordinárias, entre 2021 a 2025, a serem destinadas para o programa de remuneração de baseado em ações (veja nota 23.2).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social é de R\$12.920 correspondendo a 1.213.797.248 ações escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Iberdrola Energia S.A. ("Iberdrola")	606.898.625	50,00%	6.460
Iberdrola S.A.	12.618.700	1,04%	134
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil ("Previ")	367.647.583	30,29%	3.914
Demais acionistas – <i>Free float</i>	226.095.383	18,63%	2.407
Conselheiros e diretores	536.957	0,04%	5
Total de ações em circulação	1.213.797.248	100,0%	12.920

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

23.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas**a) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A			
	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.905	2.309	2.796	2.229
Média ponderada de ações em circulação	1.214	1.214	1.214	1.214
Lucro básico e diluído por ação	2,39	1,90	2,30	1,84

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Neoenergia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2020
Lucro líquido do exercício	2.796
Reserva legal	(140)
Lucro líquido ajustado	2.656
Destinação para reserva de lucros a realizar/ retenção de lucros	(1.910)
Lucro líquido a distribuir	746
Remuneração	
Mínima obrigatória	201
Remuneração adicional	545
	746
Natureza da remuneração	
Dividendos	201
JCP	545
	746
Remuneração total por ação	0,55

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os valores pagos aos acionistas da Neoenergia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u> <u>ON</u>
2020			
RCA de 15 de junho de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	278	0,2293645
RCA de 09 de dezembro de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	267	0,2196808
		545	
2019			
RCA de 26 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	338	0,2784645
RCA de 12 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	218	0,1793503
		556	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 01 de janeiro	213	343	198	329
Declarada no exercício	784	624	746	556
Imposto de renda retido na fonte	(54)	(55)	(52)	(52)
Pagos no exercício	(467)	(698)	(450)	(635)
Saldo em 31 de dezembro	476	214	442	198

23.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa; (iii) efeitos de equivalências patrimonial em JV e coligadas similares aos itens citados anteriormente

23.4 Reserva de Capital

A reserva especial de ágio foi constituída pela reestruturação societária da Companhia, decorrentes aos aportes de capital efetuados na Elektro e Coelba, ambas controladas da Companhia. Ademais do impacto da remuneração baseada em ações (plano de ações), vide nota 22.2.

23.5 Reserva de transação com os sócios

Os valores são resultantes: (i) das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações societárias em que não houve alteração do controle acionário das investidas; (ii) e valor justo de instrumentos financeiros derivativos vinculado a obrigação de compra participação adicional nas investidas.

Os valores reconhecidos nesta reserva são oriundos das seguintes transações:

Compra de participação na Itapebi pela Termope (i)/(ii)	658
Compra de participação adicional na Coelba e na Cosern pela Neoenergia (iii)	333
Obrigação de compra participação Previ (vide nota 20)	68
Valor justo incorporação (iv)	530
Ganho participação relativa Coelba (v)	8
Total	1.597

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (i) Aquisição da parcela remanescente da Itapebi 58% entre 2013 e 2014. Pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$829.
- (ii) Efeito do valor justo dos ativos da Elektro Holding incorporados na Neoenergia S/A e o valor da contraprestação utilizado como aporte de capital realizado em 2017. O montante utilizado como base para o aporte de capital foi de R\$4.694.
- (iii) Aquisição da parcela adicional na Coelba e na Cosern de 8,5% e 7,0%, respectivamente. Esta operação ocorreu no ano de 2015 e pela compra da parcela adicional a Companhia desembolsou R\$639.
- (iv) Este ajuste refere-se à diferença entre o valor justo revisado utilizado pela Incorporação da Elektro Holding de R\$ 4.191 e o valor utilizado como base para aumento de capital da Neoenergia de R\$ 4.694, além de ajustes de consolidação em função da obtenção do controle de FEB e FEB 2 no valor de R\$ 27.
- (v) Nos meses de março e julho de 2018 foram homologados aumentos no capital social da Coelba, onde alguns acionistas não controladores não realizaram a subscrição de suas ações, acarretando em alterações no percentual de participação da Neoenergia na controlada.

23.6 Reservas de lucros

23.6.1 Reserva legal:

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

23.6.2 Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

23.6.3 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

23.7 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são controladas, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e Outros" nesta nota explicativa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

24.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado							
	2020				2019			
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros ¹	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (c)	-	1	-	1	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (d)	15	1	-	16	14	1	-	15
Outros ativos (e)/(g)	-	-	21	21	-	-	23	23
	15	2	21	38	14	1	23	38
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (c)/(f)/(g)/(h)	40	103	106	249	42	173	83	298
Benefícios a empregados (e)	-	-	60	60	-	-	76	76
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (i)	-	-	476	476	-	-	214	214
Outros passivos (j)/(h)	-	-	216	216	-	-	214	214
	40	103	858	1.001	42	173	587	802
	Controladora							
	2020				2019			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros ¹	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (d)	669	15	-	684	375	14	-	389
Outros ativos (k)/(l)/(m)/(o)	77	-	-	77	22	-	-	22
	746	15	-	761	397	14	-	411
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (f)/(h)	-	-	104	104	-	-	81	81
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (n)	-	-	442	442	-	-	198	198
Outros passivos ¹ (o)/(j)	11	-	209	220	109	-	209	318
	11	-	755	766	109	-	488	597

(1) Conforme segundo aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia, foi estendido para março de 2021 o prazo para que a Companhia envie a Previ uma proposta firme para aquisição de suas participações societárias minoritárias na Coelba, Cosern e Afluente T.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

24.2 Transações com partes relacionadas

	2020				Consolidado 2019			
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total
Resultado do período								
Receita operacional, líquida (a)/(b)/(c)	12	-	-	12	17	2	-	19
Custos dos serviços (c)/(e)	(401)	(882)	(57)	(1.340)	(426)	(794)	(45)	(1.265)
Despesas gerais e administrativas (e)/(f)/(g)/(h)	-	-	(132)	(132)	-	-	(78)	(78)
Resultado financeiro líquido (e)/(l)/(m)	-	-	(7)	(7)	-	-	-	-
	(389)	(882)	(196)	(1.467)	(409)	(792)	(123)	(1.324)

	2020				Controladora 2019			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
Resultado do período								
Receita operacional, líquida (k)	4	-	-	4	4	-	-	4
Despesas gerais e administrativas (f)/(h)	-	-	(109)	(109)	-	-	(78)	(78)
Resultado financeiro líquido (l)/(m)/(o)	173	-	-	173	176	-	-	176
	177	-	(109)	68	180	-	(78)	102

24.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 24.1 e 24.2 referem-se a:

- Serviços prestados pela Neoenergia O&M à Águas da Pedra, relacionados a serviços de operação e manutenção, de 2020 a 2024, com preços ajustados pela inflação.
- Serviços prestados pela Neoenergia Serviços à Teles Pires: serviços transacionais e contábeis, elaboração de relatórios periódicos aos órgãos reguladores, acompanhamento de auditorias externas, elaboração de demonstrações financeiras trimestrais e anuais, além de serviços tributários, de 2020 a 2022, sendo os preços ajustados pela inflação.
- Contratos de fornecimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo. Os principais contratos estão detalhados abaixo:
 - Norte Energia S.A.: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044.
 - Águas da Pedra: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2011 e 2040.
 - Teles Pires: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044. Adicionalmente, existem contratos de compra de energia firmados pela NC Comercializadora no mercado livre, com início do fornecimento em 2018 e atingindo 2036.
- Dividendos e/ou Juros sobre capital próprio a serem pagos a Neoenergia em 2021.
- Contribuições das controladas Coelba, Celpe e Cosern para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, conforme detalhado na nota 22.
- Contrato de Prestação de serviço de Engenharia entre a Neoenergia e Iberdrola Generacion por prazo indeterminado.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (g) Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção (em moeda estrangeira) engenharia entre a Termope e Iberdrola Generacion, com reajuste anual com base na variação do IGP-M. O contrato possui prazo indeterminado.
- (h) Contrato de serviços administrativos, ambos os contratos seguem a mesma metodologia de precificação (custo mais margem) e os contratos são automaticamente renovados:
- Serviços prestados pela Iberdrola Energia relacionados a recursos humanos, informática (hardware e softwares), compras, financeiro, regulatório, controle, infraestrutura, entre outros, com o objetivo de maximizar a eficiência operacional das unidades da Iberdrola em diferentes locais, compartilhando as melhores práticas por meio da prestação de serviços o contrato possui prazo indeterminado.
 - Iberdrola Renovables: Serviços prestados pela Iberdrola Renovables relacionados à gestão, promoção, construção e operação dos parques eólicos no Brasil.
- (i) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos pela Neoenergia, Afluente T, Celpe, Coelba, Cosern e Elektro Redes em 2021.
- (j) Obrigação com a PREVI a ser liquidado em 2021, conforme descrito na nota 21.
- (k) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2021.
- (l) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia com vencimento em 2021.
- (m) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia Serviços Ltda com vencimento em 2022.
- (n) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos pela Neoenergia em 2021.
- (o) Contrato celebrado com as controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi, Termope, Afluente T, NC e Elektro Redes para prestação de garantia corporativa onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval com vencimento até 2021.

24.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Salários e benefícios recorrentes	37	49	26	31
Remuneração Variável de Curto Prazo	17	15	11	16
Benefícios de longo prazo	12	4	9	2
Rescisões contratuais	-	2	-	-
	66	70	46	49

24.5 Garantias financeiras concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as *joint ventures*/coligadas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação, caso o devedor original não honre os compromissos financeiros estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de garantias financeiras concedidas pela Companhia para determinadas *joint ventures* e coligadas totalizaram R\$ 4.573

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

25. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**25.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020			Consolidado 2019		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.825	-	3.235	994	-	3.047
Títulos e valores mobiliários	116	-	94	6	-	165
Contas a receber de clientes e outros	7.800	-	-	7.138	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.757	963	-	394	976
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	92	-	-	395	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	14.403	-	-	11.743
	9.833	1.757	18.695	8.533	394	15.931
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	4.428	-	-	3.185	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.973	-	2.407	18.606	-	4.058
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	665	-	-	313	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	126	11	-	52	-
Passivo de arrendamento	95	-	-	97	-	-
Uso do bem público	67	-	-	60	-	-
Outros passivos financeiros*	6	-	-	-	-	-
	29.234	126	2.418	22.261	52	4.058

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

25.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 25.8, (análise de sensibilidade).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

25.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2020			Consolidado 2019		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.235	-	3.235	3.047	-	3.047
Títulos e valores mobiliários	94	-	94	165	-	165
Instrumentos financeiros derivativos	2.720	-	2.720	1.370	-	1.370
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	14.403	14.403	-	11.743	11.743
	6.049	14.403	20.452	4.582	11.743	16.325
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	2.407	-	2.407	4.058	-	4.058
Instrumentos financeiros derivativos	137	-	137	52	-	52
	2.544	-	2.544	4.110	-	4.110

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2020 e 2019, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 549 e R\$ 556, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 14.1.

25.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2020		Consolidado 2019	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2
Empréstimos e financiamentos	23.973	24.207	18.606	18.830

Em dezembro de 2020, para fins de comparabilidade com o saldo contábil, as debentures passaram a ser mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debentures não negociadas em mercado secundário, assim como os demais empréstimos bilaterais, são mensuradas mediante o uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

25.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

25.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento.

25.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF) e opções.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* medurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	2020	2019	<u>Vencimento (Ano)</u>	2020	2019	2020
Empresa			2021 - 2029			
Ativo	US\$ 182	US\$ 501		952	2.025	
Passivo	R\$ 583	R\$ 1.596		(570)	(1.579)	
Exposição líquida				382	446	(64)
	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	2020	2019	<u>Vencimento (Ano)</u>	2020	2019	2020
Empresa			2020 - 2027			
Ativo	US\$ 137	US\$ 332		748	1.352	
Passivo	R\$ 373	R\$ 1.007		(370)	(1.006)	
Exposição líquida				378	346	32

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	2020	2019	<u>Vencimento (Ano)</u>	2020	2019	2020
Empresa						
Ativo	US\$ 114	US\$ 122	2021-2030	594	491	
Passivo	R\$ 367	R\$ 396		(369)	(398)	
Exposição líquida				225	93	132
	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	2020	2019	<u>Vencimento (Ano)</u>	2020	2019	2020
Empresa						
Ativo	US\$ 889	US\$ 593	2021-2035	4.831	2.462	
Passivo	R\$ 3.698	R\$ 2.187		(3.790)	(2.215)	
Exposição líquida				1.041	247	794

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019		2020	2019	2020
Ativo	€ 159	€ 178	2022-2024	1.042	742	
Passivo	R\$ 703	R\$ 715		(710)	(721)	
Exposição líquida				332	21	311

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar
	2020	2019		2020	2019	2020
Ativo	R\$ 768	R\$ 747	2021 - 2025	841	904	
Passivo	R\$ 662	R\$ 732		(661)	(731)	
Exposição líquida				180	173	7

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar 2020
	2020	2019		2020	2019	
Desembolso USD						
Termo	US\$ 110	US\$ 217	2020-2024	29	(5)	
Exposição líquida				29	(5)	34

O Programa de Opções designado para contabilidade de hedge e classificado como hedge de fluxo de caixa se encerrou em Julho de 2020, não havendo mais opções a vencer na carteira de derivativos da Companhia:

Opção	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar 2020
	2020	2019		2020	2019	
Desembolso USD						
Compra de Call	-	US\$ 3	2020	-	2	
Exposição líquida				-	2	(2)

Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber ou a pagar 2020
	2020	2019		2020	2019	
Desembolso EUR						
Termo	€ 53	€ 44	2020-2022	16	(16)	
Exposição líquida				16	(16)	32

Programa de hedge para desembolsos em Reais

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

<u>Swap R\$ pré vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber ou a pagar</u> <u>2020</u>
Ativo	R\$ 336	R\$ 336	2022	352	347	
Passivo	R\$ 328	R\$ 334		(329)	(337)	
Exposição líquida				23	10	13

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados a taxas pré-fixadas

No dia 15 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de até 2.555.000 ações, via contratação de instrumento financeiro derivativo (Equity Swap), para proteger a Companhia da volatilidade do preço de suas ações (NEOE3), quando este evento poderia impactar negativamente os fluxos de caixa futuros assumidos no âmbito de seu Programa de Incentivo de Longo Prazo.

Este programa é classificado de acordo como um *hedge* econômico, não designado para contabilidade de *hedge*, e é medido a valor justo por meio do resultado.

<u>Swap Equity</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber ou a pagar</u> <u>2020</u>
Ativo	45	-	2022	45	-	
Passivo	56	-		(57)	-	
Exposição líquida				(12)	-	(12)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

<u>Swap JPY pré vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber ou a pagar</u> <u>2020</u>
Ativo	JPY 3.887	-	2021	196	-	
Passivo	R\$ 204	-		(206)	-	
Exposição líquida				(10)	-	(10)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

25.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (\$)	Alta do Dólar	5,1967	(6.902)	(1.727)	(3.451)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		7.118	1.779	3.558
Exposição Líquida				216	52	107
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,3779	(1.014)	(253)	(507)
Swap Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		1.042	260	520
Exposição Líquida				28	7	13
Dívida em Iene	Iene(JPY)	Alta do Iene	0,0504	(196)	(49)	(98)
Swap Ponta Ativa em Iene		Queda do Iene		196	49	98
Exposição Líquida				-	-	-

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Impacto Cenário (II)
----------	-------	-------	---------	-------------------------

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

				Exposição (Saldo/ Nocional)		Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (\$)	Alta do Dólar	5,1967	(576)	140	280
		Queda do Dólar		576	(140)	(280)
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em Euro NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,3779	(422)	104	208
		Queda do Euro		348	(86)	(172)
Exposição				(74)	18	36
Collar	Dólar (\$)	Queda do Dólar		-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD				-	-	-
Exposição				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	5.136	97	(24)	(48)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(7.078)	(166)	(42)	(82)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	1,90%	(7.042)	(151)	(39)	(76)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(8.451)	(764)	(95)	(190)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Queda do IPCA	4,31%	841	86	9	20
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	0,24%	(294)	(5)	-	-
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 3M	0,24%	294	6	-	-
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,26%	(1.251)	(14)	(1)	(1)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 6M	0,26%	1.251	16	1	2
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(512)	(21)	(2)	(5)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(1.970)	(126)	(21)	(44)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) na operação de *equity swap*, causada pela variação do preço da ação da Neoenergia (NEOE3), sob determinados cenários de mercado. Esta perda (ganho), se materializada, será reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte:

Operação	Indexado r	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Outros Ativos Financeiros							
Swap Ponta Ativa em Ações	NEOE3	Queda da Ação	17,62	45	3	11	23

26. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	13.393	5.421
2023	13.868	3.764
2024	14.218	3.785
2025	14.440	4.027
2026	14.990	4.547
Entre 2027 e 2036	66.830	22.228

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

As distribuidoras do grupo efetuaram uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

A Neoenergia é avalista e garantidora de empréstimos, financiamentos e debêntures de suas controladas e coligadas.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES**(i) Aprovações leilão de privatização CEB Distribuição S.A.**

Em 14 de janeiro de 2021 a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu parecer pela aprovação da aquisição das ações representativas de 100% do capital social da CEB Distribuição S.A. pela Bahia Geração de Energia S.A, controlada da Neoenergia.

Em 22 de janeiro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio de despacho, decidiu aprovar previamente a transferência do controle societário direto da CEB Distribuição S.A. , que

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

passará a ser controlada pela Bahia Geração de Energia S.A (“Bahia PCH III”), uma subsidiária da Neoenergia,

(ii) 7ª emissão debêntures

Em 27 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de R\$ 2.000 da Companhia (“Debêntures”), a ser distribuída por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

(iii) Captação de dívidas

As controladas da Neoenergia contrataram as operações financeiras via 4131 com Swap, conforme características abaixo:

Empresa	Credor	Montante (R\$)	Vencimento	Data da contratação	Data do desembolso	Amortização	Juros
Coelba	MUFG	200	1 ano	07/01/2021	13/01/2021	Bullet	Bullet
Celpe	Scotiabank	200	3 anos	02/12/2012	08/01/2021	Bullet	Semestral
Celpe	Scotiabank	200	3 anos	23/12/2021	26/01/2021	Bullet	Semestral
Cosern	Scotiabank	100	3 anos	30/12/2021	06/01/2021	Bullet	Semestral

Proposta de Orçamento de Capital**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL**

A Lei n º 6.404/76, alterada pela Lei n º 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que “a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.”

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 1.910 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2020, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 480/2009, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da Neoenergia S.A., bem como as fontes de recursos para o exercício de 2021.

ORÇAMENTO DE CAPITAL		2021
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
REDES		7.266
Distribuição		3.388
Transmissão		3.877
RENOVÁVEIS		2.843
Geração eólica		2.804
Geração hidráulica		39
LIBERALIZADO		52
Geração a gás		39
Comercialização e serviços		13
HOLDING		3
TOTAL		10.163
FONTE DE RECURSOS		
Retenção de lucros		1.910
Geração de caixa e recursos de terceiros líquidos		8.253
TOTAL		10.163

Internal Use

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio
Veja a Notas Explicativas 10.1.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

As controladas da Companhia são parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na aquisição das subsidiárias Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 3.146 milhões, cujo risco de perda foi avaliado pela Companhia e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e divulgações do passivo contingente relacionado à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia e suas controladas as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes à dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda.

Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada.

Analizamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a avaliação e divulgação do passivo contingente relacionados à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração dos Ativos de Contratos, Ativo Financeiro e Intangível no contrato de concessão de distribuição de energia

Veja a Notas Explicativas n.º 14 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

As controladas da Companhia, devem atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A avaliação da alocação dos gastos da concessão e a avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da

entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte das controladas da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativo de Contrato, Ativo Financeiro e Intangível, como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação dos gastos da concessão reconhecidos como ativo de contrato e da bifurcação entre ativo financeiro da concessão ou intangível.

Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo de contrato, de acordo com o contrato de concessão.

Recalculamos a bifurcação do ativo de contrato entre ativo intangível e ativo financeiro a partir da entrada em operação, considerando a alocação do que será recuperado no período de concessão de acordo com os critérios de amortização definidos pelo regulador e o que será recebido ao final da concessão, respectivamente.

Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação do Ativo de Contrato, Ativo Financeiro e Intangível são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes

Veja a Notas Explicativas n.º 5 e 14.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Durante o exercício corrente, a Companhia constituiu subsidiárias no segmento de transmissão de energia, para atuarem em concessões, prestando serviços de construção, operação e manutenção durante o período de concessão.

Dessa forma, foi necessário avaliar o modelo de negócio a fim de suportar o reconhecimento do ativo contratual e da receita de contrato com clientes dessas controladas, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), que requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes por parte das controladas da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato. Inspecionamos o contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Avaliamos, com o envolvimento de especialistas de Finanças Corporativas, as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem de contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo. Realizamos inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício e analisamos a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Por fim, para as transmissoras em construção, realizamos o acompanhamento orçamentário com os gastos incorridos, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato por parte das controladas da Companhia, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinado, em reunião nesta data: i) as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas bem, como ii) a proposta de destinação do lucro, e considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, o relatório dos auditores independentes (KPMG Auditores Independentes) e seu parecer. O Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua submissão para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

Francesco Gaudio – Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Iara Pasian

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 – 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA alusivas ao exercício social findo em 31.12.2020; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31.12.2020.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2021.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Presidente

Solange Ribeiro
Diretora Presidente Adjunta

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Diretor Executivo de Distribuição

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva de Renováveis

Leonardo Gadelha
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Rogério Martins
Diretor Executivo de Recursos

Simone Borsato
Diretora Executiva de Desenvolvimento

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 – 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA alusivas ao exercício social findo em 31.12.2020; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31.12.2020.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2021.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Presidente

Solange Ribeiro
Diretora Presidente Adjunta

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Diretor Executivo de Distribuição

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva de Renováveis

Leonardo Gadelha
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Rogério Martins
Diretor Executivo de Recursos

Simone Borsato
Diretora Executiva de Desenvolvimento